

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Milene Mabilde Petracco

**“A CASA CAIU” – REFLEXÕES ACERCA DAS CONFIGURAÇÕES
FAMILIARES DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

**Porto Alegre
2010**

Milene Mabilde Petracco

“A casa caiu” – reflexões acerca das configurações familiares de adolescentes em conflito com a lei

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Educação.
Orientadora: Professora Doutora Carmem Ma-
ria Craidy
Co-orientadora: Professora Doutora Margareth
Schäffer

Porto Alegre

2010

Milene Mabilde Petracco

“A casa caiu”: reflexões acerca das configurações familiares de adolescentes em conflito com a lei.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Carmem Maria
Craidy

Co-orientadora: Professora Doutora Margareth
Schäffer

Aprovada em

Prof^a Dra Carmem Maria Craidy

Prof^a Dra Margareth Schäffer

Prof^a Dra Denise Costa Hausen

Prof^a Dra Maria de Nazareth Agra Hassen

Prof^a Dra Simone Moschen Rickes

Aos meus pais Fulvio e Arlette.
Ao Duda pelo amor, cumplicidade e companheirismo.
À minha orientadora Carmem Maria Craidy pelo incentivo, confiança e amizade.
À Margareth Schäffer, co-orientadora desta pesquisa e instigadora de novos pensamentos.
Às professoras componentes da banca pelas importantes contribuições.
Aos colegas e amigos do PPSC/UFRGS e aos amigos de outras caminhadas.
Em especial, a todos os adolescentes com os quais tive a oportunidade de aprender mais sobre a vida e sobre mim.

Quando, seu moço
Nasceu meu rebento
Não era o momento
Dele rebentar
Já foi nascendo
Com cara de fome
E eu não tinha nem nome
Prá lhe dar
Como fui levando
Não sei lhe explicar
Fui assim levando
Ele a me levar
E na sua meninice
Ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí! Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega suado
E veloz do batente
Traz sempre um presente
Prá me encabular
Tanta corrente de ouro
Seu moço!
Que haja pescoço
Prá enfiar
Me trouxe uma bolsa
Já com tudo dentro
Chave, caderneta
Terço e patuá
Um lenço e uma penca
De documentos
Prá finalmente
Eu me identificar
Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega no morro
Com carregamento
Pulseira, cimento
Relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar
Cá no alto
Essa onda de assaltos
Tá um horror
Eu consolo ele
Ele me consola
Boto ele no colo
Prá ele me ninar
De repente acordo
Olho pro lado
E o danado já foi trabalhar
Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega estampado
Manchete, retrato
Com venda nos olhos
Legenda e as iniciais
Eu não entendo essa
gente
Seu moço!
Fazendo alvoroço demais
O guri no mato
Acho que tá rindo
Acho que tá lindo
De papo pro ar
Desde o começo eu não
disse
Seu moço!
Ele disse que chegava lá
Olha aí! Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri!

**O meu guri – Chico
Buarque**

SUMÁRIO

1. SOBRE ESTA INVESTIGAÇÃO	10
2. DE ONDE NASCEM AS INQUIETAÇÕES?	20
2.1 E OS ADOLESCENTES DO PPSC/UFRGS?.....	23
2.2 SOBRE O ATENDIMENTO	24
2.2.1 Entrevista inicial	25
2.2.2 Da execução propriamente dita.....	26
2.2.3 Da supervisão com o PEMSE.....	27
2.2.4 Das Oficinas Educativas.....	28
3. ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E FAMÍLIA: O QUE NOS TRAZEM OS TEÓRICOS E O QUE A ESCUTA REVELA?	33
4. NARRATIVAS FAMILIARES	71
5. NOVAS QUESTÕES, NOVOS INTERROGANTES... ..	94
6. IN [CONCLUSÕES] : para concluir sem dar fim.....	104
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A.....	116
APÊNDICE B.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS (SIDA) – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

DECA – Delegacia da Infância e Adolescência

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

DVD – *Digital Vídeo Disc*

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FACED – Faculdade de Educação

FASC – Fundação de Assistência Social e Comunitária

FASE – Fundação de Atendimento Sócio-educativo

FEBEM – Fundação do Bem-estar do Menor

ICPAE – Internação com possibilidade de atividade externa

LA – Liberdade Assistida

NUPEEEVS – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social

PEMSE – Programa Municipal de Execução de Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PPSC – Programa de Prestação de Serviços à Comunidade

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa que, ao articular o referencial psicanalítico e o enfoque sócio-histórico, objetiva traçar reflexões sobre as configurações familiares e a situação de conflito com a lei apresentada por adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa. O trabalho empírico contemplou o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e seus responsáveis, como também a experiência oportunizada pelo grupo de familiares do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O texto está organizado de forma a contemplar concepções sobre a adolescência e suas principais características, estudo que contou com a colaboração de autores como Freud, Calligaris e Rassial, incluindo a questão da violência, trabalhada a partir de autores como Arendt, Oliveira e Conte. Ao abordar a temática da família e das novas configurações dessa instituição na contemporaneidade, partiu-se de autores como Singly, Sarti e Fonseca, incluindo na questão da família elementos referentes às funções paterna e materna, tais como as concebidas por Lacan. Foi necessário incluir nessa reflexão as formas como se estabelecem os laços sociais na contemporaneidade, conforme a posição de autores como Kehl, Lebrun e Jerusalinsky. Ficou evidente que a família, assim como a adolescência, tem as marcas do contexto histórico-social onde se encontra e que, na contemporaneidade, ambas vêm sofrendo transformações intensas. Essas transformações, aliadas aos discursos correntes e ao imaginário social sobre a questão da violência na adolescência e sobre a família, acabam gerando certa confusão sobre as funções que cada sujeito desempenha. Daí a relevância de o atendimento sócio-educativo destinado a adolescentes em conflito com a lei oportunizar espaços de escuta e reflexão, tanto para os próprios adolescentes, como para seus familiares.

Palavras-chave: 1. Adolescente em conflito com a lei. 2. Medidas sócio-educativas. 3. Família. 4. Função paterna. 5. Função materna.

ABSTRACT

This research aims to trace reflections on the family structure of adolescents in conflict with the law who are undergoing socio-educational measures by articulating the psychoanalytical and socio-historical approach. The empirical work has included assistance to adolescents undergoing socio-educational measures and their guardians, as well as the experience nurtured by the group of relatives of Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. The text is organized so as to include ideas about adolescence and its main characteristics; study which was performed with the contribution of authors such as Freud, Rassial, and Calligaris. This study also contemplates the issue of violence, drawn from authors such as Arendt, Oliveira, and Conte. Authors such as Singly, Sarti and Fonseca contributed to approach the theme of family and the new configurations of this institution in the contemporaneity, considering, in the family matters, elements related to paternal and maternal functions, such as the ones conceived by Lacan. It was necessary to include in this reflection the ways of establishing social ties in the contemporaneity, according to authors such as Kehl, Lebrun and Jerusalinsky. It was evident that the family, as well as adolescence, has the marks of historical and social context in which they belong and that, nowadays, both are undergoing intense transformations. These changes, allied to current discourses and to the social imaginary about the issue of violence in adolescence and about the family, have been generating some confusion on the roles that each individual plays. That is why it is important for the socio-educational care for teenagers in conflict with the law to provide spaces for listening and reflection, for both adolescents and their families.

Keywords: 1. Adolescents in conflict with the law. 2. Socio-educational measures. 3. Family. 4. Paternal function. 5. Maternal function.

PETRACCO, Milene Mabilde. "*A casa caiu*": reflexões acerca das configurações familiares de adolescentes em conflito com a lei. – Porto Alegre :2010. 114 fl + Apêndice. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2010.

1. SOBRE ESTA INVESTIGAÇÃO

“A casa caiu”, parte inicial do título desta dissertação, é expressão comumente utilizada pelos adolescentes aos quais esse texto diz respeito. Expressão que possui múltiplos significados, na medida em que é usada em diferentes situações. Serve como alerta que antecede uma ação de roubo, por exemplo, quando é verbalizada no intuito de mobilizar as possíveis vítimas: “a casa caiu, ninguém se mexe e vai logo passando o dinheiro”, podendo referir-se também a um plano frustrado, quando o ato infracional é flagrado pela polícia, ou ainda, quando uma rede de tráfico de drogas, furto, ou outras ações ilegais é desfeita através da ação policial.

A escolha dessa expressão sintoniza-se com o próprio trabalho de pesquisa, uma vez que este, de alguma forma, consiste em deixar “cair a casa”, ou seja, em refletir sobre possíveis fatores na condição familiar dos adolescentes, que podem ter relações com o cometimento de infrações por parte destes.

O jogo de brincar com as palavras “cair a casa” explicita também o olhar que esta pesquisa busca lançar sobre a questão investigada, conferindo à linguagem o patamar de importância que tem em nossa constituição psíquica, sendo a palavra representante significativo daquilo que toca a todos nós, humanos.

Esse tema, muito embora tenha sido definido com maior clareza a partir do ingresso no curso de pós-graduação da UFRGS, vem produzindo questionamentos desde meus primeiros contatos com adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas. Meu trabalho nessa área teve início durante a graduação em Psicologia, quando estagiei em um Centro Regional da Fundação de Assistência Social e Comunitária do município de Porto Alegre - FASC¹, oportunidade que permitiu vivenciar o processo de municipalização da execu-

¹ A Fundação de Assistência Social e Comunitária (FASC) é o órgão da Prefeitura de Porto Alegre responsável pela coordenação e execução de projetos e serviços que promovem direitos e a inclusão de cidadãos que estão em situação de risco e vulnerabilidade social.

ção de medidas em meio aberto através da implementação do PEMSE² e, depois de graduada, na coordenação executiva do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPSC/UFRGS³, ambiente onde trabalhei por quatro anos e com o qual ainda mantenho ligações importantes, uma delas através da coordenação do grupo de familiares dos adolescentes, atividade iniciada em novembro de 2009 e ainda vigente.

Durante o trabalho no Programa dei início à formação psicanalítica no Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre, processo que inicialmente me fez sentir certa dissociação entre os espaços da clínica privada e os de um projeto de intervenção social como é o PPSC/UFRGS. Questionei sobre a forma como a psicanálise pode dar suporte a intervenções como essa e sobre qual seria meu papel neste lugar de interlocução.

As leituras, supervisões, discussões em grupo e o processo de análise pessoal foram, pouco a pouco, fazendo com que as aparentes dissociações fossem se harmonizando. Como acontece com a construção de um mosaico, peças com cores e formatos distintos, aparentemente sem sentido, foram se encaixando e tomando forma.

Foi se tornando cada vez mais evidente o fato de que a problemática do adolescente em conflito com a lei, possivelmente pela complexidade de fatores que envolve, acaba gerando nos profissionais que nela atuam e nos demais atores sociais uma série de crenças e hipóteses um tanto quanto precipitadas ou simplificadas.

É fato extremamente comum a idéia de que o envolvimento do adolescente em atos infracionais tem relação direta com a falta da presença do pai em sua vida ou ainda com o fato do pai ser figura de referência negativa, quem, por envolvimento com o crime, toxicomanias ou falta de atividade laboral,

² Programa Municipal de Execução de Medidas Sócio-educativas em meio aberto, descrito com mais detalhamento no decorrer do texto.

³ O Programa conjuga atividades de pesquisa, ensino e extensão, tendo como um dos principais objetivos proporcionar aos adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medidas sócio-educativas em meio aberto, um ambiente de trabalho organizado e relações interpessoais que o valorizem enquanto sujeito de direitos.

condiciona o primeiro a apresentar conflitos com a lei. Notícias veiculadas pela mídia e discursos de profissionais que atuam na área, por exemplo, apontam a ausência do pai como parte importante do perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas. (Vide Apêndice B)

A experiência tem mostrado, inclusive, que esses fatores não somente existem como também acabam sendo reforçados de alguma forma, por todos os atores envolvidos na problemática do adolescente em conflito com a lei, como em um sistema que se retroalimenta. Refiro isso em função de ser extremamente comum recebermos a documentação oficial dos adolescentes incluídos no sistema sócio-educativo sem constar o nome do pai, mesmo nos casos em que o pai existe, quando o adolescente foi registrado pelo casal (pai e mãe). Em não raras ocasiões, questionei o motivo de tal omissão junto aos técnicos e profissionais da área, tendo como resposta o fato de que registrar apenas o nome da mãe agilizaria o processo de inclusão do adolescente no programa de atendimento.

Em alguns atendimentos era evidente que a exclusão do nome do pai nos registros e documentos do adolescente não significava necessariamente a ausência propriamente dita do primeiro.

Comecei, então, a questionar se as freqüentes omissões do registro do nome do pai teriam justificativas tão racionais como a de que “agilizariam o processo”; quais seriam as significações possíveis das mesmas; e, ainda, se a falta ou falha da figura paterna seria decisiva no envolvimento dos adolescentes em ações fora da lei.

Soma-se a essas indagações outro fator que a experiência sinaliza: a intensidade da presença materna no desenrolar do processo sócio-educativo e na vida dos adolescentes em geral, como também certa idealização dessa figura.

O discurso social que liga o cometimento de atos infracionais com a falta ou falha da figura paterna, aliado à presença e idealização maciça da mãe na vida dos adolescentes em conflito com a lei instigou-me a descobrir possíveis

ligações entre a forma como as famílias dos adolescentes em conflito com a lei se organizam e a problemática da violência e/ou infração na adolescência.

Em consonância com essa perspectiva, buscarei discorrer sobre o papel das figuras de referência (autoridade) no seio da comunidade familiar relacionando-o com o processo de constituição psíquica de seus dependentes, neste caso, adolescentes que apresentam relação conflituosa com a lei e que, por esse motivo, cumprem medidas sócio-educativas. Mais especificamente, pensar em possíveis relações entre as configurações familiares dos adolescentes em conflito com a lei e o fato de esses adolescentes apresentarem envolvimento em atos infracionais.

Esses questionamentos não significam necessariamente ligação causal entre a configuração familiar e o envolvimento em atos infracionais, já que outros elementos do entorno social também têm influência sobre a questão da violência na adolescência. Assim, longe de estabelecer relações de causa e efeito, a construção desta dissertação acontece como possibilidade de reflexão sobre a existência de relações entre as configurações familiares na contemporaneidade e o envolvimento de adolescentes em infrações.

Entendo que o desafio desse tipo de investigação reside na possibilidade de análise sem cair nas simplificações de conceber as questões humanas como ação e reação diretas e sem desconsiderar elementos que podem possibilitar-nos exercer nossa capacidade de reflexão de forma mais ampla, quem sabe formulando as perguntas que construímos inicialmente de outra(s) maneira(s).

Cito também que, ao buscarmos descobrir fatores na dinâmica familiar relacionados à situação de conflito com a lei por parte dos adolescentes, corremos o risco de acharmos culpados pelo problema, mecanismo que nos levaria à personificação da culpa e que em nada contribuiria para a reflexão sobre o tema.

A compreensão dessa problemática se desenvolve a luz da teoria psicanalítica cuja proposta inclui a tríade edipiana como constitutiva do sujeito. Esta tríade consiste na presença do acolhimento materno e na presença da lei re-

presentada pela figura do pai, não se esgota no núcleo familiar, mas encontra sua expressão também nas relações sociais e nas figuras sociais de referência que poderão ser acolhedoras, como a função materna e/ou de autoridade, como a função paterna.

Provavelmente, em uma sociedade marcada por estratificações arbitrárias, injustiças e muitas vezes pela desmoralização das autoridades, inclusive dos responsáveis pela lei, como é o caso de alguns representantes da polícia e do judiciário, a interpretação da triangulação da vivência edípica acaba alcançando uma dimensão que vai além das figuras do pai e da mãe no âmbito da família conjugal. Entretanto, esta pesquisa tem como foco principal o significado das figuras dos pais (ou de quem ocupa esses lugares) na trajetória de adolescentes em conflito com a lei, sem pretender com isso esgotar a análise da questão.

Esclareço que a perspectiva teórico-metodológica da investigação se desenha desde essas interrogações e de meu percurso até o momento. Escolha concebida como o movimento de eleger “um jeito” entre outros tantos, em uma infinidade de possibilidades, e que, por este motivo, tem também limitações. Sim, pois significa deixar de lado outras tantas maneiras de leitura e entendimento da questão investigada.

Acredito que ter clareza sobre o ponto de vista através do qual meu olhar enxerga os fenômenos, ao mesmo tempo em que impõe limites, concede liberdade em relativizar conceitos, refletir e mesmo criar a partir das leituras já existentes.

Reforço ainda que o processo de definição da perspectiva metodológica – talvez mais do que das escolhas teóricas – foi fruto de certo amadurecimento de posições, de me autor-izar, tendo como um dos grandes incentivadores para isso os pareceres da banca avaliadora do projeto.

Tenho vívidas na memória as palavras da antropóloga Maria de Nazareth Hassen de que a “inovação em metodologia é tão bem vinda quanto arriscada, sendo bons de ler os trabalhos que cometem algumas ousadias metodológicas.”

Assim, tenho como proposta metodológica o uso da escuta clínica desde a perspectiva psicanalítica, entendendo que esta

[...] consiste numa prática singular que não se confunde com o exercício privado da psicanálise. Pois, longe de ser uma psicoterapia orientada pela teoria psicanalítica, a psicanálise consiste numa prática discursiva sustentada por um psicanalista, esteja ele onde estiver. (ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE, 2005, p.7)

Como esclarece Rosa (2004) a indissociação entre método clínico e investigativo está evidente desde as primeiras descobertas freudianas, bem como a impossibilidade de separação entre individual e social. Os chamados textos sociais de Freud tornam claras essas questões.

Em consonância com a proposta, cito Birman (2001), autor que nos alerta quanto ao uso que fazemos da teoria, já que o uso não criativo dessa deixa-nos de mãos amarradas frente aos acontecimentos e mudanças, não nos permitindo levar em consideração as transformações sociais e suas repercussões no processo de subjetivação humana. Daí também a necessidade de interlocução com outras áreas do conhecimento.

Considerando que, tanto as riquezas oferecidas por Freud como as releituras e criações que Lacan nos concede a partir da obra freudiana tiveram como marca a incessante busca de diálogo com outras construções culturais, advindas da filosofia, mitologia, ciências políticas e sociais, por que não seguir nessa busca?

Assim, considerando a proposta lacaniana (1957-1958) de que o sujeito se constitui na e através da relação com o Outro⁴, e que este tem as marcas da linguagem, da cultura onde se encontra, busco travar diálogos entre a psicanálise – particularmente a partir de alguns de seus conceitos fundamentais, como o inconsciente e a transferência – e elementos da cultura, oriundos de outras áreas do conhecimento, como por exemplo, as perspectivas sócio-histórica e antropológica, a partir de autores como Fonseca (2002), Singly (2007), Peralva (2000), entre outros.

⁴ Para Roudinesco e Plon (1998) o Outro consiste no termo usado por Lacan para designar um lugar simbólico – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus – que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo.

Neste ponto, portanto, método de pesquisa em psicanálise não se confunde com o uso de um determinado instrumento ou técnica de produção de conhecimentos. Se, de modo geral, no campo da experiência constituído pela ciência positivista são os objetos passíveis de medida e verificação que definem a realidade e os critérios de verdade, a experiência psicanalítica se pauta pela inclusão primeira do desejo do pesquisador na constituição do enigma que seu trabalho busca desvelar. A esta inclusão do desejo denominamos *transferência*, fundamento de todo trabalho de pesquisa em psicanálise e que permite situar a noção de realidade com a qual operamos. (POLI, 2005, p.43)

Ressalto que a realidade com a qual a Psicanálise se implica diz respeito à realidade psíquica, à fantasia. Isso significa que para além dos dados concretos da vida do sujeito, está em questão a forma como este os concebe. Lidamos com aquilo que foge à racionalidade, à cronologia, à separação delimitada entre presente, passado e futuro.

Conforme postulado por Freud (1915), o inconsciente é composto por representantes pulsionais, funcionando a partir do processo psíquico primário e do princípio do prazer, além de ter como mecanismos principais o deslocamento e a condensação. O primeiro permite grande mobilidade entre representações e, o segundo, por sua vez, é capaz de fazer com que uma idéia comporte a carga energética de muitas outras. Assim, é que se diz ser o inconsciente atemporal e passível de comportar grandes contradições, de onde tem-se também o efeito de estranheza ou de graça provocado pelos sonhos, atos falhos e chistes, formações inconscientes por excelência.

Nas palavras de Rosa:

(...) o inconsciente freudiano é incompatível com a ilusão do individual, da autonomia e da independência no homem, uma vez que afirma a dependência simbólica do desejo do Outro, explicitada na forma como teoriza a constituição do sujeito através do processo edípico. Desta forma, constata-se que, se na análise do sintoma deve-se escutar o não-dito do discurso dos sujeitos, cabe acrescentar a força de determinação dos não-ditos dos enunciados sociais. (2004, p.340)

Assim, os fragmentos dos atendimentos aos adolescentes em situação de conflito com a lei e seus familiares compartilhados no decorrer do texto têm como diretriz a escuta dos processos inconscientes.

Partindo da perspectiva de Benjamin ao tratar da figura do narrador (1992) entendo que esses fragmentos são como narrativas, trechos que ficaram vivos em minha memória, pela transferência, e que não necessariamente têm um fim em si mesmos. De muitas histórias, não tive acesso ou conhecimento dos andamentos posteriores, pelo próprio curso dos acontecimentos da vida. Alguns dos adolescentes concluíram a medida e seguiram suas caminhadas, outros evadiram do cumprimento, foram internados e, de outros tantos nada sei.

Em relação a este resgate promovido pela memória, tomo as palavras de Benjamin ao postular que:

A memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente graças a uma vasta memória, a épica pode, por um lado, apropriar-se do devir das coisas e, por outro lado, aceitar o seu desaparecimento, fazer as pazes com o poder da morte. (BENJAMIN, 1992, p.43)

Para este autor, a mobilidade social advinda com a modernidade deixou de lado a riqueza das narrativas, as quais davam voz ao povo. A valorização do romance, forma de dar um sentido mais hermético às vivências humanas acabou por apagar o vigor da experiência humana retratado pelo narrador e, conseqüentemente, as oportunidades de exercício das capacidades imaginativas e reflexivas incitadas por este.

É desde essas contribuições que Benjamin (1992) nos oferece o conceito de experiência, o qual, diferentemente das vivências, inclui uma contagem diferente do tempo, não nos permitindo traçar fronteiras nítidas entre o que passou e o que está por vir e não sendo traduzido pelos ponteiros do relógio ou calendários.

Acredito que desde a perspectiva psicanalítica podemos traçar ligações importantes entre os conceitos freudianos de transferência e de inconsciente e o conceito benjaminiano de experiência.

Termo caro à psicanálise, a transferência foi descrita por Freud (1912) como o método específico através do qual o sujeito conduz suas relações, tanto nas escolhas que faz, como nas potencialidades e dificuldades que apresenta nas relações objetais. De caráter essencialmente inconsciente, concebemos a transferência como:

[...] um clichê estereotípico (ou diversos deles), constantemente repetido – constantemente reimpresso – no decorrer da vida da pessoa, na medida em que as circunstâncias externas e a natureza dos objetos amorosos a ela acessíveis permitam, e que decerto não é inteiramente incapaz de mudar, frente a experiências recentes. (FREUD, 1912, p.111)

Em Cinco Lições de Psicanálise, Freud (1910) já havia exposto suas concepções acerca da transferência, indicando-a como poderoso instrumento para o processo terapêutico e referindo a presença dessa, de forma espontânea, em todas as relações humanas.

Lembremos que, de acordo com a concepção freudiana, a transferência seria tanto a principal ferramenta de trabalho da análise, através da qual os processos inconscientes se tornam acessíveis, como também o mais poderoso mecanismo de resistência a este desvelamento.

Lacan (1960-1961), por sua vez, tratou de enfatizar a figura do analista no processo da transferência, incluindo aquele como parte fundamental deste, convocando-o a assumir a responsabilidade por suas paixões, por seu desejo.

Nesse sentido, longe de termos uma relação sujeito-objeto entre investigador e investigado, temos relações que envolvem sujeito-sujeito, cada um destes trazendo à tona aquilo que o torna singular, em consonância com o enfoque intersubjetivo.

Bleichmar (1991) esclarece que o enfoque intersubjetivo não considera que existam entidades que interagem e se influenciam mutuamente, como no enfoque interacionista, e sim, que as entidades se constituem como tal no próprio processo da inter-relação.

Dessa forma, não se tratam de entidades e fenômenos pré-concebidos, mas sim de construções que se fazem na e através da relação. Entendo com isso que, no atendimento aos adolescentes estão presentes as marcas desses movimentos transferenciais; maneiras através das quais são atualizadas em discurso ou em ato as nuances singulares que cada um dos envolvidos no processo investigativo – incluindo-se aí a figura do pesquisador - estabelece nas relações, forma como se coloca frente aos outros com quem convive.

Avalio que, no fenômeno da transferência, assim como no registro da experiência temos presente a relação com o tempo de forma lógica e não cronológica. É como se o tempo no sentido de demarcação de datas, de delimitação entre começo e fim não fizesse sentido. O passado é presente; e, quem sabe o presente, futuro. Resgatando as palavras de Arendt (2004, p.9), temos que “o mundo em que vivemos em qualquer momento é o mundo do passado.”

Como elementos-chave dessa investigação serão utilizadas narrativas do atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa, através das quais damos acesso à fala dos próprios adolescentes, como também a experiência de escuta oportunizada pelo grupo de familiares do PPSC/UFRGS.

O texto está organizado de forma a contemplar a descrição do cenário onde nasceram os interrogantes, as contribuições teóricas a respeito dos conceitos de adolescência, ato infracional e família, enfatizando neste último as funções materna e paterna, as narrativas familiares a partir da experiência do grupo criado no PPSC/UFRGS e a interlocução final, buscando integrar todas essas questões, sem deixar de lado, obviamente, trechos que relatam o atendimento no Programa e que tratam de dar voz aos adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa neste local.

Ressalto que, com a finalidade de facilitar a interlocução teórico-prática e manter firmes os princípios éticos que devem estar presentes em nosso fazer, identifiquei cada um dos sujeitos-atores destes fragmentos com nomes fictícios.

2. DE ONDE NASCEM AS INQUIETAÇÕES?

Concebendo que o processo investigativo tem origem em algum “lugar” seja este relativo à estrutura física, localização geográfica, momento histórico, contexto sócio-cultural e econômico, entre outros possíveis, entendo ser relevante apresentar relato sobre a história, principais funções e objetivos do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade⁵ da UFRGS (PPSC/UFRGS).

O PPSC existe há treze anos e surgiu de uma parceria da Universidade com o Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre. Inicialmente o Departamento de Recursos Humanos da UFRGS recebia adolescentes para cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto e encaminhava-os para setores dessa instituição para que dessem conta das exigências legais das medidas, realizando trabalho não remunerado como forma de serviço à comunidade.

Com a mudança na coordenação do PPSC, que desde o ano de 1997 está sob os cuidados da Professora da Faculdade de Educação, Carmem Maria Craidy, aconteceram mudanças importantes na perspectiva do trabalho. Em busca das concepções pedagógicas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os adolescentes que chegam ao Programa contam não somente com o cumprimento das exigências jurídicas, definidas no processo judicial, mas também com as questões educativas envolvidas nesse processo, conforme exigência legal estabelecida pelo ECA. Isso significa serem efetivamente acolhidos pela equipe do PPSC, tendo suas singularidades –dificuldades e potenciais - consideradas e respeitadas em todo o desenrolar do cumprimento da medida.

⁵ De acordo o artigo 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) a Prestação de Serviços à Comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas devem ser atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas em jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Somou-se a isso a implantação, a partir de 2000, do Programa Municipal de Execução de Medidas Sócio-educativas em meio aberto (PEMSE)⁶, cujo objetivo inicial foi fazer com que a coordenação da execução dessas medidas ficasse sob responsabilidade do poder municipal, conforme disposto no ECA, oportunizando dessa maneira a descentralização da execução de medidas em Porto Alegre. Até então, os adolescentes oriundos das mais diferentes regiões da cidade eram encaminhados ao Fórum Central e, a partir de audiências, direcionados para o cumprimento propriamente dito nos poucos locais que os recebiam, entre os quais, a Universidade. O surgimento do PEMSE significou que esses adolescentes poderiam ser atendidos e ter suas necessidades encaminhadas na própria região de sua residência.

O PEMSE é vinculado à Fundação de Assistência Social e Comunitária (FASC), possui oito Coordenações Regionais e uma Coordenação Geral, sendo as primeiras definidas a partir das regiões de abrangência dos Conselhos Tutelares. Essa divisão de cunho aparentemente administrativo acabou por ocasionar mudanças importantes na execução de medidas em meio aberto: o fortalecimento das redes locais e a busca pela integração dos diferentes serviços por elas disponibilizados.

Vale lembrar que a diretriz comum para a vinculação das Coordenações Regionais com suas Unidades de Execução (locais onde se dá efetivamente o cumprimento da medida determinada para cada caso) seria, a princípio, a localização geográfica ser coincidente.

Apesar disso, o PPSC/UFRGS entrava em uma dinâmica diferente, tendo atendido a diversas regiões da cidade. Tal fato se justificava exatamente pelo diferencial no atendimento aos adolescentes: ao encaminhar o cumprimento das exigências jurídicas, o Programa pauta suas intervenções na valorização e real acolhimento dos usuários de seus serviços. No cumprimento das medidas judiciais o PPSC/UFRGS tem como diretriz preocupações pedagógi-

⁶ O PEMSE é o programa municipal responsável pela execução de medidas sócio-educativas em meio aberto. Conta com equipe técnica especializada que acompanha sistematicamente a execução dessas medidas, mantém a 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude informada de todo o processo, subordinando suas intervenções conforme a decisão deste órgão.

cas, inerentes à definição de medida sócio-educativa, enquanto medida judicial concebida dentro da doutrina de proteção integral.

Sobre o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei é interessante que acompanhemos a colocação de Rassial:

Do lado das intervenções sociais, o risco é duplo, e nós o conhecemos: ou bem, indo no sentido de uma repressão social, confirmar para o adolescente sua queixa de ser vítima de um mundo injusto; ou bem, em nome da compreensão educativa, negar esta manifestação intempestiva do sujeito desejante, em benefício da cumplicidade egóica. Evitar estas duas armadilhas não é fácil. (1999, p. 63)

Em consonância com esse desafio é que o Programa oferece, para além do cumprimento em si, com as exigências que esse inclui, espaços de escuta e reflexão, seja através de acompanhamentos individuais, atendimento a familiares, ou mesmo, através das Oficinas Educativas semanais⁷.

Dessa forma, o PPSC acabou por operacionalizar aquilo que é apontado como o papel social da Universidade, a saber, a integração dos eixos de ensino, pesquisa e extensão.

O trabalho de atendimento oferecido pelo Programa envolve desde o acolhimento inicial do adolescente e seus responsáveis, o estabelecimento de parcerias intra-institucionais, buscando a abertura dos diferentes setores da Universidade para a problemática da violência na adolescência, e também de convênios com órgãos e instituições externas, a fim de dar andamento aos encaminhamentos necessários.

Em relação à pesquisa e ao ensino, o PPSC conta com um banco de dados⁸ informatizado onde são armazenadas informações de todos os adolescentes que já passaram e que passam pelo Programa, o qual permite reflexões importantes não somente sobre o perfil⁹ destes, mas também sobre o papel de fatores do contexto sócio-cultural onde estão inseridos. Além disso, por ser vin-

⁷ As Oficinas Educativas do PPSC/UFRGS estão descritas com maiores detalhes no item 2.2.4

⁸ Vide Apêndice A

⁹ O termo perfil é utilizado para designar todas as informações a respeito dos adolescentes que já passaram pelo Programa, incluindo dados pessoais e familiares, dados relativos à trajetória escolar, situação sócio-econômica, sobre o ato infracional e o cumprimento da medida sócio-educativa, contemplando também, espaço para observações gerais.

culado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social (NUPEEEVS), o Programa incentiva a pesquisa de alunos da graduação, mestrandos e doutorandos que têm interesse em estudar a temática.

Cito ainda como extremamente importantes os espaços de troca e interlocução fomentados pelo PPSC, sejam através de fóruns, cursos de extensão, seminários, simpósios e outros eventos afins.

2.1 E OS ADOLESCENTES DO PPSC/UFRGS?

Por maior que seja a riqueza que as palavras comportam, descrever a experiência de acompanhar adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas torna-se uma missão um tanto delicada. Para além da intensidade característica do adolescente, outros fatores entram em cena e acabam por tornar o processo de escrita ainda mais difícil.

Um dos pontos que contribuem para esta questão tem relação com o estigma que envolve a temática do adolescente em conflito com a lei. Autores com vasta experiência na área, como Oliveira (2005), indicam a existência de mecanismos subjetivos em vigência em nossa sociedade que acabam direcionando a associação direta entre adolescência e violência, apontando o adolescente - especialmente do sexo masculino - como sujeito ameaçador e perigoso. A posição da autora é de que, por maiores que sejam as incoerências destes mecanismos, eles acabam funcionando como educação para a violência.

Com isto, acabamos míopes à visualização de que existe um tipo de violência na qual não há um ou outro ator, tampouco uma suposta natureza violenta do ser humano, mas uma violência edificada no campo social que vai da guerra ao homicídio. (OLIVEIRA, 2005, p.23)

Isso posto, como descrever a experiência de trabalho com adolescentes em situação de conflito com a lei sem cair em posições tendenciosas ou visões distorcidas? Quais palavras usar de forma a descrever a experiência de escuta destes adolescentes sem legitimar mecanismos de exclusão?

Cito ainda o cuidado que se deve ter para que não haja cumplicidade com outros extremos da questão, ou seja, de minimizarmos a responsabilidade de cada um de nós para com a vida em sociedade ou mesmo de subestimarmos o potencial que esses adolescentes têm de transformação daquilo que seria “esperado” deles.

Entendo que a atitude ética do pesquisador com sua investigação está em ação desde estes registros e escolhas, na sensibilidade em descrever sua experiência cuidando para não cair nos rótulos ou pré-conceitos.

Diria que estar com esses adolescentes consiste em adentrar em um universo de gírias e expressões, embalado ao som de *rap's*, *funk's*, pagodes, tingido pelos tons coloridos do grafite e inscrito nas letras estilizadas da pichação. Universo por vezes sombrio e, diferentemente dos finais felizes das histórias infantis, marcado por faltas das mais diversas, enredos de perdas, dor e sofrimento.

Muito provavelmente, pelo fato da perspectiva do trabalho realizado ser de resgatar “um a um”, quando ocorre um desfecho frustrado, seja este encarnado na reincidência, medida de regressão¹⁰ ou, em casos extremos, na morte, a equipe toda se sensibiliza.

Por isso, concebo que trabalhar com os adolescentes usuários do PPSC/UFRGS é uma experiência extremamente rica e intensa. Embora exista uma rotina de trabalho, a qual será descrita a seguir, em muitas situações é preciso tomar decisões rápidas, sair do “*script*” e criar intervenções que façam sentido para um determinado momento na vida de um sujeito.

2.2 SOBRE O ATENDIMENTO

¹⁰ Quando é verificado que o adolescente não cumpriu a medida aplicada de acordo com o devido processo legal, ele poderá ter sua medida regredida por no máximo noventa (90) dias, o que significa que poderá ficar privado de liberdade durante este período. Na prática, entretanto, a regressão dos casos de descumprimento de medida em meio aberto é um processo extremamente lento: como grande parte das medidas em meio aberto são aplicadas com remissão, ou seja, sem o devido processo legal, é necessário que os técnicos solicitem a retomada do processo suspenso para que a regressão seja feita.

Por trabalhar em parceria com instituições externas responsáveis pela execução de medidas sócio-educativas, o PPSC segue uma rotina de funcionamento que contempla atividades sistemáticas. São elas:

2.2.1 Entrevista inicial

Momento que envolve o primeiro contato do adolescente com a equipe de atendimento. Com dia da semana e turno previamente estabelecidos junto às técnicas de referência do PEMSE, a entrevista inicial tem como principal objetivo acolher o adolescente acompanhado de seu responsável.

De posse da documentação oficial, na qual estão registrados dados pessoais e informações gerais sobre o ato infracional e duração da medida, o adolescente é convidado a falar de si e dos motivos pelos quais chegou ao Programa.

Em muitos casos, fica evidente a postura receosa dos adolescentes, talvez por temerem julgamentos ou mesmo injustiças. Não é incomum que respondam nada terem a dizer: “está tudo aí no papel, dona”. Alguns, com o rosto encoberto pelo boné estampado com marcas “da hora”¹¹, calam-se, limitando-se a ouvir de cabeça baixa o relato daquele que os acompanha.

Torna-se importante que o responsável pelo atendimento ressalte o interesse por saber a versão do adolescente sobre os fatos registrados ou verbalizados por outrem. Em diversas vezes senti necessidade de ressaltar que “os documentos são importantes, mas o mais importante é o que tu tens a dizer”, ou ainda, que não estava ali no papel de juiz ou policial, já que aquele momento significava o início do capítulo de uma nova história: “embora o que aconteceu importe para nós, temos que ver o que vai acontecer daqui para frente, ou seja, o que faremos com o que já ocorreu.”

¹¹ Expressão utilizada para denotar qualidade de um determinado objeto, geralmente ligada a marcas mundialmente conhecidas. Um tênis “da hora”, por exemplo, é objeto de cobiça para os adolescentes.

Ao adotarmos a postura de acolhimento em relação ao adolescente e seu(s) responsável(is), questões importantes já se fazem notar. Glória, mãe de adolescente encaminhado para cumprimento de medida sócio-educativa no PPSC/UFRGS, já na primeira entrevista com a equipe verbaliza: “Ele me cobra que não teve pai, mas teve eu. Agora eu deixo eles se verem. Criei os três sozinha. No caso, ele é o homem que eu tenho, tanto é que eu sirvo pra ele até hoje. Ele é meu único filho agora, então tudo que vou fazer, aviso ele. Eu achei que ele (pai) não tinha como estar junto, então quando a gente quer estar junto, a gente fica.”

Na medida em que o adolescente e seu familiar sentem-se respeitados e escutados, conseguem dizer de si, da vida em família, da trajetória escolar, profissional, do envolvimento no ato infracional, dos desejos e perspectivas para o futuro. Considerando esses elementos em conjunto com a disposição dos servidores parceiros do Programa é que o encaminhamento ao setor é feito.

2.2.2 Da execução propriamente dita

Depois de realizada a entrevista inicial, quando são combinados dia e turno do cumprimento da medida, acontece o encaminhamento do adolescente ao setor onde se dará a execução desta.

No primeiro dia no setor, um membro da equipe acompanha o adolescente até o local, levando a documentação necessária para o registro de frequência e de faltas e também à avaliação da PSC. São esclarecidos os elementos que fazem parte do processo avaliativo: assiduidade, pontualidade, responsabilidade, relacionamento com os funcionários locais, entre outros.

Durante o cumprimento é grande o contato do adolescente com o servidor responsável por acompanhá-lo no setor, delegando tarefas, observando desenvoltura em desenvolvê-las, controlando horários de chegada e saída e, o que é o ponto fundamental do processo sócio-educativo, estabelecendo vínculo de confiança com o primeiro.

Nesse sentido, torna-se importante a supervisão dos setores, tarefa desenvolvida pela própria equipe do Programa que, sistematicamente, se disponibiliza a escutar caso a caso, esclarecendo dúvidas, fazendo os encaminhamentos necessários, tomando atitudes a fim de conferir caráter educativo ao processo.

Por vezes, mais do que convocados a tomar decisões ou realizar intervenções, os membros da equipe precisam se disponibilizar a “estar junto”¹² aos servidores parceiros do Programa, oferecendo espaço de escuta para compartilhamento das angústias, temores, etc.

2.2.3 Da supervisão com o PEMSE

Assim como se faz importante o acompanhamento realizado nos setores parceiros do PPSC na própria Universidade, os momentos de supervisão com as técnicas referências do PEMSE têm relevância para qualificar as intervenções.

Com frequência quinzenal, esses espaços de trabalho possibilitam o diálogo e a reflexão conjunta sobre os acompanhamentos em andamento, seus desafios e necessidades. Discutindo-se caso a caso, buscam-se traçar intervenções, planos de atendimento, encaminhamentos para demais serviços da rede.

Além disso, é através do PEMSE que ocorre o trâmite da documentação, parte também importante na execução de medidas, pois é através do poder judiciário que todo o processo sócio-educativo ganha legitimidade sob o ponto de vista da lei.

Nas supervisões com o PEMSE, fica claro o quanto o adolescente dá retornos positivos, quando se sente respeitado em sua singularidade. Em alguns casos, as técnicas de referência reagem com surpresa ao tomarem conhecimento que o adolescente tem sido freqüente no cumprimento das combinações

¹² Grifo da autora, enfatizando a importância do trabalho em rede para o sucesso das ações.

ou ainda que tenha estabelecido vínculo de confiança com o pessoal que o acompanha nas rotinas da PSC.

2.2.4 Das Oficinas Educativas

As Oficinas Educativas do PPSC configuram-se em espaços de troca e convívio grupal para além do cumprimento da medida propriamente dito.

Os adolescentes são convidados a participar, tendo como incentivo para isso o sistema de compensação de presenças nas oficinas por jornadas de trabalho da PSC, na proporção de 3 oficinas para uma jornada de 4 horas, o que foi autorizado pela autoridade judiciária a partir do ano de 2005 por solicitação do PPSC/UFRGS.

O Programa chegou a essa proposta a partir de experiência muito positiva realizada por ocasião de uma greve na Universidade, o que acabou gerando dificuldades na execução das medidas pelo fato de os adolescentes terem de trabalhar em setores paralisados e sem funcionários. Assim é que, através de autorização judicial, as jornadas foram substituídas provisoriamente por oficinas pedagógicas. Essa não é uma proposta permanente no sentido de substituir toda a PSC por oficinas, já que o cumprimento da medida deve ser feito no trabalho, conforme determina a lei. No entanto, as oficinas pedagógicas são um espaço privilegiado de reflexão, educação e desenvolvimento pessoal que complementam e consolidam as atividades realizadas nos setores de trabalho.

As atividades oferecidas variam conforme as demandas dos grupos, já que existem dois turnos de funcionamento destes, respeitando, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a vida escolar e profissional dos adolescentes. Além disso, existe certa rotatividade entre adolescentes que iniciam sua PSC e aqueles que estão em processo de conclusão, fazendo com que o grupo tenha seu público modificado de forma constante. Conta para isso o fato de que, em determinados momentos, recebemos adolescen-

tes de outras unidades de execução – alguns, inclusive, em medida de internação com possibilidade de atividade externa¹³, oriundos da FASE¹⁴.

Dentre as atividades já realizadas, cito atividades artísticas (grafite, confecção de figuras e objetos com papel maché, de blackbooks¹⁵, cine debate, história em quadrinhos, hip hop...), esportivas (futebol no Parque da Redenção, capoeira, taekwondo...), além de passeios pela cidade, piqueniques no parque, discussão sobre direitos e deveres e oficinas de prevenção em saúde, algumas, inclusive, utilizando recursos externos, como foi o caso das Oficinas DST/AIDS¹⁶ com residentes em saúde do Ambulatório de Dermatologia Sanitária de Porto Alegre.

Mais significativo do que a atividade em si, é o momento propício para que se mantenha relação informal entre os adolescentes freqüentadores do Programa e destes com os membros da equipe de atendimento que são quem, na maioria das vezes, coordenam as atividades.

Salientando a importância das Oficinas como espaços de escuta destes adolescentes, acompanhemos a situação de Alan¹⁷.

Alan tinha 15 anos quando foi encaminhado pela técnica que o acompanha em medida de LA¹⁸ para participar das oficinas educativas do

¹³ Segundo proposto pelo ECA (Lei Nº 8069/90) a internação com possibilidade de atividade externa ou regime de semiliberdade (ICPAE) pode ser determinada desde o início da internação ou como forma de transição para o meio aberto. Possibilita a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial. É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, serem utilizados os recursos existentes na comunidade.

¹⁴ FASE é a sigla usada para designar a Fundação de Atendimento Sócio-educativo do Rio Grande do Sul, a saber, instituição responsável pela execução das Medidas Sócio-educativas de Internação e Semi-liberdade, determinadas pelo Poder Judiciário a adolescentes autores de ato infracional. Foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social de 6 de junho de 2002, consolidando o processo de reordenamento institucional iniciado com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), o qual também provocou o fim da antiga Fundação do Bem-Estar do Menor - Febem.

¹⁵ Uma das atividades desenvolvidas pela cultura hip hop, o Blackbook é um livro de grafite. Confeccionado pelo próprio grafiteiro, o livro contém trechos de músicas, pensamentos, idéias, imagens, além de tags (marcas) de seu dono.

¹⁶ As Oficinas Educativas de prevenção a DST, entre elas o HIV, são fruto de parceria entre o PPSC/UFRGS e a Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente a equipe de Residência do Ambulatório de Dermatologia Sanitária.

¹⁷ Por motivos éticos, reafirmo que todos os nomes dos adolescentes e seus familiares citados nesta dissertação são fictícios.

PPSC/UFRGS¹⁹. Segundo sua orientadora, tinha sérios problemas de socialização, usava medicações psiquiátricas variadas e, depois de ter saído da FA-SE, onde esteve internado por roubo, tentou assassinar o próprio pai.

Segundo relato da técnica, o prognóstico do caso não era favorável, já que Alan recebera diagnóstico de transtorno bipolar e uma possível sociopatia futura, caso não conseguisse estabelecer laços de afeto significativos e estáveis. A determinação judicial, já que o adolescente seguia fora da escola e de qualquer tipo de grupo de pertencimento, era que se mantivesse assíduo ao tratamento psiquiátrico e às Oficinas do PPSC/UFRGS.

Recebi o adolescente acompanhado do pai para fazermos sua inclusão no grupo de Oficinas. Parecendo impregnado da medicação, Alan deteve-se a responder meus questionamentos, não se mostrando muito disponível a falar de si. Desde esse primeiro contato chamou-me a atenção o fato do menino referir-se ao pai como “meu”. Esta expressão é bastante comum em diálogos entre adolescentes.

As primeiras participações de Alan nas atividades não tiveram muito sucesso. No primeiro dia disse que ainda não iniciaria, já que passara a noite acordado e precisava dormir. Numa segunda tentativa permaneceu estático e calado, enquanto os demais adolescentes realizavam a atividade proposta. Não se passou muito tempo para que o adolescente me chamasse perguntando se era mesmo obrigado a estar ali. Expliquei que não teríamos como obrigá-lo, mas que, no entanto, as Oficinas tinham sido definidas como compromisso dele. Quis sair sozinho, mesmo tendo sido acertado que o pai o buscaria. Disse

¹⁸ A Liberdade Assistida (LA) é uma das medidas sócio-educativas em meio aberto preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). É aplicada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Para tanto, a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar cada caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

¹⁹ As Oficinas Educativas do PPSC/UFRGS configuram-se em espaços de troca e aprendizagem para além do cumprimento da medida propriamente dito. Funcionam semanalmente em dois turnos e comportam atividades diversas como filmes seguidos de discussão em grupo, prevenção e promoção de saúde, atividades artísticas e esportivas, entre outras. A partir de autorização judicial, a presença nas Oficinas pode, através de sistema de compensação, ser computada como dias de serviço comunitário cumpridos. Para tanto, estabeleceu-se que a cada três (03) presenças nas Oficinas é diminuída uma jornada de trabalho (4 h) da medida de PSC.

que não permitiria que saísse, sem antes fazer contato com o pai. Telefonei e acertamos que Alan aguardaria que o buscassem para voltar para casa.

O adolescente ficou ansioso, inquieto. Pediu-me para sair da sala para fumar. “Eu não posso ficar sem fumar, fumo duas carteiras por dia.” Depois de muita insistência, acertei que ele desceria e que deveria voltar tão logo terminasse o cigarro. Deixei claro que seria um voto de confiança entre nós. Alan saiu da sala, voltando minutos depois.

De acordo com a orientadora de LA, esse fato já demonstrou certo crescimento do adolescente, na medida em que dos outros locais para onde fora encaminhado acabava fugindo, sem dar aviso.

Ainda nesse primeiro dia, retomei a importância de ele não desistir mais uma vez, avisei que poderá se arrepender por não conseguir cumprir o que determinou fazer. O adolescente disse que só se arrependia “de uma coisa na vida: brigar com a mãe”.

O tempo foi passando e a participação de Alan foi mudando. Em oficina de prevenção a DST/AIDS, ele falou bastante e fez perguntas. Como o adolescente tinha indicação para tratamento psicológico e não havia feito nada a respeito, entrei em contato com a mãe, já que ela havia se comprometido com a orientadora de LA a dar andamento a essa questão.

Em nossos primeiros contatos, a mãe se mostrou desconfiada, mas tão logo percebeu minhas intenções, foi mudando o jeito. Na primeira ligação já verbalizou “a senhora não tem que tratar nada dessas coisas com o pai dele, o pai do Alan não serve pra nada, é tudo comigo, quem corre pra tudo sou eu, não o pai dele. Nem adianta falar com ele desses assuntos, agora mesmo quem deu o celular que o Alan queria fui eu, eu que pago as coisas. E assim ó, ele é um filho muito caro, a senhora vê só o celular que ele pediu, eu vou ficar pagando ainda. Por isso que eu digo, pagar mais psicóloga não dá. Eu já levo o meu caçula, mais compro os remédios do Alan, e é tudo comigo...”

Depois de diversos contatos, intervenções da orientadora do adolescente, foi feita a marcação para atendimento psicológico.

Na semana posterior ao Dia dos Pais o adolescente veio para as atividades da Oficina. Quando uma das colegas perguntou como passara o domingo, verbalizou: “Eu não fiz nada, nem um abraço dei, muito menos presente. O meu pai não é nada, minha mãe é que é tudo pra mim.”

O que nos revela a maneira pela qual este adolescente se relaciona com seu pai? Por quais motivos precisa verbalizar tão enfaticamente que o pai não tem importância em sua vida?

Como forma de buscar vias de aprofundamento dessas interrogações e quem sabe outras maneiras de construí-las, faz-se necessário um percorrido pelas teorias sobre adolescência, ato infracional e família.

3. ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E FAMÍLIA: O QUE NOS TRAZEM OS TEÓRICOS E O QUE A ESCUTA REVELA?

Com o intuito de organizar minha escrita e fazê-la coerente com a temática dessa dissertação, elegi três grandes eixos através dos quais a reflexão se desenvolverá. Justamente pelo tema abarcar, minimamente, questões teóricas sobre adolescência, ato infracional e família, buscarei construir o texto a partir desses elementos, incluindo no eixo sobre família, questões referentes aos lugares e papéis sociais ligados à paternidade e à maternidade.

Primeiramente, como possibilidade de pensarmos as questões da adolescência, acompanhemos o atendimento de João.

O adolescente tinha 17 anos quando encaminhado ao Programa por porte de arma. Na companhia de dois amigos também menores de idade e de porte de um revólver calibre 38 estavam em zona nobre da cidade por onde circulam muitos estudantes de classes sociais economicamente favorecidas. Segundo o próprio adolescente revelou em entrevista inicial, eles imaginavam que naquele local seriam flagrados por seguranças particulares ou policiais militares.

O que eles queriam com esta atitude segue como algo desconhecido, já que o adolescente mesmo revelou: “não preciso pegar coisa que não é minha... quando quero, eu mesmo trabalho e ganho meu dinheiro para comprar as coisas. Até ofereci para ajudar minha mãe, mas ela diz que é para eu usar com as minhas roupas, bolachas, doces”.

Embora resida com os irmãos e com os pais, João é acompanhado somente pela genitora nos compromissos decorrentes da medida sócio-educativa. Não raras vezes referia que a mãe era tudo para ele, já que “ela é linda, a pessoa mais importante que existe”.

O adolescente tinha como característica a necessidade constante de confirmar aceitação e acolhimento por parte dos colegas que o atendiam no Programa e no setor. Comigo, em especial, agia de forma a testar a imagem que transmitia. Era extremamente comum que verbalizasse não saber fazer

determinada ação, fazendo-a em seguida e esperando confirmação de apreço por seus dotes: “bá Dona Milene, eu não sei dançar”, ensaiando alguns passos de *funk* com desenvoltura logo depois e lançando um olhar que indagava: “eu tenho valor?”

Mostrava as roupas, os brincos, os *piercings*, sempre questionando minha opinião. “Olha só, sora: a senhora achou xarope²⁰ meu brinco novo?”

Certo dia, ao chegar para cumprimento da jornada de PSC, João exhibe a tatuagem que possui no braço. “A senhora já viu? Fiz essa tatuagem para a minha mãe”. Intrigada, questionei: “Como assim fez uma tatuagem para a mãe?” E o adolescente revelou: “Fiz pra ela, era o dia do aniversário dela e eu sei que ela gosta de escorpião, porque é o signo dela. Eu disse: mãe, essa vou fazer para a senhora”.

Resolvi então perguntar o que ele fez para o pai, ao que me responde com ar de indignação: “Pra ele não fiz nada, nunca dei nada pra ele, nem no aniversário, nem no Dia dos Pais. Vou dizer uma coisa pra senhora, se eu pudesse escolher não teria pai. Ter pai é tri *frau*²¹”.

Em outro momento, ainda durante a execução da medida de PSC, João pediu que eu ouvisse a letra de música que fizera com os amigos. Esta versava sobre os grupos de bondes, sobre a importância de cada bonde ser reconhecido. “Ter fama é tudo, sora. Se o cara não tem fama na vila, não é ninguém”.

Conta em seguida sobre as armas que tem em casa, referindo que “no morro o negócio é bem diferente, se o cara não andar armado pode levar uma ruim.” Questionei sobre o porte das armas, sobre como o pai e a mãe reagiam frente a este fato. “Eles nem se metem, dizem que a vida é minha e eu sei o que to fazendo.”

Entre outras questões, entendo que o atendimento de João nos permite traçar algumas ligações importantes com elementos teóricos sobre a adoles-

²⁰ Gíria utilizada com frequência pelos adolescentes, tendo caráter positivo: algo é xarope quando é bom, bonito, valoroso.

²¹ Esta expressão é bastante utilizada pelos adolescentes que freqüentam o PPSC/UFRGS. Como uma gíria, revela algo ruim, negativo, aquilo que não é valorizado por eles. Como exemplo: uma festa sem mulheres, para eles, é *frau*.

cência. O próprio fato dos pais deixarem que ele decida sozinho o que deve ou não deve fazer nos dá algumas pistas.

Sob o ponto de vista de Calligaris (2009), a adolescência é concebida como criação da sociedade moderna. Uma das formações culturais mais fortes de nossa época, é moratória sustentada pelo imaginário que a tem tanto como possibilidade de resgate da liberdade dos adultos, quanto ameaça, violência e desordem.

Embora Calligaris não entenda que as transformações fisiológicas sejam significativas para demarcação do que seria o início da adolescência, refere que:

Uma vez transmitidos os valores sociais mais básicos, há um tempo de suspensão entre a chegada à maturação dos corpos e a autorização de realizar os ditos valores. Essa autorização é postergada. E o tempo de suspensão é a adolescência. (CALLIGARIS, 2009, p.16)

Entendo que este tempo de suspensão entre o que o adolescente tem potencial de realizar e entre o que é socialmente permitido pode trazer conflitos importantes não somente para o adolescente, como também para aqueles que são suas referências do universo adulto.

De um ponto de vista jurídico, a adolescência é o período da ambigüidade entre minoridade e maioridade, irresponsabilidade e responsabilidade, pervertendo, pela força das coisas e dos princípios, o texto de uma lei que não funciona senão por limites. (RASSIAL, 1999, p.57)

Talvez seja também por isso que, assim como o adolescente, os pais ou aqueles que desempenham essa função ficam um tanto perdidos. A transformação sofrida pelo adolescente faz eco na família, demandando mudanças.

A demanda do grupo de familiares do PPSC, cujo relato pode ser acompanhado a seguir, comprova essa hipótese, já que muitos demonstram necessidade de se fazerem presentes nesses espaços de reflexão, mesmo que seus filhos já tenham concluído o cumprimento da medida. Verbalizam que precisam falar sobre os filhos, pois em muitas situações não sabem como agir, como dar limites, como lidar com questões da própria adolescência.

Em relação à questão do tempo na adolescência, compartilho da concepção de Rassial (1997) na medida em que esse autor não entende ser possível descrevermos a adolescência do ponto de vista cronológico. Para ele, a definição da adolescência independe da faixa etária do sujeito, sendo um processo: nesse sentido, o adolescente pode ser caracterizado como “não totalmente”, já que, da mesma forma que acontece com o imigrante que ainda não encontrou o próprio espaço, não é amparado como criança, tampouco como adulto.

Por esse motivo, Mannoni (1999) entende que o adolescente assume um ar emprestado, ou seja, as opiniões, crenças e vestes infantis já não lhe servem mais e é preciso encontrar outras, sendo que nem mesmo o universo adulto lhe faz sentido.

Penso que o ar emprestado de que a autora se refere pode aparecer de diferentes maneiras, através da busca intensa por pertencer a algum grupo, das roupas e acessórios utilizados pelo adolescente, do uso das gírias e outras expressões, da relação de “tudo ou nada” que estabelece com as pessoas com quem convive e até mesmo da relação com o tempo.

No caso de João essas questões se fazem evidentes, seja através das gírias, das roupas e acessórios ou, ainda, através das composições de *funk* construídas em grupo, cuja temática é justamente a questão do reconhecimento.

Clássicos estudos sobre a adolescência (Aberastury & Knobel, 1984; Blos, 1998) apontam como suas principais características os lutos pelos quais o sujeito passa durante o adolecer: luto pela criança que se foi um dia, pelos pais que povoavam o imaginário infantil e que já não são mais os mesmos e também pelo corpo que já não se apresenta da mesma maneira que outrora, denunciando novas possibilidades.

Na visão de Freud (1905) este período consiste na reedição de fantasias e conflitos do período pré-genital, ou seja, da psicosexualidade infantil. Segundo ele:

Com a chegada da puberdade²² introduzem-se as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração normal definitiva. Até esse momento, a pulsão²³ sexual era predominantemente autoerótica: agora encontra o objeto sexual. (FREUD, 1905, p. 85)

Embora estas sejam as características consideradas gerais para todo adolescente, é importante concebermos que existem particularidades no que se refere aos adolescentes dos quais este texto trata. É neste sentido que Levinski (1998) aponta para a importância de levarmos em consideração o contexto específico onde o processo adolescente acontece. Para o autor, os atos praticados pelos adolescentes sofrem interferências da cultura e da sociedade nas quais se desenrolam, fato testemunhado pelos próprios adolescentes que vivem nas periferias.

Podemos pensar, inclusive, que os modos de subjetivação humanos não somente sofrem interferência do contexto sócio-cultural, como são também produzidos por este.

De acordo com Calligaris (2009) os adultos, cheios de contradições, acabam incitando o adolescente a se tornar desejável, invejável, competitivo e logo alcançar um lugar de reconhecimento.

Este autor acrescenta que:

O individualismo de nossa cultura preza acima de tudo a autonomia e a independência de cada sujeito. Por outro lado, a convivência social pede que traguem doses cavalares de conformismo. Para compensar essa exigência, a idealização do fora-da-lei, do bandido, tornou-se parte integrante da cultura popular. (CALLIGARIS, 2009, p.27)

A situação fica ainda mais delicada quando lembramos o que refere Jerusalinsky (2004), autor que descreve a adolescência como um estado de espírito caracterizado principalmente pela indecisão. Entende que a forma como

²² Para Mannoni (1999) a puberdade, diferentemente da adolescência, diz respeito a uma crise individual. Embora tenha efeitos psíquicos, não questiona o social, sofrendo pouca ou quase nenhuma influência da situação sócio-histórica.

²³ De acordo com Roudinesco & Plon (1998) o termo pulsão, conceito importante na teoria psicanalítica, é definido como a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente. Em outras palavras, é um conceito limite entre o psíquico e o somático.

cada um atravessará este período de turbulências terá forte influência do meio social, e, neste processo, a família tem papel fundamental.

Jerusalinsky (2004) afirma ser importante considerarmos alguns elementos que caracterizam as relações sociais na atualidade. Cita o debilitamento do laço social, atrelando este ao consumo excessivo: o que tem destaque na cena social não é a relação com o semelhante, mas a aquisição de um objeto idealizado que traria consigo a satisfação total. Nesta perspectiva, aponta para a questão das toxicomanias e do consumismo como formas que o sujeito encontra para provar sua existência, posto que tanto a droga como o objeto alvo do consumo são substitutivos de outras formas de gozo que não se constituíram na relação social. Ambos mecanismos acabam por levar o sujeito a um sentimento de solidão intenso, já que para obter o imaginado objeto de prazer, acaba se distanciando de outros mecanismos que fariam efetivamente laço social.

Outros fatores que caracterizam a sociedade contemporânea são também citados por esse autor, como o que ele chama de debilitação do recalque, em outras palavras, a confusão existente entre público e privado. Dispositivo subjetivo que faz com que a sexualidade passe a fazer parte da esfera pública, sendo escancarada sem pudor.

Jerusalinsky (2004) cita ainda o nomadismo e o tribalismo, sendo exemplo do primeiro o caráter simbólico dos lugares eleitos pelos jovens para os momentos de lazer: postos de gasolina, lugares de passagem, inóspitos e com mau cheiro. Em relação ao tribalismo o autor aponta os grupos, gangues e galeras²⁴ como as organizações construídas em decorrência da dissolução dos laços familiares.

Vale então nos perguntarmos quais referências oferecemos aos adolescentes. Que perspectivas poderão criar em relação ao futuro? Quais valores sentem necessidade de agregar às suas vidas para que suas existências tenham sentido em nossa cultura?

²⁴ Vale lembrar que atualmente são muito comuns os chamados bondes, expressão já citada anteriormente e que denomina grupos de adolescentes que se reúnem para ida aos bailes *funk*, pichação, disputas de territórios e lutas em espaços públicos.

Especificamente sobre os adolescentes do PPSC/UFRGS, a pesquisa realizada por Craidy & Gonçalves (2005) cujo objetivo principal foi investigar o perfil dos adolescentes que passam pelo Programa e o sentido educativo das medidas a eles aplicadas, nos disponibiliza importantes informações. As autoras descrevem que estes adolescentes são predominantemente do sexo masculino, com idades entre dezesseis e dezessete anos, de classe socioeconômica baixa, brancos, ainda que proporcionalmente ao número de negros na população, os negros sejam mais numerosos. São adolescentes que habitam as periferias da cidade e vivem em situação de vulnerabilidade social.

Em sua grande maioria, cometem infrações contra o patrimônio e não contra a pessoa, o que revela que, embora em muitos casos a infração esteja acompanhada de atos de violência²⁵, isto não diz respeito ao universo dos adolescentes em conflito com a lei. O fato de poderem cumprir medidas determinadas judicialmente em liberdade aponta para a não gravidade e/ou não reincidência das infrações por eles cometidas. Grande parte destes adolescentes vive em um caldo de cultura violenta que nega a muitos a proteção de seus direitos fundamentais, inclusive o de sentirem-se socialmente integrados e humanamente reconhecidos.

Podemos pensar que a violência não necessariamente está na ação desrespeitosa para com a lei, já que, no caso desses adolescentes, apresenta também suas nuances nos fatores que convergem para que o ato infracional aconteça, como por exemplo, através da não garantia dos direitos fundamentais, os quais eles deveriam ter oportunidades de usufruir.

Em relação a essas questões compartilho a inquietação acionada pela Psicanalista Simone Moschen Rickes, também presente na banca de defesa do projeto. Ela incitou-me a refletir sobre as possíveis explicações para o fato de os adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto apresentarem maior incidência de atos contra o patrimônio. E daí os desdobramentos: o que

²⁵ Embora existam diferenças na aplicação de medidas dos atos contra o patrimônio e dos atos contra a pessoa, em termos legais todo o ato infracional é considerado um ato de violência. No entanto, entendo que seja possível pensarmos, por exemplo, os atos contra o patrimônio, cujo exemplo mais comum na atualidade são as pichações, não necessariamente como atos de violência.

é valorizado pela sociedade atual? Se são consideradas infrações atos que envolvem furto, roubo ou depredação de objetos, que lugar os últimos ocupam no imaginário contemporâneo? Em outras palavras, quais significados e valores depositamos nos objetos?

Não é por acaso que as roupas de marca, por exemplo, acabam proporcionando uma diminuição da distância entre os mais e os menos economicamente favorecidos, oportunizando ao sujeito ter aquilo que é imaginariamente valorizado na sociedade onde vive. Conte (2005) desdobra esta questão referindo que uma das imposições da cultura narcísica diz respeito à impossibilidade do sujeito em confrontar-se com seus próprios conflitos, amortecendo sentimentos e frustrações através do consumo da medicalização ou dos dogmas.

O risco destes mecanismos é que

(...) as razões de mercado se consomem em si mesmas, produzem repetidamente seu próprio esgotamento cada vez que são satisfeitas – pois sua satisfação não remete a nada além da fruição presente do objeto, da mercadoria, do fetiche. (KEHL, 2002, p.10)

Ainda sobre as questões que caracterizam a contemporaneidade, cabe pensarmos sobre a relação que o homem contemporâneo tem com o tempo e os atravessamentos desta em nossa subjetividade, questão descrita por Kehl (2009).

Muito embora o mote do texto seja a clínica da autora com sujeitos em depressão, é possível traçar importantes ligações entre o mal-estar atual e questões mais gerais da cultura e dos momentos históricos, fatores que trazem conseqüências para o estabelecimento dos laços sociais

Kehl (2009) acredita que a urgência vivida na atualidade, “o tempo de não ter tempo”, acaba trazendo repercussões importantes na constituição subjetiva dos indivíduos. Questiona a autora se não haveria na própria cultura um inconsciente recalcado, que, no caso do Brasil, apareceria no que ela chama de efeitos sintomáticos de repetição da violência social. Isso porque vivemos dois longos episódios de extrema crueldade que nunca foram reparados nem elaborados coletivamente: a escravidão e a ditadura militar.

Refere ainda que:

São “inconscientes” em uma sociedade tanto as passagens de sua história relegadas ao esquecimento, quanto as expressões silenciadas de minorias cujos anseios não encontram meios de se expressar. Excluído das possibilidades de simbolização, o mal-estar silenciado acaba por se manifestar *em atos* que devem ser decifrados, de maneira análoga aos sintomas daqueles que buscam a clínica psicanalítica. (KEHL, 2009, p.25)

É neste sentido que o ato infracional é concebido por Melman (1992) em seu caráter simbólico. Para o autor, é evidente que nas ditas condutas delinqüentes há algo que ultrapassa o caráter material do delito.

As condutas do delinqüente são simbólicas de uma falta, e de uma falta essencial, uma vez que é a falta de acesso ao objeto que conta. Não este ou aquele objeto, nem mesmo de objetos dos quais ele faz coleção em sua diversidade heteróclita. Trata-se de uma falta de acesso a esse objeto que comanda o gozo, isto é, ao falo²⁶. É, portanto, precisamente a falta de tomada pela ordem simbólica, na medida em que esta dá acesso a este objeto essencial, que não deixa ao delinqüente outro recurso que não seja o do rapto, da apreensão violenta, da violação. Mesmo porque não há para ele outra maneira de entrar em relação com o falo, de detê-lo, de possuir dele uma parte se deseja manter-se na virilidade. (MELMAN, 1992, p.44)

Somos mais uma vez defrontados com a multiplicidade de fatores entrelaçados na questão da violência na adolescência, motivo que reafirma a todo instante a cautela que devemos ter ao tratar da temática. Corremos o risco de subestimar a complexidade deste fenômeno se, ao buscarmos respostas “nessa ou naquela teoria”, transformarmos em relação de causa e efeito algo que pode ser de grande riqueza, inclusive no sentido de nos ajudar a pensar intervenções para minimizá-lo.

Relacionando a questão do tempo (ou seria da sensação da falta de tempo?) com o elemento simbólico presente nas infrações, vale resgatarmos do pensamento arendtiano elementos que contribuem para o aprofundamento desta reflexão.

²⁶ O falo é, de acordo com Lacan (1957-1958), um significante-encruzilhada, ou seja, o significante fundamental através do qual o desejo do sujeito se faz reconhecer. Objeto metonímico por excelência, nunca se encontra onde imaginamos que esteja, ocupando lugar central na dialética do desenvolvimento subjetivo.

Em sua obra *Pensamento e julgamento*, Arendt (2004) nos direciona para a importante função que o ato de pensar desempenha na vida dos sujeitos, considerando como fundamental a criação de alteridade em si mesmo. Ao buscar os fatores que definiram a participação de sujeitos, a princípio não ativos no regime nazista, em ações de extrema frieza e crueldade desse regime, a autora postula que é a falta ou pobreza de pensamento que faz com que as questões ético-morais se percam.

Arendt (2004) entende que o desenvolvimento desta faculdade humana está para além dos potenciais cognitivos ou intelectuais, mas essencialmente atrelado ao desenvolvimento da auto-reflexão, movimento que ela descreve como “estar em companhia de si mesmo ainda que sozinho” ou ainda como a criação de “dois-em-um”. É a possibilidade pela qual o homem trava diálogos internos e se depara com a moral, faculdade que, embora sofra interferências do coletivo é eminentemente individual. Sem isso o sujeito perde a própria humanidade, tornando-se vulnerável a praticar os mais inimagináveis atos.

Relacionando a questão específica da forma como vivemos o tempo na atualidade, pensemos o quanto Arendt (2004) enfatiza a expressão: *pare e pense!* Segundo ela é necessário um tempo para que o pensamento se desenrole, não sendo possível agir enquanto refletimos.

Será que não estamos na contramão de tudo isso?

Os adolescentes, como já citado anteriormente, são estimulados a serem desejáveis, invejáveis, a correrem para ganhar tempo, sendo competitivos e, de preferência vencedores. Vestirem-se com as roupas “da hora”, calçarem os tênis das melhores marcas.

Importante ressaltarmos que com isso não estabelecemos relação direta entre pobreza e criminalidade, embora o entorno social tenha influência na problemática da violência, na medida em que esta é mais incidente nas sociedades onde há maiores desigualdades sociais, bem como onde a conscientização dos sujeitos a respeito de seus direitos é mais consistente.

Peralva (2000) atenta-nos para esta relação ao tratar do paradoxo vivido pela sociedade brasileira, no que diz respeito à relação entre democracia e vio-

lência. Para a autora, o fato de nosso país ter conquistado a democracia pode em si, ser gerador de violência. Isto porque a existência de direitos como os preconizados pela Constituição Brasileira de 1988 não significa a viabilização dos mesmos nas práticas sociais. Este fato significa que os cidadãos passam a ter maior consciência sobre seus direitos e deveres e não necessariamente possibilidade de desfrutá-los, o que gera frustração e esta, por sua vez, pode ser geradora de violência.

Nesta mesma proposta, consideremos as palavras de Roudinesco:

A sociedade democrática moderna quer banir de seu horizonte a realidade do infortúnio, da morte e da violência, ao mesmo tempo procurando integrar num sistema único as diferenças e as resistências. Em nome da globalização e do sucesso econômico, ela tende a criminalizar as revoluções e a retirar o heroísmo da guerra, a fim de substituir a política pela ética e o julgamento histórico pela sanção judicial. Assim, ela passou da era do confronto para a era da evitação e do culto da glória para a revalorização dos covardes. (2000, p.16)

Considerando o que a autora nos aponta como “era da evitação”, cabe citarmos o conceito de invisibilidade social criado por Soares (2003), sendo descrito como o fenômeno vivenciado pela grande parcela excluída e estigmatizada de nossa sociedade. Segundo este autor um jovem negro caminhando pelas ruas das grandes cidades é um ser socialmente invisível.

Oliveira (2001), ao tratar do tema violência e adolescência, refere que aquilo que seria processo característico do período adolescente, a saber, busca de autonomia e reconhecimento, é, no caso dos adolescentes em conflito com a lei, uma busca exacerbada, sendo o ato infracional uma das formas dessa. Para propor sua conceitualização a respeito, a autora inclui fenômenos sociais da contemporaneidade, como a globalização, o capitalismo e a cultura do narcisismo.

Provavelmente, para os sujeitos que conseguem encontrar reconhecimento e sustento no tecido social, seja através da família, das instituições do Estado, de outros agentes, essas demandas têm repercussões de intensidades diferentes. Talvez, a busca por ser reconhecido e independizar-se pode aparecer de outras formas, como por exemplo, através de bom desempenho escolar, performances em esportes, artes, entre outras possibilidades.

Em seus escritos sobre criminologia Lacan (1966), reitera a necessidade de considerarmos o entorno do sujeito, afirmando que o crime e o criminoso não podem ser concebidos fora de seu referencial sociológico, já que a relação que a sociedade mantém com a criminalidade, seja através das leis ou da punição aos atos considerados ilegais, exige um assentimento subjetivo.

Neste sentido, as violências não podem, como células mortas, ser simplesmente extirpadas do tecido sadio, sendo assim restabelecidas a ordem e o equilíbrio. Ao contrário, em torno delas gira uma rede imensa que se complexifica com muita rapidez. Isto ocorre na mesma medida em que absorve para o seu entorno e para sua estrutura de funcionamento, pessoas, grupos e instituições inteiras que trabalham em prol da perpetuação de uma sociedade cada vez mais homogênea e cada vez menor, na qual poucos obtêm o máximo em privilégios. (ENDO, 2005, p.24)

As contribuições de Arendt (1994) também nos auxiliam a pensar a violência, na medida em que a autora postula existir certa confusão entre os termos poder, força, vigor, autoridade e violência. Para Arendt (1994), poder e violência são termos opostos, posto que a presença de um sinaliza a ausência do outro e que é característica marcante da violência a destruição do poder.

Em outras palavras, o poder seria a união de muitos em prol de um mesmo objetivo enquanto a violência seria um contra todos. Assim, podemos inferir que o regime que rege as relações político-sociais em nossa sociedade, a democracia, quando exercida de forma efetiva, significa poder. Por outro lado, as falhas desse sistema e suas repercussões significam violência. Indo de encontro ao imaginário social vigente reforçado pelos meios de comunicação, podemos pensar que o que surge do cano de uma arma apontado em nossa direção é justamente a ausência do poder.

Lebrun (2008) acrescenta que a violência encontrada atualmente nos jovens não se trata de uma reduplicação daquela de outrora, resultante de conflito entre gerações, e sim é fruto da tentativa de evitamento ou mesmo da impossibilidade de uma verdadeira confrontação.

Esse autor faz articulações importantes entre a violência e a questão da autoridade, pontuando primeiramente aquilo que seria a violência constitutiva dos sujeitos. Lebrun (2008) entende o homem como um animal doente da pa-

lavra, já que esta existe para dar conta de uma falta. Falta esta considerada essencial à constituição subjetiva, na medida em que envolve movimento indispensável para que o imediatismo da satisfação de necessidades desenvolva-se em direção ao registro simbólico.

Nessa perspectiva, vale retomarmos o conceito de violência primária, postulado por Aulagnier (1979). Para a autora, existe uma violência primordial, a qual pode ser pensada a partir dos investimentos que a mãe ou quem ocupa o lugar de fornecer os cuidados iniciais dá à criança. A palavra, o olhar materno que demandam retorno de alguém que ainda não se constituiu como sujeito. Paradoxalmente, este investimento que recebe o nome de violência primária é ao mesmo tempo o que funda o psiquismo da criança.

Por esse motivo, Lebrun (2008) entende que a palavra da mãe, por limitada que seja, é preferível à ausência de palavras. O autor complementa, inclusive, que para além desta violência inicial existe a violência causada pela intervenção do pai na relação materno-filial, a qual é também formadora de subjetividade.

Para este autor, existe atualmente um processo de tornar a autoridade ilegítima, o que é por ele chamado de lógica infernal. Esta tem relação com o fato da palavra por si só não ter o mesmo valor social de outrora e ainda por existir certo borramento das diferenças, o que acontece inclusive entre as gerações familiares. A necessidade de comprovação que o avanço científico traz, de alguma forma acaba favorecendo essa situação, embora isto não signifique que o conhecimento oportunizado por esse avanço não deva ser reconhecido, mas sim, que sempre, no que diz respeito ao humano, haverá um resíduo que estará fora do conhecimento. Pode-se questionar então a serviço de que a ciência existe, já que usada de forma incontestável e absoluta pode ser uma fuga do homem em lidar com as incertezas que fazem parte de sua existência. Em outras palavras, é como se o homem fugisse de si.

Especificamente em relação à questão da violência na adolescência, o autor coloca que os jovens estão acuados e abandonados ao “sem limite”, res-tando-lhes dois caminhos: o da depressão, o autoconsumo do ódio, ou do

transbordamento sem alvo, o qual não traz outros benefícios além de funcionar como catarse.

“É como se eles fossem deixados sozinhos, consigo mesmos, com seus gozos ilícitos e sem ninguém que lhes explique que crescer significa renunciar à persistência, dentro de si, do infantil, sempre incestuoso e assassino.” (LEBRUN, 2008, p.149).

Vale retomarmos então a palavra freudiana inscrita no texto **O mal-estar na civilização** (1929), a partir da qual concebemos quão mais suscetível está o homem à infelicidade. Esta nos atinge de três direções: do nosso próprio corpo por suas fragilidades e suscetibilidade à dissolução; do mundo externo que pode voltar contra nós suas poderosas forças e por fim, e não menos importante, da relação social com os outros homens. Para Freud (1929) essa fonte de sofrimento é talvez mais penosa do que as primeiras, provavelmente pela inevitável ambigüidade entre amor e ódio presente nas relações humanas.

Se concebermos que a família é o espaço genuíno onde as primeiras relações sociais acontecem, deparamo-nos com a importância desse grupo na constituição subjetiva daqueles que a compõem e, possivelmente na intensidade da ambigüidade que as relações familiares comportam.

Será considerado, para fins desta pesquisa, o conceito existente na legislação brasileira, o qual refere ser a família “compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”. (Lei 11340, Art. 5º, Inciso II).

Este conceito decorre da nova concepção de família, concebida a partir dos preceitos da Constituição Brasileira de 1988, que reconhecem a união estável entre homem e mulher bem como a união formada por qualquer dos pais e seus descendentes como entidade familiar, além de garantir igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher no seio da família.

Ao tratarmos dos papéis das figuras de autoridade familiar como funções desempenhadas por determinados sujeitos, cabe retomarmos que o termo função designa, de acordo com Lacan (1957-1958) algo da ordem da metáfora, ou

seja, algo que pode ser substituído e seguir ainda desempenhando seu papel. Nessa perspectiva, os termos função paterna e função materna não significam necessariamente as funções desempenhadas pelo pai e pela mãe respectivamente. Podem ser desempenhadas por outras pessoas, grupos, comunidades, instituições, inclusive, pelo próprio Estado.

Exemplo deste postulado é ilustrado na relação dos adolescentes que fazem parte da rede de tráfico de drogas com o chamado *patrão da boca*, como é nomeado o líder dessa rede. É ele quem dá as ordens, regula a relação na comunidade, administra o funcionamento local e é respeitado, por vezes venerado, por todos que o cercam.

É o patrão quem decide, inclusive, quem deve matar e quem deve morrer. A relação com essa figura de poder é de grande risco, pois como denuncia um adolescente: “se o cara não andar na linha já era”, ou seja, caso não sejam seguidas as regras pode-se inclusive pagar com a própria vida.

A utilização do termo função busca sintonizar-se com os postulados freudiano e lacaniano, os quais concebem o homem não como ser da natureza, e sim como ser da cultura e da linguagem.

Desde a perspectiva da antropologia, é possível que falemos em famílias no plural, já que dependendo do contexto sócio-histórico, teremos diversas configurações desse importante grupo social. Sarti (2007) refere que, especialmente na atualidade, em função dos intensos abalos internos sofridos pela família e das interferências externas que a atravessam, torna-se delicado definir os contornos que a delimitam.

Não é por acaso que são cada vez mais comuns os re-casamentos e as famílias compostas de filhos oriundos de casamentos diferentes, daí as figuras das madrastas, padrastos, enteados e meio-irmãos,

Para Sarti (2007), as mudanças pelas quais a sociedade vem passando, especialmente depois da revolução industrial – que separou o mundo do trabalho do mundo familiar –, tornaram complicada a manutenção da idéia que liga à família à natureza. Os acontecimentos relativos à esfera da família vão além

das respostas às necessidades humanas, sendo respostas sociais e culturais disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos.

Incluindo nessa abordagem as contribuições de Derrida & Roudinesco (2004), somos convocados a pensar, por exemplo, sobre as repercussões da utilização cada vez maior dos chamados poderes tecnocientíficos, como é o caso da inseminação artificial, do fenômeno da mãe de aluguel, das clonagens, entre outros.

Derrida e Roudinesco (2004) trazem à tona, inclusive, a questão da coparentalidade, a saber, uma situação em que pelo menos um dos pais se assume como homossexual, ou seja, situação na qual uma mãe lésbica ou um pai gay elaboram o projeto de ter e criar uma criança com um parceiro, sendo que um é o pai biológico e o outro o pai social que cria a criança. Desta forma, o coparente pode ser um pai ilegal, um pai social ou um pai biológico.

Para estes autores, no momento em que novas realidades a respeito da família entram em cena, não devemos excluí-las, negá-las ou condená-las, mas sim pensar nas condições das primeiras, refletindo sobre suas possíveis repercussões em nossa subjetividade.

Situação comum nos atendimentos e que chamou minha atenção refere-se ao fato dos adolescentes terem sido, em sua maioria, cuidados somente pela mãe. Como ilustração disto, temos a fala proferida por Joana, mãe de um dos adolescentes que já passou pelo PPSC. “Criei os seis filhos sozinha, sem ninguém para me ajudar. Poderia até ter pedido pensão para o pai dele, mas eu não quis. Igual não ia fazer muita diferença... nunca faltou nada pros meus filhos, sempre dei tudo que eu pude. Se ele disser que foi para o tráfico porque faltou alguma coisa, eu vou dizer pra senhora que não, porque é mentira.”

Singly (2007), sociólogo que faz reflexões importantes sobre as configurações familiares na contemporaneidade, refere que a família moderna, longe de se constituir através dos laços patrimoniais, pela herança, se constrói fundamentalmente pelas relações afetivas.

Há, no entanto, um paradoxo nesta mudança: se de um lado há maior proximidade e privacidade nas relações entre familiares, há também maior in-

terferência do Estado na família. O papel desempenhado pela escola é ilustrativo dessa relação paradoxal, já que a instituição educacional pode ser um elo de aproximação entre a criança ou o adolescente e suas famílias, mas também pode acabar tomando para si responsabilidades que em um passado não muito distante eram especificidades do âmbito familiar.

Outra abordagem de Singly (2007) relacionada à ação do Estado sobre a família diz respeito à disseminação das especialidades, movimento em que a psicologia, ao lado de outras disciplinas como a pedagogia, aparecia na cena social como detentora de saber sobre o ser humano e sua trajetória. As famílias precisavam, assim, recorrer aos especialistas para oferecerem “boa criação” aos seus descendentes.

O grupo de familiares ratifica essa idéia, na medida em que os participantes buscam respostas, modos socialmente recomendados de relação com os filhos adolescentes e conferem a este espaço, certa esperança em resolver os conflitos e enfrentar as dificuldades. Uma das mães presentes no grupo, em determinado momento chegou a registrar em sua avaliação do encontro que “gostaria de saber mais como lidar com essas coisas”. Outra me identificou como professora e outra ainda que acrescentou: “Gosto muito das aulas e reunião com a Milena.”

Pergunto-me, então, quais marcas sociais da atualidade estão presentes em expressões dos familiares como estas. Será que a família ter deixado de se constituir através dos laços de sangue ou de herança fez com que os papéis se tornassem confusos? Ou ainda, que discursos produzidos pelas próprias ciências a respeito do que seria a “normalidade” e “o socialmente esperado” acabaram por difundir a crença de que podem responder aos enigmas de nossas relações, nesse caso, familiares?

Assim como referem Roudinesco (2003) e Singly (2007), fica evidente que as configurações sociais, incluindo-se aí as familiares, carregam as marcas do tempo sócio-histórico do qual fazem parte.

Para estes autores, podemos diferenciar três períodos na evolução da família. Num primeiro momento, a família tradicional submetida à autoridade patriarcal, cuja função era basicamente assegurar a transmissão do patrimônio.

Daí os chamados casamentos arranjados, onde escolhas afetivas e sexuais não eram levadas em consideração.

Num segundo tempo a família moderna, baseada no amor romântico e na divisão de tarefas entre pai e mãe ou ainda entre os pais e o Estado, tanto no que diz respeito às funções sociais quanto para assegurar lugar de autoridade na educação dos filhos.

Já na dita família contemporânea, a qual une ao longo de uma duração relativa dois indivíduos que buscam relações íntimas ou realização sexual, a transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais delicada, posto que é cada vez maior o índice de separações, divórcios e reposições conjugais.

Concebendo que a constituição da família contemporânea, assim como as configurações familiares do passado, sofre importantes influências dos processos de subjetivação que o contexto sócio-cultural produz em cada momento histórico, consideremos as reflexões de Dufour (2005).

Para esse autor, a pós-modernidade, com suas relações políticas e econômicas, leva o sujeito a um estado de vazio. Cita que o próprio sistema capitalista e o neoliberalismo levaram-nos a uma crise gravíssima, de dificuldades na questão da autoridade, a qual apresenta como uma das conseqüências significativas a perda de referências. Essa perda, por sua vez, atinge a parte mais exposta da população: os jovens.

Dufour (2005) acredita que a lógica idiota do capitalismo levou o homem a consumir a si mesmo, mecanismo por ele denominado como “a arte de reduzir as cabeças”. Sem mais contar com a crença em um poder divino transcendental, seja encarnado na figura de Deus ou na esperança em ter respostas a seu desamparo por meio da ciência, o homem pós-moderno é levado a outras formas de simbolização.

Tomando as palavras de Roudinesco:

Na época moderna, a família deixou portanto de ser conceitualizada como o paradigma de um vigor divino ou do Estado. Retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade. À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas.

Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX. (2003, p.20-21)

Contudo, ainda assistimos a certo aprisionamento a determinados valores de outrora, como acontece em algumas situações relacionadas à própria família.

Discursos que buscam explicações para o sofrimento humano através de justificativas como “desestrutura familiar” ou ainda “falta de estrutura familiar”. De alguma maneira, nos defrontam com uma visão nostálgica em relação a um passado tido como feliz, no qual a ilusão de plenitude pode estar vinculada à imagem da família dita tradicional, composta por pai, mãe e filhos.

Especificamente no que toca à contribuição da psicanálise nessa reflexão, Derrida e Roudinesco (2004) apontam que:

É com uma transformação da própria sociedade que estamos lidando, com uma transformação desse modelo de que acabamos de falar: que se trate da sexualidade, da família monoparental, dos filhos ilegítimos ou legítimos. Essa turbulência social irá produzir efeitos na cena psicanalítica: do lado dos pacientes e do lado da formação dos clínicos. Conjunto indissociável: transformação do campo social – ou do campo simbólico – de um lado, transformação da profissão analítica de outro. (p.51)

Questionemos, por exemplo, a máxima “*mater certíssima, pater semper incertus*²⁷” a qual possivelmente nos oferece algumas pistas sobre as crenças ainda vigentes no imaginário social, denotando a visão existente sobre os possíveis lugares e papéis dos prováveis responsáveis por desempenhar as chamadas função materna e função paterna.

Como forma de introduzir a temática sobre a questão da maternidade e sobre as possibilidades referentes aos lugares e papéis que a mulher/mãe ocupa e desempenha em nosso cenário social, especialmente naquilo que per-

²⁷ Citada por LEBRUN, Jean Pierre. Uma lógica infernal. In: **Violência, paixão e discursos: o avesso dos silêncios**. GEDIEL, José Antônio; MERCER, Vânia Regina. (organizadores). Porto Alegre: CMC, 2008.

cebo ser a visão dos adolescentes em conflito com a lei, de absolutização e idealização da figura da mãe, compartilho composição musical criada por adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de internação.

Quando dei início às atividades como coordenadora executiva do Programa de PSC da UFRGS, tomei contato com cd gravado por adolescentes em cumprimento de medida de internação, na ocasião, na chamada FEBEM²⁸.

O cd contém oito músicas, sendo que a segunda faixa é intitulada “mãe”.

Na ocasião em que dei início ao processo de escrita desta pesquisa, lembrei-me de quão significativa é a letra dessa música, lembrança esta que me faz indicá-la como mais um elemento para a presente reflexão:

“Mãe eu lhe peço perdão
Machuquei demais o seu coração
Aqui nesse lugar eu refleti melhor
Mãe, sem você eu me sinto só

Tem uma pessoa que agora eu vou falar
A gente gosta dela, pode acreditar
Não é a namorada, dá carinho e atenção
Ela está sempre em nosso coração
Se você não sabe, agora eu vou te dizer
Essa pessoa você não vai se esquecer
Eu acordo cedo, meu café ta na cama
Minha mãe para mim é muito bacana

Mãe eu lhe peço perdão

²⁸ Fundação do Bem Estar do Menor. Nome da instituição estatal para onde eram destinadas crianças e adolescentes na chamada Doutrina da Situação Irregular. Esta englobava situações de abandono, orfandade e conflito com a lei, sendo operacionalizada através dos princípios existentes na legislação vigente na época, o chamado Código de Menores. A Doutrina da Situação Irregular, presente no Código de Menores de 1979, prevaleceu por muitos anos como norteadora das políticas públicas direcionadas à infância e à juventude, até que a legislação começou a ser modificada com o advento da Constituição de 1988 que, com o artigo 227, abriu caminho para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Machuquei demais o seu coração
Aqui nesse lugar eu refleti melhor
Mãe, sem você eu me sinto só

Mulher de fibra
Sempre pra cima
Batalhando, lutando
Sempre todo dia
E por isso nunca nos deixou faltar comida
Levanta cedo todo dia para trabalhar
Se preocupa, pronto o meu café deixar
Chega no fim do mês ela me dá um dinheiro
Amor de mãe é amor verdadeiro
Mãe é mãe
Não é a madrasta
Mãe é aquela para sempre
Ela lava sua roupa e faz a sua comida
Entre as mulheres ela é a preferida
Se sua mãe morrer acaba tudo
Ninguém nesse mundo vai te dar um seguro
Trate sua mãe com carinho e atenção
Ela está sempre em nosso coração
E para essas mães que estão aqui no salão
Nós agradecemos do fundo do coração

Mãe eu lhe peço perdão
Machuquei demais o seu coração
Aqui nesse lugar eu refleti melhor
Mãe sem você eu me sinto só

Nasci e cresci na periferia
A minha mãe lutando sempre todo dia
É correria pra cá, é correria pra lá

Eu só queria saber de roubar, fumar
Sempre arrependido do que eu fiz
Me regenerar
Eu to aqui com a cara e a coragem
Não é viagem
É a pura realidade
Então se liga no conselho que a sua mãe vai lhe dar
Porque se ela morrer ninguém vai te ajudar

Mãe eu lhe peço perdão
Machuquei demais o seu coração
Aqui nesse lugar eu refleti melhor
Mãe sem você eu me sinto só”.

Entendendo que o papel da mãe/mulher em nossa sociedade se constitui no campo social, tendo atravessamento dos tempos históricos, das questões culturais, políticas e econômicas é preciso que consideremos estas questões.

O que se traduz através da letra da música, da relação de Alan com sua mãe, dos relatos dos pais que participam dos grupos, da tatuagem de João, da presença intensa da mãe no cotidiano dos adolescentes em cumprimento de medida no PPSC/UFRGS, presença não somente sentida na transferência como, inclusive, documentada no banco de dados²⁹ do Programa?

Acredito que os elementos norteadores de reflexões como estas precisam incluir o movimento de percebermos nosso entorno social e pensarmos em algumas características da atualidade, especificamente no que diz respeito ao lugar da mulher e da mãe nesse contexto.

São inegáveis os avanços científico-tecnológicos que temos à disposição. O incremento de novas tecnologias, inovações importantes ligadas às di-

²⁹ Vide Apêndice A

versas áreas das ciências e o aumento na expectativa de vida das pessoas podem ser citados como alguns desses avanços.

A disseminação dos processos de fertilização e inseminação artificial, por exemplo, proporcionou que mesmo casais antes impossibilitados de gerar bebês possam fazê-lo. É provável que, como ocorre com os demais ganhos dos novos tempos, tais processos tenham também suas repercussões no imaginário social, quem sabe provocando mudanças na concepção do que seria formar uma família, do que significa ser mãe, ser pai.

Dados do senso comum veiculam mensagens como a de que hoje é possível para a mulher escolher ter uma gravidez independente. Vale então questionarmos: independente de quem e a serviço do que? Este fato significa que a mulher não precisa mais do “homem-pai-parceiro” na geração de seus filhos?

Talvez, a partir de uma retomada história do que significa o lugar da mulher-mãe em nossa sociedade, possamos acompanhar as possíveis mudanças que vêm ocorrendo com o passar do tempo.

A Bíblia, considerada como um dos marcos importantes da cultura judaico-cristã pode constituir-se em referência importante na compreensão do papel desempenhado pela mãe-mulher em nossa sociedade.

No Gênesis, texto sagrado que trata da origem de todas as coisas, já temos algumas aproximações com as significações da mulher na cultura cristã. Feita posteriormente à criação do homem e a partir de uma costela deste, a mulher é então formada. Deus lhe coloca como principal compromisso ser uma pessoa idônea e servil ao homem.

No entanto, tão logo a mulher prova do fruto proibido, a função de protetora é confrontada com a imagem da pecadora primeira da história bíblica. Isto porque é Eva quem sucumbe à sedução da serpente, o mais sagaz dos animais selvagens, e burla a proibição divina, dando também a Adão uma prova deste fruto.

E é justamente por ter sido fraca às tentações que Eva é punida. Deus então lhe diz: “ Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em

meio a dores darás à luz filhos; o teu desejo será para teu marido e ele te governará.”

A partir destes pequenos trechos do texto bíblico podemos nos perguntar se o lugar ocupado pelas mães nos dias atuais sofre algum tipo de influência desta concepção. Vale, inclusive, lembrarmos os tão conhecidos ditos populares relacionados à maternidade: “mãe é mãe”, “ser mãe é padecer no paraíso” ou ainda “depois que filhos pari, nunca mais a barriga enchi”.

Os estudos de Venâncio (2007) apontam que a história da maternidade, e conseqüentemente a história das mulheres, está ligada às diferentes concepções de infância que foram sendo construídas ao longo do tempo. Este historiador traz importantes contribuições a esses aspectos, descrevendo o trato que as crianças recebiam no período colonial de nosso país. O abandono e a negligência para com estas tinham ligação com as significações vigentes na época sobre a maternidade. Filhos oriundos de relações não legitimadas pelo casamento, crianças que eram frutos de relações extraconjugais não eram aceitos socialmente. No entanto, o autor pede que tenhamos cuidados em fazer ligações diretas entre o abandono e tais situações, já que muitas mulheres deixavam a mercê do destino filhos de casamentos legítimos, atitude para qual não encontramos justificativa em explicações tão concretas como as acima descritas.

Nesse sentido é que Badinter (1985) questiona o amor materno enquanto sentimento universal e instintivo a todas as mulheres. Por mais que o termo instinto tenha deixado de ser usado intensamente, ainda é vigente a crença no amor materno como algo da ordem do inato. Para a autora, essa idéia é criação de nossa subjetividade, já que nos sentiríamos intensamente vulneráveis em questionar o amor de nossas próprias mães. Esta seria uma incerteza insuportável e o movimento de questioná-la faz com que nos interroguemos acerca da fé em Deus e do conceito de natureza. Para ela, o amor materno existe

desde a origem dos tempos, mas não necessariamente em todas as mulheres.³⁰

Badinter (1985), ao trazer inúmeros exemplos de situações de abandono, faz importantes articulações entre o social e o psíquico, na medida em que aponta para o fato de que os valores sociais são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre nossos desejos. No entanto, postula que o inconsciente feminino tem predominância sobre os processos hormonais.

Autores como Fonseca (2007) demonstram que investigações sobre o lugar designado à mulher em períodos históricos de outrora podem contribuir em nosso entendimento sobre a situação desta na atualidade. Ao estudar dossiês envolvendo mulheres pobres brasileiras nas primeiras décadas do século XX, a autora revela que muitas delas eram julgadas e incriminadas injustamente. Não tendo acesso à profissionalização que lhes garantisse a própria sobrevivência, sendo abandonadas temporariamente por seus maridos, os quais se movimentavam geograficamente em busca de oportunidades de trabalho, as mulheres viam-se quase que obrigadas a arranjar novos companheiros, algumas, a abandonar os filhos, outras a buscar moradia em lugares perto de pessoas de “caráter duvidoso”. (p.520)

E prossegue:

A receita da mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da Igreja, a mãe-educadora do Estado positivista, a esposa-companheira do aparato médico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher. Para a mulher ser honesta, devia se casar; não havia outra alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem. O próprio Código Civil previa a nulidade do casamento quando constatada pelo marido a não-virgindade. (FONSECA, 2007. p. 528)

Em seu artigo intitulado **Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros**, Fonseca (2002) alerta-nos para a existência de dinâmicas alternativas no que diz respeito ao lugar da mãe nas configurações familiares, especificamente em classes populares.

³⁰ Freud (1929), ao conceber a agressividade como constituinte do psiquismo humano e a ambigüidade entre amor e ódio como algo presente nas relações que os sujeitos estabelecem durante a vida, questiona se o amor da mãe com o filho homem não seria a única exceção a estas questões, ou seja, uma relação livre dos sentimentos hostis, do ódio.

O fenômeno que esta antropóloga descreve como circulação de crianças, através do qual muitas mulheres podem fazer a função de cuidadoras e desempenhar as funções tradicionalmente delegadas à mãe, longe de serem concebidos como negligência, abandono ou falta de cuidado, eram a possibilidade de garantir a sobrevivência de muitas crianças.

Nesse texto Fonseca (2002) tece críticas importantes sobre o risco corrido por alguns pesquisadores de cair nos rótulos e preconceitos, na medida em que norteiam suas interpretações dos fenômenos de acordo com o que é hegemonicamente tido como normal. A autora entende que há uma tendência nas pesquisas, especialmente nos meios populares, a patologizar o que não necessariamente tem conotações negativas; o fato dos estudos serem realizados em lugares ou situações nos quais as pessoas vão em busca de ajuda (postos de saúde, hospitais, centros de assistência social, etc) pode tornar ainda mais questionável os resultados obtidos.

Em relação às contribuições psicanalíticas sobre a mulher, temos em Freud (1932) o fato de que a constituição psíquica da primeira apresenta um percurso mais cheio de obstáculos, comparado ao que acontece com os homens. Embora a idéia da bissexualidade infantil nos permita pensar que todo o sujeito é homem e também mulher (isto é presente, inclusive na anatomia dos corpos de ambos os sexos), existem particularidades no que toca à feminilidade.

Por esses motivos, Freud (1932) sustenta ser tarefa difícil para a psicanálise a descrição do que significa ser mulher, sendo possível tangenciá-la através do conhecimento de como a mulher se forma, como se desenvolve psicologicamente desde essa posição bissexual.

A proposta freudiana sobre o tema revela que a menina, diferentemente do menino precisa, durante a vivência da conflitiva edípica, fazer uma troca de objeto, passando do chamado objeto de satisfação primordial, geralmente ligado à figura materna, sendo esta representada por quem dispensa ao bebê os cuidados essenciais para sua sobrevivência, a outra figura a quem destinará seu investimento afetivo.

Com o passar do tempo, portanto, uma menina tem de mudar de zona erógena e de objeto – e um menino mantém ambos. Surge então a questão de saber como isto ocorre: particularmente, como é que a menina passa da vinculação com sua mãe para a vinculação com seu pai? Ou, em outros termos, como passa ela da fase masculina para a feminina, à qual biologicamente está destinada? (FREUD, 1932, p.119)

Ao tomarmos a concepção lacaniana a respeito dos três tempos do Édipo, temos aproximações sobre o que chamamos de função materna. Para Lacan (1957-1958) é a mãe, mais precisamente quanto submetido à castração seu desejo se encontra, o veículo que direciona o processo do bebê tornar-se sujeito, na medida em que é o valor que esta confere à palavra paterna, o que permite ao sujeito acesso ao universo simbólico.

Integrando essa concepção com os postulados freudianos sobre o Édipo feminino, podemos inferir que a função materna está intimamente ligada àquilo que toca à psicosexualidade infantil da mulher-mãe.

Além disso, como Freud (1929) esclarece, o pulsional primitivo de todos nós convive lado a lado com outros elementos de nosso mundo psíquico que puderam encontrar outros destinos, concepção que está em consonância com a atemporalidade do inconsciente.

Entendendo a importância que a psicanálise confere à vivência edípica na constituição psíquica de todos nós, sendo através dela que acedemos à posição de sujeitos do desejo, temos que considerar também a função paterna e as questões ligadas à paternidade, compartilhando com Dor (1991) a idéia de que estas são fundamentais para a estruturação psíquica.

A riqueza da obra freudiana permite-nos encontrar referências à questão do pai em diferentes textos e contextos. Desde o caso do pequeno Hans, com todas as críticas que despertou e ainda desperta, texto em que nos deparamos com o esforço de Freud (1909) em fazer reconhecidas como ciências na sociedade da época a teoria e a técnica psicanalíticas:

Pois uma psicanálise não é uma investigação científica imparcial, mas uma medida terapêutica. Sua essência não é provar nada, mas simplesmente alterar alguma coisa. Em uma psicanálise o médico sempre dá a seu paciente (às vezes em maior e às vezes em menor escala) as idéias conscientes antecipadas, com a ajuda das quais ele se coloca em posição de reconhecer e de compreender o materi-

al inconsciente. Há alguns pacientes que necessitam mais de tal assistência e alguns que necessitam menos, mas não há nenhum que passe sem alguma assistência. (FREUD, 1909, p.97)

Muito embora o principal sintoma apresentado pelo menino fosse fobia a cavalos, Freud toma esse caso como modelo de processo psicanalítico não só de crianças, como também de pacientes adultos, entendendo que aquilo que diz respeito à psicosexualidade infantil tem íntima relação com a formação dos sintomas, sendo que o surgimento destes sintoniza-se com um processo lógico e não cronológico.

É muito claro que a conflitiva do menino, a qual teve início no período da vivência edípica tinha relação com a figura paterna. Hans que desde tenra idade teve despertado o interesse por “*pipis*” e “*lumfs*”, órgão sexual masculino e excrementos humanos, respectivamente, e que fora alvo das sedução maternas, estava às voltas para dar conta da própria sexualidade.

Freud (1909) esclarece o quanto o menino acreditava que todos os seres animados teriam “*pipis*”, sendo neste sentido, concebido como homossexual. Para Hans somente existiam órgãos genitais que fossem como o seu, mecanismo que pode ser entendido através do conceito de primazia do falo, a saber, o que faz com que sujeito constitua-se a partir do questionamento sobre tê-lo ou não tê-lo: “se ainda não tenho, um dia vai crescer”.

De acordo com Freud (1909) a fobia de cavalos, apresentada pelo menino, tinha fortes ligação com os sentimentos de medo que este tinha para com seu pai. *“Mesmo em análises em que o médico e o paciente são estranhos, o medo do pai desempenha um dos papéis mais importantes como uma resistência contra a reprodução do material patogênico inconsciente.”*(p. 112)

Outro ponto evidenciado no texto freudiano diz respeito à ambivalência de sentimentos que Hans nutria para com o pai. Ao mesmo tempo em que queria que o mesmo desaparecesse, tornando possível a ele ser “o único homem da sua mãe”, o próprio sintoma convocava que o pai se fizesse presente e interditasse as relações incestuosas do filho com a genitora. O pai era assim amado e odiado profundamente.

Em 1913 Freud escreve o que talvez seja considerada a maior contribuição psicanalítica à antropologia social. No texto **Totem e Tabu** são trazidas à tona importantes questões sobre a vida em sociedade, como o papel desempenhado pela figura paterna, os desejos e proibições ligados ao incesto e ao parricídio, a função das leis, das instituições, das religiões e ainda, a importância do complexo de Édipo na constituição psíquica do sujeito.

Em sintonia com o que é eminentemente humano, ou seja, com a necessidade que temos de criar versões para nossa própria existência, numa tentativa constante de dar sentido àquilo que somente se torna apreensível através dos mitos, contos, fábulas e histórias, Freud (1913) busca nas contribuições fornecidas pelo cientista Charles Darwin, as quais partiam do princípio de que, originalmente o homem vivia em grupos ou hordas pequenos nos quais o ciúme do macho mais velho e mais forte impedia a promiscuidade sexual, bases para a construção do mito da horda primeva.

Faz parte desta origem mítica a idéia de que este macho mais velho, o pai primitivo, tinha como sua propriedade todas as mulheres do clã, o que causou reações de inveja entre os demais homens do clã. A partir disso, estes homens, que também desejavam ter mulheres para si, unem-se e assassinam o pai.

Para a surpresa dos filhos, o assassinato do pai longe de resolver a situação, trouxe-lhes problemas ainda maiores, na medida em que nenhum deles poderia ocupar o lugar que outrora era ocupado pelo pai, seria preciso socializar as mulheres com os demais irmãos do clã e criar regras mínimas de convivência social. Além disso, a culpa pelo ato consumado fez com que o pai morto se tornasse ainda mais forte do que quando era vivo. É a partir daí que surge o totem, *“via de regra, um animal (comível e inofensivo, ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o clã.”* (p.22)

Faz parte ainda do mito o fato de que, após o assassinato cometido, os irmãos unidos fazem a chamada refeição totêmica, na qual devoram o corpo do homem tão poderoso, a fim de incorporarem as características do mesmo. Este

é tomado por Freud (1913) como o protótipo do mecanismo psíquico da identificação.

Embora a ligação entre o totemismo e a exogamia seja tratada de diferentes pontos de vista pelos autores citados ao longo do texto, Freud (1913) pontua o fato dos laços totêmicos serem mais fortes do que os laços de sangue, já que o pertencimento a um clã incluía uma série de regras e proibições a serem respeitadas. Justifica-se por isto a ligação existente entre o totemismo e a exogamia, já que uma das mais importantes restrições de quem pertencia a um mesmo clã dizia respeito ao impedimento de relações sexuais com os irmãos do mesmo grupo. Desta forma, fica claro que é insuficiente a crença em um sentimento inato de horror ao incesto, como postulavam alguns autores, na medida em que o incesto não pode ser entendido como prática incomum, mesmo na contemporaneidade.

Fica assim evidente a função da lei para a organização da vida humana, posto ser esta que impede ao sujeito fazer o que o pulsional lhe impele a fazer. *“Por conseguinte, podemos sempre com segurança pressupor que os crimes proibidos pela lei são crimes que muitos homens têm uma propensão natural a cometer. Se não existisse tal propensão, não haveriam tais crimes e se esses crimes não fossem cometidos, que necessidade haveria de proibi-los?”* (p. 129)

Freud (1913) tece algumas ligações de semelhança entre o homem primitivo e a criança, visto serem ambos mais desinibidos no que se refere à admissão de suas necessidades e desejos. Embora tenha afirmado que ainda não era possível contar com um estudo mais aprofundado das fobias de crianças em relação aos animais, já que a análise de crianças muito pequenas não era prática usual naquela época, o psicanalista postulava que, quando se tratava de meninos, o medo estava relacionado com o pai e havia simplesmente sido transposto para o animal.

Provavelmente a assertiva freudiana sobre as fobias infantis tinha como base a criança do sexo masculino, bem como aconteceu com a explicação do autor sobre a conflitiva edípica, mas isto não quer dizer que não possamos pensar que tais fenômenos também aconteçam com as meninas.

A partir das ligações entre o primitivo e o infantil, podemos pensar que a ambivalência da relação do homem primevo com o totem, caracterizada simultaneamente pelo temor e pela adoração, era como a que se estabelece entre a criança e o objeto fóbico. Retomando o caso do pequeno Hans, o medo de cavalos convivia lado a lado com o significativo interesse por este animal e pelo grande “pipi” que possuía.

Sendo o animal totêmico representante da figura paterna, era ele o responsável pela interdição dos dois desejos edípicos, o parricídio e o incesto, já que proibia ao homem primitivo matar o totem e ter relações sexuais com as mulheres do mesmo clã. Para Freud (1913), estes desejos, considerados primários e cujo recalque era ineficiente, ao serem despertados, formam o núcleo de todas as psiconeuroses.

Cabe ressaltar ainda as referências feitas ao totemismo e a aquisição do nome próprio, podendo este ser o nome do grupo ou do sujeito. Era através dos laços que os homens tinham entre si a partir de um totem em comum que recebiam um nome, forma de se diferenciarem entre si e dos demais clãs.

Outra ligação possível feita por Freud (1913) diz respeito aos laços entre totemismo e religião, visto que no conceito de Deus o elemento paterno revelase muito importante. Assim como o homem primitivo adorava e temia o totem, o homem crente adora e teme a Deus, sendo este nada mais do que um pai glorificado. Não é por acaso, que muitos cristãos chamam-no “Deus Todo Poderoso”. Podemos pensar que assim como o animal totêmico, amado e odiado, Deus teria também todos os poderes, tanto aqueles que dizem respeito aos sentimentos de amor e afeição quanto aos que se referem aos sentimentos de ódio e hostilidade. Neste contexto, a culpa sentida pelos irmãos frente ao assassinato do pai tem também relação com a culpa dos cristãos religiosos, pelo fato de terem a vida a partir do sacrifício divino.

Vale lembrar ainda que tratamos de realidades psíquicas e não de realidades concretas, sendo característica do neurótico a preferência das primeiras em relação às últimas e o fato de reagir aos pensamentos como as “pessoas normais” reagem perante à realidade. Por isso é que Freud (1913, p.161) deixa claro que *“o simples impulso hostil contra o pai, a mera existência de uma fan-*

tasia – plena de desejo de matá-lo e devorá-lo, teriam sido suficientes para produzir a reação moral que criou o totemismo e o tabu.”

Entendendo que são inegáveis os avanços trazidos pelas contribuições lacanianas sobre a questão do pai em psicanálise, passemos a refletir sobre as mesmas.

É no retorno à obra freudiana que Lacan vai construir o próprio pensamento sobre o psiquismo, leitura esta que possibilita encontrar em Freud o que talvez nem mesmo ele tivesse dimensão. A proposição lacaniana sobre a linguagem, de que sempre se diz mais do que se quer dizer, quem sabe possa servir-nos para o entendimento do que o chamado “retorno à Freud” fez surgir.

Sobre o tema das vivências edípicas, Lacan (1957-1958), no Seminário **As formações do inconsciente**, propõe três tempos.

O primeiro tempo do Édipo diz respeito à relação da criança não com a mãe, que é considerada objeto primordial, mas com o desejo desta. Etapa fálica primitiva, tem como característica principal a relação especular da criança com a mãe, sendo desta forma uma relação de desejo do desejo. É neste sentido que criança é descrita como assujeito, já que tudo o que tem refere-se ao desejo de ser o desejo do Outro, mãe. No entanto, pela impossibilidade de ser esse desejo plenamente satisfeito, já que o falo, objeto metonímico por excelência, nunca está onde o sujeito imagina que irá encontrá-lo, a criança é impedida a seguir outros caminhos.

Lembremos aqui da prevalência fálica, a qual está relacionada ao fato de ser o falo o significante dos significantes, eixo da dialética subjetiva, o que significa a centralidade do conceito para pensarmos a estruturação psíquica em ambos os sexos.

No segundo tempo do Édipo, o pai intervém como privador, fazendo com que não baste à criança ocupar o lugar ilusório de ser o falo da mãe. Um terceiro elemento entra em questão demonstrando que a mãe é dependente de um objeto que já não é o desejo da criança, mas sim um objeto que o Outro tem ou não tem. O olhar da mãe se dirige a um terceiro. Lacan (1957-1958) esclarece

que na trama edípica não se trata de uma relação com o pai, mas com a palavra deste.

É no terceiro tempo do Édipo que se faz necessário que o pai se coloque como potente, ou seja, que intervenha como aquele que tem o falo, cumprindo efetivamente o prometido:

[...]o pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervém como aquele que tem o falo.” (LACAN, 1957-1958, p.200)

Fica bastante evidente a ligação que o texto lacaniano faz entre a metáfora paterna e o complexo de castração, posto ser através da primeira que o sujeito se depara com a falta, com a incompletude, ascendendo assim ao universo simbólico, em outras palavras, à lei.

No texto **Os complexos familiares**, Lacan (1938) pontua elementos que auxiliam a pensar a questão da castração como algo intrínseco à constituição psíquica, questão esta que está também ligada à função paterna. O homem, ser da cultura por excelência, não é definido pelo instintual, natural, e sim, pelas relações que estabelece durante sua existência. Nessas relações, a família ocupa um lugar de extrema importância.

O autor aponta neste mesmo texto que não é somente na vivência do complexo de Édipo propriamente dito que a castração se coloca ao sujeito, já que antecedem a esta outras interdições: o complexo de desmame, ligado à relação primeira que une o indivíduo ao contexto familiar e que não é regulada por uma necessidade fisiológica e sim pelo fator cultural; e o complexo de intrusão, representado pela experiência do sujeito em reconhecer seus semelhantes, em outras palavras, como tendo irmãos.

Entendo que o complexo de intrusão, na medida em que é vivido de diferentes maneiras dependendo do contexto social e familiar de cada sujeito, pode ser pensado mesmo nos casos em que, na realidade, não existem irmãos, posto que ainda assim o sujeito terá que se deparar com outros além de si, sejam eles da própria família, da escola ou da comunidade.

Se atentarmos para o que Lacan (1957-1958) conceitua como função paterna e ainda, para o fato de nomeá-la desta forma, tornamos possível incluí-la naquilo que é da ordem do registro simbólico, ou seja, metafórico. Isto nos permite falar de determinado objeto mesmo em sua falta, posto consistir a metáfora justamente na possibilidade de um significante surgir em lugar de outro significante.

Nesse sentido, tal função não necessariamente precisa ser feita pela figura do pai de carne e osso, mas pode ser desempenhada por outras pessoas, objetos, instituições. A proposição lacaniana ressalta o quanto a função paterna não é algo definido pela existência ou não do pai e sim com a marca de um registro do que esta função faz operar e, ainda, que é através da legitimidade que a mãe confere à palavra paterna que é dado ao sujeito acesso ao universo simbólico.

Questionando sobre o papel do pai e sua relação com a função paterna, Dor (1991) descreve o primeiro, no real de sua encarnação, como um diplomata, ou seja, como aquele que representa o governo do pai simbólico junto à comunidade estrangeira mãe-filho. Na medida em que concebe que a entidade paterna depende apenas de uma representação simbólica, refere que a função paterna está aberta a todo “agente diplomático” (p. 15) que interceder na economia do desejo do filho às voltas com o desejo da mãe.

É por isso que Dor (1991) entende que a filiação, por se desenvolver desde um ponto de vista do registro simbólico, tem prevalência sobre a paternidade real, sendo a instância do pai simbólico ligada diretamente à Lei.

Na mesma perspectiva que enfatiza a questão do pai como construção simbólica e que não concebe a paternidade, necessariamente, como relação de descendência em realidade, ou dos laços de consangüinidade, é que Fonseca (2009) nos faz alerta para certa confusão existente sobre esta questão.

Ao investigar as solicitações de exame de comprovação de paternidade através do exame de DNA em esferas judiciárias públicas no município de Porto Alegre, Fonseca (2009) avaliou existir em vigência um movimento de trans-

formar em dados biológicos concretos algo que é de outra ordem e que envolve fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e históricos.

A crítica tecida pela autora é que a disseminação de processos de reconhecimento de paternidade através de exames de sangue, cujo financiamento é em alguns casos, feito pelo poder público, subestimam a amplitude do exercício da paternidade ao tentarem minimizá-la apenas como uma questão “de sangue”. Fonseca (2009) questiona quais seriam as garantias dadas às crianças que tem seus pais reconhecidos pela comprovação de exames de DNA de que terão efetivamente alguém que desempenhe a função paterna.

Seguindo essa linha de pensamento, lembremos o conceito lacaniano do Nome-do-pai³¹, o qual representa no Outro o Outro como aquele que dá alcance à lei, e que não basta somente por existir. Lacan (1957-1958) refere ser *“preciso que saibamos servir-nos dele.”*

Não é por acaso a ligação entre o conceito do Nome-do-pai e as psicoses, já que nestes casos podemos supor existir uma falha ou deficiência do primeiro. Se, de acordo com a teoria lacaniana, é através do Nome-do-pai que se abre a circularidade necessária entre o código e a mensagem, nas psicoses nos deparamos com um rompimento nessa relação. Ao falar do tema, Lacan (1957-1958) cita o Caso Schreber e sua língua fundamental, o que bem ilustra as repercussões que este “mal servir-se” da função paterna pode ocasionar.

No texto **Introdução aos Nomes-do-pai**, Lacan (1964) fala-nos dos três eixos de amarração do sujeito, ou seja, dos registros do imaginário, simbólico e real e postula ser indispensável a entrada de um terceiro para que uma relação assuma seu valor simbólico.

A partir do momento em que se introduz o terceiro, que ele entra na relação narcísica, abre-se a possibilidade de uma mediação real por intermédio essencialmente do personagem que, em relação ao sujeito, representa um personagem transcendente, em outras palavras, uma imagem de domínio por meio da qual seu desejo e sua realização podem se dar simbolicamente. Nesse momento intervém outro registro, que é ou o da lei, ou o da culpa, segundo o registro que ele é vivido. ”(LACAN, 1964, p.34)

³¹ Significante referente à função paterna.

Entendo que o fragmento do atendimento de Mari, descrito a seguir, nos aproxima das questões ligadas à função do pai e da importância desta função enquanto operadora da lei e do acesso à ordem simbólica.

A adolescente tinha 15 anos na ocasião em que se apresentou para iniciar o cumprimento da PSC, aplicada em função de brigas na escola. Sua mãe é quem a acompanhou na primeira entrevista com a equipe do Programa. Muito chorosa falou da dificuldade em aceitar que a filha tivesse se envolvido em atos infracionais.

Disse que era ela quem tomava conta “de tudo”, já que o pai da adolescente nunca se fizera presente. “A gente nem era namorado quando eu fiquei grávida, mas ele sabia que a filha era dele. Eu também não fiz questão de pedir ajuda, porque já sabia que ele não podia ajudar em nada mesmo e que eu teria que dar conta sozinha”.

Nos documentos da menina não constava o nome do pai. Tendo consciência do número de casos em que o nome do pai não era escrito pelos técnicos sócio-educativos, mesmo quando o adolescente tinha registro pelo pai, perguntei à menina sobre sua filiação.

Prontamente a mãe tomou a palavra e referiu que a filha “deu pra querer fazer o teste de paternidade, porque conhece o pai, mas não foi registrada por ele... ela quer pensão, sabe como é, nessa idade quer as coisas”.

A adolescente que ouvia atenta a fala da mãe disse: “Não é por pensão, eu quero o nome do meu pai”.

Quais os possíveis significados desse desejo? Que relação pode ter o pedido da adolescente com o fato da mãe acreditar tomar conta de “tudo” sozinha?

A questão do pai e de sua função na constituição psíquica é retomada novamente mais para o fim da obra lacaniana, sendo notáveis algumas mudanças a respeito da temática. Em **El Sinthome**, Lacan (1975-1976) tendo a vida e obra de James Joyce como principal dispositivo, traz-nos as amarrações necessárias para a constituição psíquica do sujeito, conferindo ao sinthoma, desta vez grafado de maneira diferente, um novo estatuto.

O autor em questão evidencia o quanto os elos do nó borromeu³² precisam estar amarrados para que a estruturação subjetiva do sujeito tenha sustento. Assim, os registros do imaginário, simbólico e real estão em constante ligação e dinamicidade, cada um deles perpassando, atravessando o outro. Tal proposição nos permite pensar que independente da estrutura a que nos referimos, teremos presentes os três registros.

A partir de uma abordagem topológica, Lacan (1975-1976) postula que o *sinthoma* não é necessariamente oriundo do recalçamento, retorno do recalçado, da ordem da repetição, sendo um novo significante, um quarto elo do chamado nó borromeano. Com um caráter de criação, o *sinthoma* tem ligação com o significante *Nomes-do-pai*³³, na medida em que este, em qualquer das estruturas psíquicas, tem falhas, deficiências e que o primeiro existe para fazer suplência a estas.

Nesta perspectiva há inclusive mudanças na meta do tratamento analítico, passando do que poderíamos chamar de eliminação do sintoma às criações possíveis do *sinthoma*. Lacan (1975-1976) entende esta meta como algo da ordem do “saber-fazer-com”, exemplificando com James Joyce que, com sua arte, demonstra um “saber-fazer-com” as palavras, o que confere à sua obra a busca pela suplência às deficiências do significante *Nomes-do-pai*. Interessante pensarmos o quanto era importante para Joyce fazer-se reconhecer, na medida em que buscou durante a construção de sua obra literária fazer um nome, operação que as teorias freudiana e lacaniana entendem como uma das funções paternas.³⁴

³² De acordo com Roudinesco (1998) esta expressão designa as figuras topológicas usadas por Lacan na tradução da trilogia do real, simbólico e imaginário, conferindo ao primeiro destes registros primazia sobre os demais. Conceito oriundo da ilustre família Borromeu, cujas armas consistiam em três anéis que simbolizavam uma tríplice aliança, sendo que o fato de um destes ser retirado soltaria os demais. O *sinthoma* foi identificado posteriormente como o quarto elo do nó e, dessa forma, como o que possibilita a amarração dos demais.

³³ Este significante passa a ser escrito no plural, o que indica a articulação que faz Lacan do *Nome-do-pai* com os registros: simbólico, real e imaginário e, ainda, com a pluralidade de significados que este pode comportar, o que significa não ser ele unívoco.

³⁴ Muito embora fique em evidência o caráter simbólico ligado à função paterna, fica em aberto a questão de saber os motivos pelos quais Lacan (1975-1976), descreve que James Joyce buscava com sua escrita fazer suplência ao significante dos *Nomes-do-pai*, trazendo para exemplificar este fato a questão de ser seu pai um homem carente, bêbado, indigno.

Como tentativa de possibilitar aproximações entre as leituras teóricas e os atendimentos aos adolescentes e suas famílias, e ainda, acatando a sugestão da banca de qualificação do projeto desta dissertação, os familiares dos adolescentes em cumprimento de medida no Programa de PSC também foram escutados.

4. NARRATIVAS FAMILIARES

Aliando o convite da Coordenação do PPSC/UFRGS, ocorrido em meados de novembro do ano de 2009 para ser referência no trabalho com os familiares dos adolescentes em cumprimento de medida no Programa, com a indicação da banca de oportunizar espaço de escuta a estas famílias, venho trabalhando com o grupo desde esta ocasião.

Através de encontros mensais, a oportunidade tem sido de extrema riqueza, inclusive para o aprofundamento de algumas questões que norteiam esta pesquisa.

A primeira tentativa de registrar o material desta experiência aconteceu no formato de relato, no decorrer da qual busquei apresentar cada momento de trabalho do grupo, dando voz aos familiares e as minhas percepções sobre as atividades desenvolvidas. Era como se através da escrita fosse possível incluir a totalidade de palavras, intensidades e emoções da experiência de escuta a esses familiares.

Entretanto, foi importante levar em consideração as contribuições de Rickes (2003) sobre a escrita em psicanálise. A posição da autora é de que, embora exista um laço que liga de forma significativa pesquisa, intervenção e escrita, a última é uma tentativa de dar consistência à experiência.

Se a experiência está atrelada aos movimentos do inconsciente, à transferência, é de se esperar que a produção escrita carregue consigo essas marcas e que seja, portanto, uma escrita da falta, busca para dar corpo àquilo que nos escapa.

Assim, na tentativa de tornar consistente a experiência de escuta proporcionada pelo grupo de familiares do Programa, é que compartilho o texto que segue.

O primeiro encontro do grupo de familiares dos adolescentes vinculados ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS aconteceu em novembro de 2009.

A proposta desde o início consistiu em proporcionar espaço de diálogo e reflexão aos familiares dos adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto, bem como acolher as demandas do grupo como diretrizes para o planejamento dos encontros futuros.

Iniciei o trabalho me apresentando aos presentes e esclarecendo que o objetivo não seria trazer respostas prontas ou receitas de como os pais devem agir com os filhos adolescentes, e sim um espaço para cada um se pensar, refletir, descobrir, aprender, e, construir conceitos importantes para a vida.

Apresentei em seguida a proposta para apresentação de cada um dos participantes, através da dinâmica chamada “E se eu fosse...”. Esta atividade teve como objetivo fazer com que cada um falasse um pouco de si. Compartilhei então o material: um pacote de tecido onde estavam guardadas fichas com palavras em impressão colorida tais como: lugar da cidade, cheiro, lembrança, profissão, objeto, ditado popular, entre outras. Ao retirar uma ficha do pacote, o familiar deveria dizer seu nome e em seguida apresentar-se de acordo com a palavra escolhida, por exemplo, “meu nome é X e se eu fosse Y, eu seria...”

Muito embora eu tenha questionado se tinha ficado claro para todos como funcionaria esta atividade, ficou evidente a dificuldade da maioria dos participantes em seguir a combinação inicial. Com o passar de alguns instantes percebi que talvez o mais difícil para eles não era necessariamente o entendimento da proposta de apresentação, mas sim, o uso das palavras de maneira que fosse viável para cada um falar de si.

Essa possível dificuldade na capacidade de expressão e simbolização se fazia acompanhar por dificuldades de outras ordens. Exemplo disso foi a senhora que, bastante constrangida, solicitou à colega que sentava ao seu lado que lesse o que estava escrito na ficha que ela havia escolhido. No mesmo instante em que pedia ajuda para decifrar a mensagem de sua ficha, me olhava como se estivesse fazendo algo de errado. Quando me aproximei, sussurrou: “é que eu não sei ler”. Expliquei que o grupo tinha também como objetivo proporcionar que os familiares se ajudassem mutuamente e que, muito provavelmente, todos ali tínhamos facilidades para algumas coisas e dificuldades para outras.

Esta mesma senhora, ao falar seu nome, verbalizou que em sua ficha continha a palavra objeto. Disse que compraria umas louças bonitas para botar em casa, já que ainda não as tinha.

Outros participantes acabavam por dizer brevemente alguma palavra relacionada com a expressão da ficha: uma mãe, ao tirar a ficha celebridade, contentou-se em dizer que seria uma cantora. Como senti que alguns reagiam com certo constrangimento frente a maiores questionamentos sobre si mesmos, optei por deixar que ficassem livres para dizer o que podiam ou queriam naquele momento.

Uma questão também interessante, evidente na fala de alguns familiares, diz respeito a quão indissociável era para eles falarem de si próprios sem mencionar a situação de conflito com a lei apresentada por seus respectivos filhos. Um pai revelou que profissão poderia ser qualquer uma, pois “ele (filho) é um guri bom, me ajuda no serviço... se tiver que levantar uma parede, botar um piso, lixar um pedaço de madeira, capinar ou arrumar o pátio. Só o mais velho que já está com dezoito é que foi pro Central³⁵, mas esse que está aqui na Ufrgs é um guri bom. E ele sabe que as coisas não são fácil pra ninguém, eu mesmo tive que me virar desde os onze, não teve arrego. Agora mesmo com esse braço assim, a senhora acha que eu deixei de trabalhar?” Exibe o braço engessado, segundo ele, em decorrência de acidentes no próprio trabalho.

Questões como esta, dos pais falarem de si através do adolescente e da situação de envolvimento do último com atos infracionais indicam o lugar de importância que tem os filhos na economia libidinal de seus pais.

Alertam-nos ainda para as possíveis repercussões que os mal-entendidos, as confusões dos lugares de cada componente da rede familiar e o fato de os pais (ou quem desempenha as funções materna e paterna) colocarem os filhos na função de satisfazer seus desejos podem ter.

Nas palavras de Dolto (2006):

³⁵ Presídio Central.

O problema é que os pais costumam tender a esperar do filho que ele os console dos seus fracassos na vida. É certo que, quanto mais os pais conhecem seus próprios limites e os aceitam, esperando que o filho não terá de passar pelas dificuldades que os limitaram e evitando exigir dele um êxito que compense seus fracassos, mais a criança terá chance de se dar bem em sua vida. (p.10)

Em consonância com essa visão, Kehl (2009) acrescenta que o alto valor narcísico que os filhos ocupam junto a seus pais indica a fragilidade do lugar do adulto na contemporaneidade. Os filhos são, ao mesmo tempo o ideal do gozo perdido de seus pais, e o investimento para garantir um “futuro melhor” à família.

Se para a psicanálise um dos caminhos possíveis de conexão do sujeito com seus próprios desejos é através da palavra, e na concepção arendtiana a faculdade do pensamento e da reflexão são os exercícios que nos permitem humanizarmo-nos, espaços como o grupo de familiares precisam ser promovidos e valorizados no trabalho sócio-educativo.

O fato de, em diversos momentos da atividade, termos que recombinar que todos os participantes teriam vez para falar, mas que deveríamos cuidar para que cada um pudesse ouvir e também ser ouvido reafirma a demanda de escuta por parte dos familiares.

Saliento, por exemplo, a fala de um dos dois pais presentes que revela: “não adianta, tudo é uma questão de pulso firme, isso eu posso garantir pra vocês. Quando eu ia imaginar que o guri saía pra estudar e tava nas esquinas vendendo droga? Mais ainda porque ele nunca foi usuário, mas foi pego com não sei quantas pedras de *crack*³⁶ mais quatrocentos e vinte reais no bolso. Mas ta aí a prova ó: desde que eu me separei da mãe dele eu só servia para pagar a pensão, porque ela sempre quis tomar conta de tudo. Deu nisso! Agora levei ele pra morar comigo, está estudando e se Deus quiser, vai tomar jeito na vida.”

³⁶ Droga feita a partir da mistura de cocaína com bicarbonato de sódio, geralmente fumada.

Em seguida, o outro pai presente, que ouvia atentamente o relato do colega, desabafou que estava muito difícil conseguir sucesso com o filho. Segundo ele, a esposa, que é professora da rede pública, não se envolve para encaminhar a situação do adolescente. “Ela poderia estar aqui, mas ela não vem. Desde que aconteceu esse problema, é só eu. Busco no DECA, levo nas audiências, trouxe aqui na Ufrgs pra conversar com a Magda³⁷.” No entanto, acredita que seus esforços têm sido em vão, já que a ex-mulher não impõe limites ao filho, deixando-o livre para fazer o que bem entender. Refere que fica sem saber como agir e acaba se sentindo perdido, em decorrência das freqüentes viagens em função do trabalho.

Falas como essas nos indicam que, em consonância com as questões teóricas já citadas sobre as funções materna e paterna, não estão em jogo as figuras reais do pai e da mãe, mas como essas funções operam na dinâmica familiar. Tampouco importa se a falta ou falha está ligada à figura do pai ou da mãe propriamente, como muitas vezes veicula o discurso social vigente, e sim, que entraves impedem ou dificultam a operação de conjugar o amor e o acolhimento com a autoridade e a interdição, questões que precisam andar juntas para se fazerem operantes.

Uma das mães que participava do encontro concordou que “é muito difícil” lidar com adolescentes, verbalizando não mais saber o que fazer. Contou que o filho fora criado pela avó paterna, já que ela tinha filhos do segundo casamento e vivia com o atual marido doente que dependia muito de seus cuidados. De acordo com ela, a morte da avó piorou ainda mais a situação, porque “o pai dele nunca quis saber nem de olhar pra cara do guri, ele já disse que pra ele o Paulo morreu”. Acreditava que a situação estava insuportável porque o filho sempre tivera tudo nas mãos: “sabe como é, na casa da vó dele ele tinha um quarto especial, com armário de seis portas, TV 23 polegadas, DVD, tudo do bom e do melhor, mas agora já eras... a vó se foi e ficou tudo lá.” Disse que costumava perder a cabeça e bater no menino: “eu não agüento mais, to cansada, esses dias ele voltou de madrugada, tava na noite andando de moto com os amigos. Chegou com a cara chapada de maconha e aí não tive dúvida, pe-

³⁷ Atual Coordenadora executiva do PPSC/UFRGS.

guei um pedaço de pau e dei nele. Não posso deixar, daqui a pouco ele ta mais forte do que eu, e aí?”

Novamente aparece a questão apontada por Conte (2005) e por Jerusalinsky (2004) do valor socialmente concedido aos objetos de consumo na contemporaneidade, fazendo com que se tenha idéia de que “ter tudo é ter quarto especial, armário de seis portas, TV 23 polegadas, DVD...” Que formato dá corpo à subjetividade dos adolescentes receptores de discursos como este?

Em meio a todas as falas do primeiro encontro de familiares, uma acabou mobilizando o grupo, fato que se fez evidenciar através do silêncio. Uma senhora compartilhou a idéia de que na vida não se tinha garantias de nada mesmo, já que seu filho Guto, um adolescente que até então nunca tinha apresentado problemas e na escola sempre fora bom aluno, acabou se envolvendo em uma situação extremamente difícil, que ainda trazia sofrimentos para toda família, embora já tivessem transcorridos dois anos do ocorrido. Contou que o menino tinha saído para uma festa de quinze anos e que, ao voltar para casa, encontrou um grupo de amigos que também estavam na confraternização. Um deles portava uma arma de fogo, objeto que causou certa euforia no grupo, fazendo com que cada um dos adolescentes quisesse se experimentar com a arma na mão. O filho que, segundo ela nunca tivera experiências como esta anteriormente, acabou disparando tiros contra seu melhor amigo. Este acabou não reagindo e morreu minutos depois.

“Eu estava preocupada, porque já amanhecia e nada dele aparecer. Estava achando muito estranho, porque a gente sempre deixava tudo acertado, ele saía com dinheiro para o táxi da volta. Mas eu ligava sem parar para o celular e dava mensagem de desligado. Acabou que meu marido saiu para trabalhar e viu a confusão toda, de polícia, ambulância, dos guris sendo presos. Foi tudo muito perto de casa... Quando cheguei no DECA para buscar meu filho, achei que ele tinha apanhado muito, mas fiquei surpresa que ele mesmo tinha feito tudo aquilo, se agredido, ele se auto-mutilou, estava com o rosto em frangalhos. Por dois anos ficou sem sair de casa, nem mesmo para ir à escola. Os familiares do menino que faleceu ficavam ligando para a minha casa, ameaçando matar minha filha. Nossa, foi muito ruim. Mesmo que eu saiba que ele

não fez isso com intenção de machucar o amigo, me coloco no lugar dos pais da vítima, então sei que ele tem que pagar pelo que fez. Agora, trabalhando aqui na Ufrgs o Guto³⁸ está se sentindo melhor, tem feito muito bem para ele.”

O movimento do grupo de tentar confortar a situação compartilhada pela colega aconteceu através de palavras esperançosas, falas de que não se pode desistir, de que sempre há esperança e de que a vida pode ser melhor.

Situações como a de Guto deixam claro o que autores como Peralva (2000) afirmam, ou seja, que embora nas sociedades em que há maiores níveis de desigualdades os índices de violência e cometimento de atos infracionais por parte dos adolescentes sejam mais elevados, não é possível fazer ligação direta entre estes aspectos e a pobreza.

Ficou também evidente a preocupação dos familiares com a vida escolar dos filhos. Muitos casos de evasão, reprovações sistemáticas, baixo nível de escolaridade para a idade. “Tudo que a gente queria era que eles fossem diferente da gente, mas por mais que a gente mostre, parece que não estão nem aí. Eu sempre digo: meu filho, olha só pra mãe, tenho que me matar trabalhando de doméstica só porque não segui os estudos. Parece que não entra na cabeça, ele só fala em tênis de quinhentos reais, em blusa disso, correntes, bermudas de marca. Não entende que o único caminho é estudando, fazendo cursos, trabalhando.”

No fechamento do encontro foi feita avaliação³⁹ individual com espaço para sugestões a respeito dos temas dos futuros encontros, bem como esclarecimentos, dúvidas e outros comentários. Chamou-me a atenção que mesmo com o passar da hora todos estavam participativos até o final.

Das avaliações escritas feitas pelos participantes, saliento alguns trechos: “Gostei muito, entrou algumas idéias na minha cabeça. Bem legal, só gravei as coisas boas e as ruins ficão para traz. E me sinto mais forte, pois são acontecimentos de nossas vidas”; “Gostei bastante desta reunião, pois falamos

³⁸ A família de Guto, diferentemente das demais famílias presentes, vinha de uma condição sócio-econômica favorável.

³⁹ A transcrição das avaliações foi feita de forma a manter a escrita original. Entendo que fazer correções nos traria uma visão um tanto distorcida da expressão de cada um dos participantes.

sobre vários assuntos. É muito importante. Teremos muito a falar.” E ainda: “Para mim foi muito bom ter interagido com outros pais, não estou só nessa luta. Foi bom, abriu mais meus olhos para o futuro de meu amado filho pois eu o amo.”

Em relação aos pontos negativos do encontro, alguns familiares referiram que não teve “nada de negativo”, pois “falta mais entendimento dos pais com os adolescentes”. Outro participante revelou: “Acho que poderia acontecer mais reuniões, pois é comum que eu não consiga me expressar logo que eu conheço pessoas, mas no final comecei a me sentir muito mais tranqüila.”

Em relação às sugestões de temas para os encontros posteriores, foram trazidos:

- “Adolescente, família, respeito.”
- “Falar sobre os filhos.”
- “Limites na adolescência, sexologia, amor, mãe solteira e pai solteiro: como agir com seus filhos?”
- “Como você aja porque foi bom a palestra.”
- “Com os filhos.”
- “Sempre procurar nos ajudar porque muito difícil lutarmos sosinha.”
- “Sobre drogas, família.”
- “Família.”
- “Com os filho.”
- “Como agir com os nossos filhos quando o diálogo não resolve, mais não é o meu caso, mais nessa vida temos que está sempre atentos para os acontecimentos.”
- “Conversar com os adolescentes.”
- “Adolescente, família.”
- “Falar com os filho.”

Pelo fato de acontecer em data próxima às comemorações de final de ano, o segundo encontro teve inicialmente uma retrospectiva das atividades desenvolvidas pelo PPSC/UFRGS no ano de 2009, através de vídeo produzido

pela própria equipe. Os familiares tiveram acesso a imagens das atividades nas quais os adolescentes estiveram envolvidos neste período.

Logo em seguida à exposição do vídeo, feita pela coordenação do Programa, dei início à atividade planejada: apresentação e discussão sobre a adolescência, em especial, aos fatores psíquicos deste processo.

Como forma de introduzir o tema, compartilhei com o grupo questões relacionadas à constituição do sujeito e, conseqüentemente, à importância das relações desde o início da vida. Fui então trazendo aspectos específicos do adolescer, buscando que os próprios participantes trouxessem exemplos, relatando situações já vividas ou mesmo socializando as próprias reflexões sobre o assunto.

A necessidade de escuta ficou evidente desde os primeiros momentos, até por ter sido enfatizada a proposta de trabalho, o qual não aconteceria em formato de palestra ou aula, sendo o mais interativo possível, já que todos poderiam participar. Alguns pontos suscitaram mais questionamentos, como o papel da família na contemporaneidade e ainda as formas pelas quais os adolescentes vivem a sexualidade.

Especialmente sobre a relação do adolescente com a família, propus uma pergunta: “limites para quem?” Os diálogos a respeito foram calorosos e ficou evidente certo estranhamento de alguns participantes em pensar a indagação. Como ilustrativo desta questão cito a mãe que, muito chorosa, revelou não saber mais o que fazer, já que o filho só queria roupas “de marca” e coisas caras: “pra ele é importante o que aparece pros outros, tênis Nike e corrente de prata, mas não tenho condições de manter isso”. Alguns familiares, compartilhando da mesma idéia, referiam o quanto era difícil lidar com o desejo de consumo dos filhos, bem como a importância que estes dão para as aparências.

Em relação às dificuldades verbalizadas pelos familiares, vale retomarmos que a adolescência dos filhos exige uma mudança por parte dos pais, sendo comum que os últimos percam seus referenciais, tal como funcionaram desde o final de suas próprias adolescências. (Rassial, 1997)

Um momento interessante que retrata também essas dificuldades foi quando, ao tratar da questão de como a sociedade se configura atualmente,

dei como um dos exemplos o fato do Programa Big Brother Brasil⁴⁰ ser campeão de audiência, fazendo render às empresas de televisão milhões de reais. Levantei a pergunta sobre quais seriam os valores transmitidos por um programa assim, já que no grupo apareceram questões sobre quem tinha acompanhado o último episódio desta programação. O constrangimento foi quase unânime, pois muitos dos presentes assistiam assiduamente a este tipo de programação, mas naquele momento começavam a se deparar com possíveis repercussões que hábitos como esse podem fazer surgir na subjetividade do adolescente.

Entre outras verbalizações, escutei: “é verdade, a gente sempre acha que falta limite pra eles, mas pra nós não!”

No final da atividade, enquanto os familiares faziam a avaliação escrita do encontro, Maitê referiu que gostaria de fazer uma pergunta. Aproximou-se de mim e em tom de voz muito baixo sussurrou: “é normal a mãe ter ciúmes do filho?” Questionei em seguida por que ela havia pensado nisso. Ela então referiu: “não que eu tenha ciúmes dele assim, de ter outras mulheres, mas é uma coisa tão estranha, ao mesmo tempo que eu quero que as coisas dele dêem certo, parece que me dá uma raiva. Agora que ele teve filho então com a gurria, bá. As vezes eu tenho que me controlar, sabe?”

Questionei, também, o que seria o “normal” contido na pergunta, posto ter sido bastante discutida no encontro a questão da singularidade. Ela ficou em silêncio, pensativa.

Ao se aproximar da porta para ir embora me disse que arrumara mais uma filha, que a caçula estava enciumada por isso, mas que havia decidido pegar “um bebê pra criar”... “a minha gurria diz que eu só dou atenção pro nenê agora, mas não é verdade. Eu peguei porque não tinha quem cuidasse mesmo, e querendo ou não bebês os meus não são mais, estão criados já”.

⁴⁰ O Big Brother Brasil é um reality show da Rede Globo que teve a sua primeira edição realizada em 2001. O programa consiste no confinamento de um número de participantes em uma casa cenográfica, sendo vigiados por câmeras 24 horas por dia, sem conexão com o mundo exterior: os participantes não podem falar com seus parentes e amigos, não podem ler jornais ou usar de qualquer outro meio para obter informações externas. O objetivo do programa é eleger como celebridades pessoas que se inscrevem enviando vídeos para a produção do programa.

Ao assinar a avaliação, essa mãe colocou o próprio nome, abaixo um “&” seguido do nome do filho. (vide avaliações do encontro)

Assim como eu saí dali, a pensar e pensar, imagino que com muitos dos familiares tenha ocorrido o mesmo. Mas, enfim, era mesmo essa a proposta!

A avaliação do segundo encontro teve um formato mais livre, sendo entregue a cada participante uma folha em branco onde pudesse registrar as percepções sobre o trabalho realizado. De acordo com o registro dos familiares, temos que: “É importante falar mais sobre educação, ou seja, Família X Escola.”

Outras colocações também importantes:

- “Na minha avaliação, eu gostei bastante da reunião. Pois falou bastante sobre o assunto da adolescência. Eu me encontrei, bastante sobre o assunto. Na próxima reunião, eu quero saber bem, mas sobre os limites. Gosto muito das aulas e reunião com a Milena.”
- “Eu acho muito importante esses encontros porque não se tem muitos lugares que se conversa sobre os adolescentes. É muito complicado essa fase, tanto para meu filho quanto para mim.”
- “Acho muito importante esses encontros. Tudo que foi dito tenho certeza que se refletiu em alguma mãe, vó ou tia que estava aqui. Só que eu acho que deveríamos ter esses encontros junto com o adolescente para eles escutarem, prestarem atenção no que está sendo dito que assim vai ajudar eles também a ver o erro deles e o porque de sua mãe ou responsável tem essa atitude, as vezes vindo de outros eles entendem melhor e até mudam. Jaque mãe do Ed.”
- “As atitudes nem sempre justificam: liberdade em demazia, divergência no que os adultos pensam, questionamento do certo e do errado. No todo os adolescentes testam para ver até aonde os adultos toleram.”
- “Para mim essa reunião foi muito boa, me abriu mais meus olhos. Devo sim, e tenho consciência que devo dar mais limites. Aprendi a rever meus conceitos para com meus filhos. Desejo a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. São os votos de Maitê & Carlos.”

- “Aprendi hoje na aula como lidar com o adolescente muitas coisas eu não sabia. Como limites e muitas coisas a mais.”
- “Gostei muito de ver os alunos da oficina comprindo o direito da justiça.”

O terceiro encontro de familiares iniciou com breve retomada sobre as avaliações dos encontros anteriores, atividade que se fez importante, inclusive, para justificar a escolha da temática a ser trabalhada naquela ocasião: relação família x adolescente e a questão dos limites.

Como forma de descontrair os participantes, que se mostram sempre muito tensos ao chegar para as atividades e mesmo como estímulo para o processo de reflexão sobre o tema, escutamos e acompanhamos a letra da música composta por **Arnaldo Antunes** cujo nome é **Envelhecer**:

A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer
 A barba vai descendo e os cabelos vão caindo pra cabeça aparecer
 Os filhos vão crescendo e o tempo vai dizendo que agora é pra valer
 Os outros vão morrendo e a gente aprendendo a esquecer

Não quero morrer pois quero ver
 Como será que deve ser envelhecer
 Eu quero é viver pra ver qual é
 E dizer venha pra o que vai acontecer

Eu quero que o tapete voe
 No meio da sala de estar
 Eu quero que a panela de pressão pressione
 E que a pia comece a pingar
 Eu quero que a sirene soe
 E me faça levantar do sofá
 Eu quero por Rita Pavone
 No ringtone do meu celular
 Eu quero estar no meio do ciclone

Pra poder aproveitar
E quando eu esquecer meu próprio nome
Que me chamem de velho gagá

Pois ser eternamente adolescente nada é mais demodé
Com uns ralos fios de cabelo sobre a testa que não pára de crescer
Não sei porque essa gente vira a cara pro presente e esquece de aprender
Que felizmente ou infelizmente sempre o tempo vai correr.

Após a escuta da música, os participantes foram convidados a falar sobre associações possíveis em relação à mensagem trazida pela primeira. O primeiro a falar, pai de um menino que ainda estava em cumprimento de medida verbalizou “não tem nada a ver uma coisa com a outra: limite é uma coisa, envelhecer é outra história”. Para ele, entretanto, a música poderia ter ligações significativas com seu cotidiano de vida, já que não gostaria de morrer sem poder dar seguimento a determinados planos de trabalho, viagens, etc.

Ema, uma das participantes que é mãe de adolescente em cumprimento da medida, já conhecida dos encontros anteriores, embora não tenha trazido associações diretas com a letra da música, tomou a palavra, dizendo ao grupo que havia desistido do filho, pois se sentia cansada.

A avó do menino, mãe de Ema, acompanhava o relato queixoso com ar de tristeza, decepção. Por vezes, balançava a cabeça, em um movimento de concordar com os desabafos da filha, dizendo: “é, não é fácil.”

Os demais familiares ouviam atentamente às queixas trazidas por Ema, em alguns momentos mostravam-se solidários e, em outros, faziam intervenções como: “tu não podes desistir, eu não desisti do meu e está dando certo”.

“Mas o negócio é o seguinte, se ele quer acabar com a vida dele, o problema é dele, eu não vou viver a vida dele, vou viver a minha”, ela desabafou. “A minha mãe tá aqui de prova que o pai dele não quer nada com nada, já disse que não quer saber, então não tem jeito. Como é que eu vou conseguir mudar as coisas sozinha? Ele sai, passa um dia, dois, fora de casa, não dá nem notícias, eu já nem abro mais a porta... sim, porque por ele eu passava a noite

em claro esperando ele chegar. O guri tem treze anos, dirige moto, carro, sai por tudo sozinho. Como ele consegue eu não sei, mas ele vai.”

Jonas, o único pai presente nesse encontro, questionou como o menino saía dirigindo sem ter a idade para isto. E Ema prontamente respondeu: “É que a coisa tá errada desde muito tempo. Meu filho foi criado a vida toda pela vó, minha ex-sogra. Ela simplesmente vivia pra ele, ele tinha tudo nas mãos, nunca precisou fazer nada. Ganhava tudo que queria: roupa, quarto só pra ele, tudo, tudo, tudo. Uma época ele morou com o pai dele, mas pra tu ter idéia ele sabia que o pai dele usava droga. Ele me contava tudinho. O pai dele namorava uma pedreira⁴¹, e quando ele tava com a mulher, pedia pro guri buscar *crack* pra eles. Era só ele oferecer a moto emprestada que meu filho ia, eu sei. Ele sabe dirigir qualquer tipo de carro, de moto. Com treze anos!”

Em seguida, Rose, mãe que ouvia atenta à fala da colega de grupo, pediu a palavra. Contou que o filho se envolvera com drogas e que ela havia buscado ajuda em grupos especializados para familiares com história de dependência química. Entendia que tinha sido de grande auxílio e que muitas coisas novas tem aprendido com isso. “A gente precisa se dar conta que quando alguém da família adocece, com os outros acontece o mesmo. Se seguimos fazendo as mesmas coisas do mesmo jeito é difícil que se consiga mudar.”

O debate caloroso entre os participantes e os tantos movimentos de ajuda em relação ao sofrimento de Ema demoraram a tocá-la. Ela seguiu numa postura queixosa e intransigente por muito tempo: muito “não”, pouco “sim”. Foi intenso de tal forma que decidi intervir: questionei o motivo pelo qual ela estava ali acompanhada de uma pessoa importante (sua mãe) se falava repetidas vezes que teria desistido do filho. E complementei: “se tu desististe, o que será que sobra para ele?”

Jonas também sentiu necessidade de intervir, relatando a própria experiência com o filho. “Podem me dizer o que vocês quiserem, mas quando vi que meu filho tava no tráfico, acorrentei ele em casa. Não tive dúvida. Ele nunca usou nada dessas coisas, mas queria ter corrente de prata, camisa disso, tênis daquilo. Claro, né? Começou a vender droga. Olha, depois de ter a humilhação

⁴¹ Expressão usada para identificar aquele que fuma “pedra”, ou seja, que é usuário de crack.

de ir naquele DECA e ver meu filho preso, resolvi que faria qualquer coisa pra aquecer a vida dele. E isso foi preciso só por um tempo. Vai ver se agora ele anda fazendo essas coisas? Tá trabalhando de carteira assinada. É em obra, mas não tem problema, assim ele vai saber quanto custa pra ganhar o dinheiro. Só os estudos que não tem jeito, ele não quer nem ouvir falar em escola. Quem sabe era isso que o teu precisava: pulso firme e trabalho no corpo.”

Solange, outra mãe já participante dos encontros anteriores referiu então acreditar que “o pulso de pai é preciso, não adianta...às vezes eu digo as coisas pro meu guri mas ele nem escuta. Desde que o pai dele morreu, a coisa foi se perdendo. Tem sido cada vez mais difícil conversar com ele, ele não me ouve. E isso que eu era separada do meu pai, ops, do pai dele. Mas a palavra do homem é diferente.”

Como se pode perceber, pouco tempo tive para expôr as lâminas que havia preparado para a ocasião. Sem problemas. A proposta era que o grupo atenda as demandas de trabalho dos familiares, não importando se para isso eu tivesse que deixar de lado algum material preparado previamente e esperar pelo tempo deles.

Ressalto a importância de termos flexibilidade em trabalhos como esse: especificamente nesse encontro, temos como prova disto o fato de que Ema saiu diferente aquele dia.

Ao se aproximar do final da atividade, Ema pediu ao bolsista do PPSC – que acompanhou o encontro – para agendar horário de atendimento, vislumbrando possibilidade de incluir o filho em programa de estágio ou trabalho educativo. Isso significa que uma mudança, mesmo que seja “pequena”, se fez. De uma atitude de desesperança e queixa, de delegar à ex-sogra e ao ex-marido todas as dificuldades que encontrava na relação com o filho, essa mulher conseguiu de alguma maneira tomar seu lugar, vislumbrando-se com isso, uma atitude de aposta em melhores perspectivas para o filho.

Embora eu não tenha a pretensão de quantificar a dimensão das vivências de Ema, refiro que a mudança possa ter sido “pequena”, porque sabemos que junto às questões psíquicas, existem outras tantas que influenciam o desenrolar do adolescente e das relações familiares desse. Segundo relatava Ema, o adolescente estava com 13 anos de idade e cursava o quarto ano do

ensino fundamental, questão que muito provavelmente dificultaria o processo de inserção deste em atividades de estágio ou trabalho educativo.

Levando em consideração a necessidade apontada por Levinski (1998) e também enfatizada por Lacan (1966) de incluirmos em nossas reflexões os elementos do contexto sócio-histórico, político e econômico, como ficam os projetos de vida e as perspectivas de busca de autonomia e independência de adolescentes que, na grande maioria, habitam as periferias da cidade, e, embora com avanços legais, frente às políticas públicas são ainda excluídos, e sendo muitas vezes considerados socialmente invisíveis?

Como forma de manter os canais de comunicação abertos, acolhendo as demandas trazidas pelos participantes, foi proposta uma avaliação do trabalho captada através de questões mais específicas, como por exemplo: Qual o ponto positivo do encontro?

Ela inicialmente resistiu em realizar a avaliação, argumentando que nada teria a escrever. No final, me entregou duas fichas, a dela e a de sua mãe. As quatro primeiras questões em branco em ambas as folhas. No entanto, na parte destinada a demais comentários e/ou sugestões ela registrou por duas vezes que: “Converça e muito bom. Relacha a pessoa.”

Entendo que a expressão dessa mãe pode simbolizar a importância que têm espaços de escuta, reflexão e troca, como o que tem sido proporcionado pelo grupo de familiares.

O significado do grupo para os participantes aparece também no dizer de uma mãe que revelou esperar com ansiedade pelo próximo encontro.

As palavras de Kehl nos auxiliam a pensar sobre essa questão:

Na modernidade, o sentido da vida não é dado por nenhuma verdade transcendental que preceda a existência individual; entretanto, é ilusório pensar que a criação de sentido para a existência possa ser um ato individual. É uma tarefa coletiva, uma tarefa da cultura, da qual cada sujeito participa com seu grão de invenção. É uma tarefa simbólica, que se dá por meio da produção de discursos e narrativas sobre “o que é a vida” ou “o que a vida deve ser”. (2002, p.10)

Em sintonia com a proposta de produção desses discursos, a técnica de trabalho de nosso quarto encontro consistiu no uso do livro interativo “Puxa Conversa”, a saber, um livro em forma de caixa na qual contém 135 fichas, ca-

da uma delas apresentando um questionamento. Como exemplo, temos: “Quais são os obstáculos que impedem você de realizar seus sonhos?”, “Quando você está triste, o que faz para se sentir melhor?” e “Que lei você gostaria de criar?”

Como alguns dos presentes estavam participando pela primeira vez do grupo, apresentei-me e solicitei que cada um também o fizesse. Ao todo tínhamos oito (08) participantes, um dos quais a assistente social do abrigo onde residia um dos adolescentes que estava em cumprimento de medida no PPSC/UFRGS. Chamou-me a atenção que uma das mães presentes viera a este encontro, mesmo que seu filho já estivesse concluído o cumprimento da medida sócio-educativa.

Logo depois das apresentações, expliquei que faríamos um momento de fala, uma espécie de diálogo em grupo. Disse que cada um teria a oportunidade de escolher uma das fichas do Puxa Conversa, as quais estavam dispostas sobre a mesa de forma que ninguém pudesse ler o conteúdo previamente. Esclareci também que seria possível que não somente o participante que escolhesse a ficha falasse; se os demais sentissem necessidade de dizer algo sobre aquela questão trabalhada pelo colega, poderiam ficar à vontade para isso.

Deixo registrado desde já que mesmo com tempo significativo para que cada um dos oito participantes tivesse sua vez de retirar uma pergunta, apenas duas fichas foram escolhidas, tendo a temática destas rendido mais de uma hora de reflexões e trocas entre os primeiros.

As duas questões trabalhadas foram:

- Quando você era criança, o que queria ser quando crescesse?
- Qual a sua maior meta para este ano?

A primeira questão foi intensamente debatida, todos os presentes demonstraram vontade em falar sobre seus sonhos de criança e sobre o andamento de suas vidas até o momento presente.

A primeira mãe a falar desabafou: “Bá, quando eu era criança tudo que eu queria era ser veterinária. Tanto é verdade, que eu sou apaixonada por bichos até hoje, tenho muitos em casa. Era um sonho pra mim, mas meu pai não deixou, ele achava que isso não era vida pra uma mulher. No fim, o tempo foi passando e eu nem estudei mais. Quando vi já estava casada, com filhos. Mas até eles (filhos) amam bichos, até este aqui!” (apontou para o carrinho de bebê onde estava seu filho mais novo, que observava com atenção os movimentos da mãe).

O único pai presente referiu que sonhava em ser jogador de futebol, mas, infelizmente não foi possível que o sonho se tornasse realidade. “Eu queria muito, mas não adianta. A vida vai passando e a gente precisa dar um jeito de se virar”. Na ocasião do encontro, estava trabalhando como vigilante terceirizado de uma empresa de grande porte e referiu não ter muito jeito de ficar sonhando, não: “A gente precisa pagar as contas, né?” Referiu que durante um período de sua vida profissional trabalhava demais, virava as noites fazendo vigilância e arrumou outro emprego durante o dia. Segundo relatou, ficava quase sem poder dormir direito. “Mas agüentei só um ano e meio assim, eu me dei conta que não dava mais, eu tinha que ter tempo para estar em casa, ficar com a minha esposa, com meus filhos. O Cláudio, por exemplo, quase nem me via, a gente não tinha contato, quando vi, a mãe dele que tava criando ele sozinho... não sei se isso aí não fez mal pro guri”.

Outra mãe pediu a palavra e disse: “Por mim eu teria sido psicóloga, mas não deu. Meu pai não queria. Não adianta, às vezes a gente precisa abrir mão. Quando eu vi já tava casada com filhos.”

Independentemente das escolhas específicas por esta ou aquela profissão, algo se evidenciou: todos eles revelaram ter abdicado dos sonhos pessoais em função de outras demandas, das urgências que a vida acabou apresentando: casamento, filhos, pressões familiares, etc.

A outra questão “Qual a sua maior meta para este ano?” acabou mobilizando também os familiares.

Rita, por exemplo, mal conseguiu começar a falar e as lágrimas tomaram conta de seu rosto. “Agora não vou conseguir, falo outro dia.” Segundo sua expressão, as metas diziam respeito ao filho adolescente e, naquele momento, seria difícil poder falar sobre o assunto.

Aproveitei a manifestação emocionada dessa mãe para ressaltar a todos que poderia, sim, fazer parte do nosso trabalho juntos, momentos de maior sensibilidade, de emoção, de choro. Alertei que meu papel ali era ajudá-los a pensar nos porquês destas manifestações e jamais de julgar ou dar dicas sobre o que seria certo e errado. Em outras palavras, a proposta era: “pensar junto”.

Grande parte dos participantes referiu como metas para o ano corrente questões ligadas à situação atual do filho, o envolvimento em ato infracional, o cumprimento de medidas sócio-educativas.

Cito como um movimento importante do grupo a reflexão sobre a fala de Ivo, o único pai presente na ocasião. Ao relatar o envolvimento do filho em um arrastão, ocorrido em um bairro nobre da cidade, demonstrava certa indignação. Em primeiro lugar, pela maneira como o adolescente e seus companheiros foram abordados pela Brigada Militar. Disse que alguns acessórios que o filho usava foram levados, como se fossem objetos furtados por ele durante o arrastão. Disse: “A corrente de prata, por exemplo, ele saiu de casa com ela no pescoço. Eles levaram, achando que era coisa roubada.”

A senhora que sentava ao lado deste pai, cujo filho estivera envolvido no mesmo arrastão, e que não conseguira falar num primeiro momento, confirmou a colocação feita pelo primeiro. O filho dela estava com o celular que ela havia ganhado de sua patroa. “Eles levaram também como roubo. A sorte é que a minha patroa tinha a nota, eu pude então pegar de volta o telefone que era meu.”

Em segundo lugar, a indignação de ambos com a atitude dos filhos. Demonstraram surpresa com o fato, pois jamais imaginavam ter que passar pelo que passaram: polícia, delegacia, processo judicial, etc.

O que ressaltado da fala de Ivo é a seguinte expressão: “ele não precisava ter se metido nessa, eu sempre dei tudo.”

Quando intervi, questionando o que seria este “tudo” a que se referia, verbalizou:

“Tudo mesmo. Dou pra ele coisas que eu nem podia. E a senhora não pensa que é coisa barata não, é só roupa boa. Tênis, por exemplo, se eu disser quantos ele já ganhou, nem sei mais. Ele usa uns dois meses e logo quer outro. Começa com aquele papo: pai, quero outro pisante. E é só Nike, Adidas... não pensa que ele usa tênis de cem pila. Esses tempos eu tive que rir, ele me ligou dizendo que tinha visto um tênis em promoção. De quinhentos e noventa e nove, por quatrocentos e noventa e nove. (Risos) E aí vocês podem imaginar. Só que assim, se a minha mulher vai pro Centro com ele, me liga de lá já pra avisar que comprou coisa pro guri. Ele tem que saber que a gente tem mais os dois pequenos para dar coisas, não pode ser só pra ele.”

Deu para perceber o ar de cumplicidade com que o grupo acompanhou atento ao relato feito pelo pai de Cláudio.

Entendo que expressões como essas indicam os caminhos pelos quais se estabelecem os laços sociais na contemporaneidade. Estes caminhos atravessam os grupos e instituições de nossa sociedade, envolvem a todos e, muito provavelmente, estão relacionados à questão do consumismo exacerbado abordado por autores como Jerusalinsky (2004) e Conte (2005).

“Às vezes a gente faz de tudo pra eles não passarem pelas dificuldades que a gente passou”, verbalizou outra participante.

Sobre essa questão, Kehl (2009) acentua que:

Se o mercado é o grande organizador da vida social, os valores excludentes da vida privada sobrepõem-se aos valores que organizam o espaço público. Ser bom pai/boa mãe não significa “transmitir o melhor” para os filhos e sim “dar tudo de bom” aos rebentos, ao que se acrescenta automaticamente: “eles merecem”. O mérito não é uma conquista, é um direito (prévio) do consumidor. (p. 285)

Assim, questioneei como seria para os adolescentes terem esse “tudo” satisfeito a tempo e a hora. De que forma estariam quando tivessem que se deparar com as demandas do mundo, além do familiar?

Foi interessante perceber as reflexões que começaram a ser socializadas após estas interrogações: “Quem sabe a gente acha que tá dando tudo e fazendo bem e na verdade tá tudo errado?”

O pai de Cláudio, por exemplo, reconheceu as dificuldades que ele e a esposa têm para dizer não aos filhos.

A mãe de Igor, além de concordar que esta dificuldade existe nas famílias, referiu que sem a presença do marido fica ainda mais intensa. “Desde que o pai dele morreu, as coisas têm sido difíceis. Parece que eu falo, mas ele não me ouve. É complicado.”

Outras mães reiteraram a colocação da colega e disseram ter criado os filhos sozinhas, “sem pai”. Do total de oito participantes - sendo um pai e uma assistente social de Abrigo de Proteção, seis mães relataram que não tiveram a companhia do pai dos respectivos filhos durante a formação dos últimos.

“O Alex nem conhece o pai dele. Quando eu fiquei grávida, o pai dele se mandou. Já sei que morou em Criciúma, agora mora em São Paulo.”

“O pai do meu guri foi só no dia do nascimento. Quando o Fábio nasceu, ele foi visitar e depois também...sumiu! Nem pra registrar, nem pra ajudar com nada, nada, nada.”

Depois de verbalizadas questões relativas às dificuldades no trato com os adolescentes e reflexões feitas em relação à importância de saber dar limites, por exemplo, o horário de terminarmos as atividades foi se aproximando.

Os presentes responderam às questões avaliativas, tomaram refrigerante, provaram mais uma vez das bolachinhas que estavam sobre a mesa e foram despedindo-se. Alguns iriam “pegar carona” com outros presentes; por morarem em regiões semelhantes da cidade, tomariam juntos o ônibus em direção às suas casas.

Como pontos positivos⁴² do encontro, os familiares referem que “foi ouvir e falar com outras pessoas”, “compartilhar as experiências de outros pais” ou que “foi muito bom por vários aspectos importantes do debate.”

Um participante chegou a registrar como importante o ponto de “impor os limites necessários para nossos filhos no sentido de querer dizer sempre o sim. Mas foi bom a opinião da professora de que também temos que dizer o não.”

Outro, ainda, referiu como positivo “que todos falaram um pouco dos seus problemas enfim”, provavelmente porque o encontro foi “uma oportunidade de compartilhar experiências, de expressar sentimentos e opiniões.”

Nas avaliações também surgiu o fato de que o trabalho “poderia ter sido melhor se nós tivéssemos mais tempo para conversarmos mais sobre nossos filhos”. Para outro familiar, o grupo como grata surpresa: “achei muito melhor, não esperava que fosse bom estar aqui.”

Em relação ao que iriam esperar dos encontros posteriores, registraram os familiares:

- Falarmos sobre nossos filhos.
- A gente conversar mais e ouvir as pessoas.
- Não precisa melhorar nada.
- Nos próximos encontros eu gostaria que continuasse assim como foi hoje.
- Gostaria de saber mais sobre as coisas.
- Falar sobre limites, pois estou passando por uma fase muito difícil.
- Fossem um pouco mais cedo.
- Continuar participando.
- Qualquer assunto para mim é muito importante, pois estou aprendendo e tirando bastante proveito desses debates.
- É muito bom estar aqui para poder ter uma esperança de que nem tudo está perdido.

⁴² Importante reafirmar que a transcrição manteve a escrita original de cada participante, desconsiderando correções ortográficas.

Percebo nessas palavras a necessidade de os familiares poderem compartilhar suas angústias, criarem novas versões para a história vivida entre eles e os filhos adolescentes.

Ao encontro do que aborda Rassial, temos que:

Ser pai ou mãe não é uma qualidade intrínseca do ser humano, a partir do momento que assegurou sua função de reprodução (pode-se abandonar seus filhos), é inicialmente uma função, pois uma posição ocupada em relação a um outro sujeito, e modificada, até mesmo revigorada, quando esse sujeito de criança torna-se adolescente, depois adulto. (1997, p.75)

5. NOVAS QUESTÕES, NOVOS INTERROGANTES...

Tendo em vista que o cerne do trabalho de pesquisa reside nas possibilidades de transformação das observações feitas pelo investigador a partir de determinada leitura oriunda das teorias que este tem à disposição, e, ainda, que as últimas são sempre parciais – na medida em que nenhuma área do conhecimento consegue abarcar a totalidade dos fenômenos a nossa volta, compreendo ser um momento de grande desafio a articulação das leituras e reflexões teóricas com a prática.

Paradoxalmente aos “novos” inscritos no título desta parte do texto, é como se ocorresse certo recuo frente à grandiosidade de interpretações possíveis ao mesmo tempo em que se faz presente a sensação de nada mais ter a contribuir sobre a temática pesquisada.

A este respeito, ressalto a expressão verbalizada por uma das orientadoras deste trabalho, Professora Margareth Schäffer, de que “era preciso seguir escrevendo, mesmo que tudo já estivesse dito.”

Levando em consideração esses fatores, como também o elemento, já citado, relativo à complexidade dos fatores envolvidos na questão da infração na adolescência, pretendo traçar as articulações teórico-práticas enfatizando os seguintes aspectos: questões gerais da adolescência; configurações familiares atuais, contemplando os lugares ocupados pelas figuras materna e paterna e, por fim, o significado que os atos infracionais podem ter frente a todos estes aspectos.

Em coerência com o subtítulo “novas questões, novos interrogantes”, mais do que respostas e certezas, entendo que a riqueza do processo investigativo consiste em aprofundar questões previamente postas e criar novas. Assim, a interlocução entre a revisão teórica sobre o tema desta dissertação e a experiência de escuta dos adolescentes em conflito com a lei e de seus familiares acabaram produzindo novas inquietações.

Considerando a relação indissociável entre individual e social, questão reforçada pela própria psicanálise, através do entendimento de como o sujeito se constitui psiquicamente, ou seja, por meio do desejo do Outro, acredito que independe das singularidades de cada uma das narrativas apresentadas no decorrer do texto, a possibilidade de traçarmos reflexões mais abrangentes sobre possíveis relações entre as questões familiares e o envolvimento de adolescentes em atos infracionais.

Considerando o que temos como características gerais do processo adolescente, desde os lutos pelo corpo e pelos pais infantis, passando pela necessidade de pertencer a grupos, pela indecisão turbulenta em busca de respostas às perguntas “quem sou eu?” e “para onde vou?”, e ainda a busca incessante por reconhecimento e autonomia, as narrativas de Beto, João, Mari e Alan muito têm a nos mostrar.

Os atos infracionais de pichação, comuns no atendimento em meio aberto, revelam esse movimento em busca de se fazer reconhecer. Como relatado pelos próprios adolescentes, o ato de deixar sua marca (ou do grupo de que faz parte) registrada nos muros e construções da cidade, possibilita que sejam conhecidos. De alguma maneira, em sintonia com as palavras de João, ao dizer quão importante é ter fama.

Pergunto-me se a questão do ato infracional não pode ser, entre outras possibilidades, tentativa de dar conta de todas as demandas do processo de adolecer. Quem sabe também, nessa mesma perspectiva, reação possível frente às incongruências de nosso tecido social?

Sobre essas incongruências, Rassial (1997) oferece-nos oportunidade de reflexão através da metáfora adolescente-imigrante, como um sujeito alguém que ainda não encontrou seu lugar. No limbo entre a infância e a adultez é que o adolescente se encontra.

Muito embora a criação de uma legislação como o ECA represente avanços no reconhecimento social do adolescente como sujeito de direitos, ainda permanecem alguns entraves importantes nesse sentido: aos dezesseis anos, por exemplo, o adolescente pode votar, mas, por outro lado, ainda não

possui habilitação para dirigir. Existe certo consenso, ainda que não verbalizado, de que os adolescentes podem desfrutar da vida sexual, sendo livres na escolha de seus parceiros para estas experiências. No entanto, assistimos ao constrangimento frente à questão da gravidez na adolescência, por exemplo. As instituições educativas e de saúde fazem, inclusive, projetos e programas de prevenção para minimizar os casos de gestação precoce.

Considerando estes aspectos e o caráter simbólico do delito, como enfatiza Melman (1992), podemos inferir que o ato infracional pode estar revestido das contradições que fazem parte da vida em sociedade, bem como das intensas batalhas travadas pelos adolescentes.

Será que é desde essas origens que se desencadeia a briga de Mari no pátio da escola? A aventura de João em testar os limites da lei e, junto de dois amigos, se expor à intervenção da polícia? E no caso de Guto, em que o desfecho acabou sendo a morte de seu melhor amigo?

Para além do envolvimento no ato infracional propriamente, entendo que outros elementos convergem para refletirmos no caráter simbólico das atitudes desses adolescentes.

A necessidade de João de ter aprovação de minha parte, confirmação de que ele tinha algum valor, de que sabia dançar, de que seu *piercing* e sua tatuagem fossem vistos e apreciados, pode ser indicativo desse movimento em busca de reconhecimento e autonomia. Não é por menos que ele chega a verbalizar que “ter fama é tudo”. O que é a fama senão reconhecimento?

E o filho de Ema, que segundo ela, sempre teve “tudo” o que quis? O que o faz, mesmo com as roupas e tênis de boas marcas, continuar em conflito intenso com a mãe e a avó?

Considerando o que afirma Levinsky (1998) a respeito das especificidades da adolescência, dependendo do contexto no qual está inserida, pensemos: o que significam as palavras de Ema, ao referir que o filho sempre teve “tudo”, e de Joana, ao verbalizar que “nunca faltou nada” para os seis filhos que ela criou sozinha? E a indignação de Ivo por acompanhar Cláudio envolvi-

do em um arrastão, sendo óbvio para o pai que seu filho sempre ganhou tudo o que quis?

Que valores são transmitidos em uma sociedade que se caracteriza pelo consumismo e pela descartabilidade dos bens? Que contexto sócio-cultural disponibilizamos para os adolescentes de nosso tempo?

Ao integrarmos as concepções de Conte (2005) sobre o valor depositado nos objetos e na função de minimizar as diferenças sociais que as ditas roupas de marca acabam desempenhando, com o paradoxo que vivemos em relação à democracia e à violência, conforme abordagem de Peralva (2000), temos algumas pistas sobre esta questão.

Conforme trabalhado no grupo de familiares, não é tão evidente que um dos programas de televisão com maior índice de audiência - um espetáculo de exposição de corpos e de marcas -, tenha alguma influência na demanda por parte dos adolescentes em possuírem os objetos de grande valor financeiro e social. Quem sabe, ao calçar um “pisante”, como aquele que Cláudio pede aos pais insistentemente, é possível se revestir daquilo que é socialmente valorizado e cobiçado.

Aliando as intensas transformações sofridas pela família (Singly, 2007) com o fato de que tanto a função paterna quanto a função materna não estão dadas pelas questões naturais ou instintuais (Badinter, 1985), mas são produtos e produtoras da cultura (Rassial, 1997), percebe-se que pais e adolescentes se encontram um tanto perdidos sobre seus lugares.

Nessa perspectiva, é de se questionar se a situação de conflito com a lei não pode ser entendida como tentativa de reordenamento das funções de cada um dos atores da cena familiar/social.

Outro ponto que se evidencia nas histórias dos adolescentes e de suas famílias, seja nas falas proferidas pelos primeiros, como nos desabafos compartilhados pelos familiares durante os encontros que tivemos, diz respeito à presença maciça da mãe. Como nos indicam as palavras de Glória, o adolescente “não teve pai, mas teve eu.”

Na composição criada por adolescentes em medida de internação, alguns trechos ilustram a relação intensa entre mãe e filho, e a idealização da figura materna: “mãe é aquela para sempre”, “de todas as mulheres ela é a preferida”, ou ainda “se sua mãe morrer, acaba tudo”.

De acordo com as concepções freudianas acerca da adolescência, esta seria uma reedição da sexualidade infantil, do período pré-genital, o que inclui retorno às fantasias e conflitos característicos destes primeiros tempos e, nesses, diferentemente dos demais animais, estamos em situação de total desamparo, situação que, antes da aquisição da linguagem, não pode ser traduzida em palavras.

Literalmente à mercê do Outro, necessitamos ser amparados e protegidos. Desde a questão da alimentação, fundamental a nossa sobrevivência física e psíquica, abarcando também outros cuidados necessários para garantir nossa existência.

A princípio, o “primeiro” Outro que se apresenta para satisfazer essas demandas é a mãe ou quem desempenha a função materna. Nesse aspecto, vale termos a clareza abordada por Fonseca (2002) ao questionar o dito: mãe é uma só. Modificando-o em forma de indagação, nos leva a conceber que muitas pessoas, efetivamente, podem desempenhar este papel.

A possibilidade de outras mães que não a “de sangue” fazerem a função materna, não retira desta sua importância na constituição psíquica de todos nós: as contribuições de autores como Lacan (1957-1958), Aulagnier (1979) e Lebrun (2008) reiteram essa questão.

Questiono assim, se o movimento de reeditar fantasias e conflitos destes primeiros tempos de nossa existência pode, de alguma forma, aparecer na relação intensa do adolescente com a figura da mãe.

Algumas maneiras através das quais essa questão aparece evidenciaram-se na escuta de Alan e de João.

Alan, por exemplo, refere que a mãe é tudo em sua vida e que somente se arrepende quando briga com ela. Soma-se a isto, o fato de tratar o pai por

“meu”, sendo essa expressão comumente utilizada pelos adolescentes no convívio entre si. Mantém a mãe num lugar idealizado e trata de tirar o pai do devido lugar. Não é por menos que a medida aplicada a Alan se fez em função de tentativas de assassinar seu genitor.

A idealização materna pode ser registrada também por meio de uma marca no corpo. A tatuagem exibida por João, feita em homenagem à sua mãe, sintoniza-se com os relatos feitos pelo adolescente, os quais denunciam o lugar ideal ocupado pela mãe e a desvalorização manifesta da figura do pai: se pudesse escolher, não o teria, já que “ter pai é tri frau”.

Lembro, inclusive, que durante atividade da oficina educativa do PPSC, a qual tinha como temática os direitos da criança e do adolescente, Roberto, um dos adolescentes presentes, falou sobre qualidades e defeitos do ser humano. “Só existe uma pessoa perfeita pra mim: minha mãe”.

Acompanhando a retomada histórica feita por Fonseca (2002) sobre o lugar da mulher em nossa sociedade, perguntemo-nos quais relações entre esse lugar no passado e na atualidade.

Ao compartilharmos das preposições sobre o tempo referidas por Arendt (2004) e Kehl (2009), as quais dinamizam a relação “presente-passado-futuro”, deparamo-nos com a possibilidade de ligações importantes entre períodos históricos aparentemente distantes. Que heranças carregamos ainda hoje de um passado que, embora não tenha o mesmo sentido na contemporaneidade, não cessa de se atualizar?

Se em nosso universo inconsciente, os opostos convivem em certa “harmonia”, seguindo lógica que ultrapassa nossa própria razão, o que denuncia a atitude onipresente das mães que se deixam idealizar de maneira tão intensa pelos filhos adolescentes?

Por um lado, pode ser uma atitude de reação a toda trajetória histórica que não somente liga diretamente a figura da mulher à fragilidade, como também por injustiças e discriminações das mais diversas ordens. Por outro, quem

sabe, podemos questionar se na vida desses adolescentes a mãe não acaba representando a única relação certa e estável num universo de inseguranças.

De outra perspectiva, quem sabe, uma das formas encontradas por essas mulheres socialmente vulneráveis, muitas sem o apoio do pai de seus filhos ou de um companheiro seria justamente constituir e satisfazer seus próprios desejos frustrados através dos filhos?

Se, de acordo com a teoria lacaniana sobre a vivência edípica, tão necessária quanto à função materna nos primeiros momentos da vida é a abertura para entrada do terceiro na relação especular entre a mãe e a criança, movimento criador da alteridade e instaurador da Lei, que repercussões pode ter a “inviabilidade” da triangulação?

Entendo que o uso do termo “inviabilidade” grafado entre aspas justifica-se pelo fato de a entrada do terceiro na relação mãe-filho ser tão necessária à constituição psíquica, que acaba se viabilizando de alguma maneira, mesmo que seja, como no caso de muitos adolescentes citados neste texto, através do cometimento de atos infracionais.

Sabemos que a situação de estar em conflito com a lei faz com que outras figuras representativas da alteridade para além do âmbito familiar se presentifiquem na vida do adolescente, sejam encarnadas na figura do policial, do juiz, do técnico que acompanha as medidas sócio-educativas e, em algumas situações, na relação que estabelecem com o patrão da boca⁴³.

Assim, entendo que a situação de entrar em conflito com a lei pode também ser compreendida como busca pela interdição destas relações familiares que parecem dar conta de “tudo”, sendo “tudo” um significante evidenciado no discurso tanto dos adolescentes como no dos familiares. Seria então um movimento de busca pela Lei, tão indispensável para a vida em comunidade?

Enfatizo que isso independe das figuras de carne e osso do pai e da mãe propriamente ditas. Como ilustram diversos trechos das narrativas dos

⁴³ Gíria através da qual é denominado o chefe do narcotráfico, figura de liderança nas comunidades de periferia.

familiares, a questão reside muito mais no caráter simbólico das funções materna e paterna do que nas pessoas que em realidade ocupam estes lugares.

Assim, mais do que a presença encarnada de cada uma destas figuras, tem importância o discurso que estas têm a respeito da relação com os filhos. Refiro essa questão em função de algo já pontuado no início de minhas reflexões a respeito deste tema: existe algo da ordem do imaginário social, por vezes reforçado por aqueles que são referências na questão da adolescente em conflito com a lei, a respeito de que “filhos sem pai apresentam problemas psíquicos.”

É de se questionar, inclusive, se crenças como essa não têm ligações com as questões históricas e culturais do lugar do homem e da mulher na sociedade.

Retomando Lacan (1957-1958), a questão do acesso ao universo simbólico e portanto, à Lei, se dá, antes de qualquer outra coisa, pelo lugar de importância que a mãe ou quem desempenha essa função confere à palavra do “pai”.

É então de se questionar o paradoxo evidente nas diversas narrativas tantos dos adolescentes quanto dos familiares. Se por um lado algumas mulheres referem que a presença do pai não faria a menor diferença, já que são capazes de dar conta da criação dos filhos sozinhas, um outro discurso denuncia a crença de que a presença do pai faz toda a diferença e de que, justamente por terem tomado conta dos filhos sem ajuda do pai destes, acabaram enfrentando dificuldades importantes.

O desabafo de Ema, por exemplo, depara-nos com uma situação desse gênero. Independentemente da presença ativa e queixosa dela e do fato de o menino ter relação de proximidade com o pai, tudo indica que o caráter simbólico da castração e da Lei se faziam inoperantes. Mais do que representado pela figura do pai ou da mãe em realidade, existe aí um discurso em comum, uma linguagem familiar compartilhada de que um quarto equipado e roupas “da hora” são tudo o que um adolescente precisa ter, ou então que mandá-lo bus-

car drogas nem é tão mau assim. Não é por acaso, que o adolescente faz justamente aquilo que a legislação proíbe: dirige sem habilitação e usa drogas.

Ao abordar a questão da delinqüência na adolescência Rassial (1999) refere que, diferentemente do que acontece na psicose, não podemos falar em um apagamento do pai, mas da multiplicação das imagens paternas.

Segundo ele:

O delinqüente, longe de desconhecer a função do pai, interroga-a, dissociando, diretamente o pai real (o genitor), o pai imaginário (aquele que a mãe sustenta neste lugar) e o pai simbólico (garantia do nome e da identidade). Vê-se com bastante freqüência jovens delinqüentes projetarem, em várias figuras paternas dispersas (um tio, um juiz, um chefe de bando, etc), cada uma destas dimensões. Sobre tudo quando o pai demonstra uma falha particular, quer seja real (invalidez, alcoolismo), imaginária (no discurso da mãe), ou simbólica (é estrangeiro, por exemplo). (p.66)

Como revelam tanto o discurso dos adolescentes atendidos no Programa, como as falas proferidas por seus familiares, é bem provável que esse movimento de divisão das imagens paternas realmente se faça operante.

Entendo que isso pode ser intensificado pelas situações do contexto social, envolvendo neste, os fatores econômicos e culturais que caracterizam muitas das histórias de vida dos adolescentes atendidos no PPSC/UFRGS.

Assim, concebo que o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, por ir além do cumprimento judicial, conferindo o caráter pedagógico à execução das medidas, configura-se como importante espaço para escuta dos discursos operantes em torno dos lugares ocupados pelos adolescentes e por seus responsáveis, possibilidade de resgate desses lugares e, conseqüentemente, das funções de cada um.

Entendo também que, em função de todos os fatores que podem convergir para o envolvimento do adolescente no ato infracional – questões da própria adolescência, incoerências do tecido social, falta de condições econômicas e de acesso aos bens e serviços, dificuldade no operar das funções ma-

terna e paterna – os responsáveis pelo atendimento sócio-educativo, em muitas situações, representam a alteridade, a castração, a Lei.

Dessa forma, longe de encontrar culpados e cúmplices ou de reafirmar os discursos relativos à família desestruturada ou à falta da figura do pai na vida dos adolescentes, é papel dos técnicos e demais agentes do sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei proporcionar condições para a reflexão, atividade que, de acordo com Arendt (2004) possibilita nos humanizarmos.

6. IN [CONCLUSÕES]: para concluir sem dar fim

O processo de escrita desta dissertação envolveu avanços e recuos, movimento que entendo fazer parte das desacomodações intrínsecas ao ato de pesquisar.

Durante esse período, o mergulho no universo investigado e nas leituras teóricas à disposição sobre os temas que envolvem este estudo permitiram que algumas inquietações ganhassem uma nova forma. Tive a sensação de que, tão necessária quanto a aproximação com todo esse universo de perguntas, inquietações e com o referencial teórico, certo distanciamento se fazia importante.

Assim, aos períodos de intensa produção escrita seguiram momentos de parada, vai e vem necessário para acomodar as idéias, reorganizar as palavras e as sentenças e dar o sentido desejado às construções que iam acontecendo.

Em um desses momentos, quando chegava ao estacionamento do Campus Central da UFRGS, rumo à FACED, onde aconteceria o grupo de familiares do PPSC naquele dia, tive uma grande surpresa.

Como meu carro somente teria permissão para ocupar uma vaga no estacionamento mediante liberação da equipe do PPSC, ao aproximar da guarita onde estavam os funcionários responsáveis pela entrada e saída de veículos, me identifiquei.

O senhor que estava próximo à janela do carro informou que não poderia liberar minha entrada, já que não havia recebido orientações a respeito. Frente a minha insistência ele disse: “Eu não posso liberar a senhora, a não ser que o Bruno libere.”

Em seguida se fez ouvir: “oi, sôra⁴⁴”. O Bruno a que se referiu o senhor era um dos adolescentes já atendidos pelo Programa, que, naquele momento,

⁴⁴ Expressão usada por muitos adolescentes do PPSC/UFRGS, como forma abreviada da palavra professora.

sorriu ao me ver, dizendo com orgulho que estava trabalhando na cancela do estacionamento e que liberaria minha entrada no estacionamento.

Fui tomada por emoção intensa. Por alguns segundos, tudo em volta parou. Fiquei sem saber se acelerava ou se descia para cumprimentá-lo. Somente com a buzina do carro que, atrás de mim, solicitava passagem, dei continuidade ao trajeto.

Bruno, ao cumprir medida de PSC aplicada em função de pichações frequentes, era participante ativo das Oficinas Educativas. Numa das últimas vezes em que tivemos contato, uma situação bastante constrangedora aconteceu: mesmo com as combinações claras em relação ao andamento das atividades e horários de lanche, o adolescente levou escondido o pacote de bolachas que, na ocasião combinada, seria compartilhado por todos.

Ao tomar conhecimento do fato, o chamei para uma conversa. Bruno, com ar de intransigência, negava-se a assumir o ato. Mesmo com as tentativas de minha parte, no sentido de pensar com ele os motivos que o levaram a agir daquela forma, ele seguia firme: “não fui eu.” Acrescentou que se eu seguisse falando sobre o assunto, sairia da sala e nunca mais voltaria ao Programa. “Eu nunca mais venho aqui, sôra.”

Esclareci que ele poderia falar sobre o ocorrido comigo e que, por mais errada que tivesse sido sua atitude, estaria disposta a pensar com ele maneiras de resolver da melhor forma possível. Ele persistia na posição de que a solução seria ir embora e não voltar mais à Universidade.

Lembro de quão constrangida me senti ao ter que reafirmar que no âmbito do Programa as regras existiam para serem cumpridas, justamente pelo fato delas terem sido construídas na coletividade, contemplando, portanto, as idéias e opiniões dos próprios adolescentes. Assim, se ele optasse por ir embora, que ficasse a vontade para fazê-lo.

Bruno que já tinha cumprido sua medida integralmente, mas que participava de forma ativa das Oficinas foi embora. Senti muito por isso. Justamente por saber o que as atividades educativas representavam no universo em que o

adolescente estava imerso. Como ele já havia referido, “na vila o bicho pega”: tráfico, brigas constantes entre bondes, desemprego, falta de boas oportunidades.

Na festa de final de ano do Programa, Bruno se aproximou novamente. Solicitou um horário para conversarmos e, finalmente, responsabilizou-se pela atitude impensada de tomar para si algo que era de propriedade de todos os adolescentes que freqüentavam aquele espaço.

Depois de alguns anos, é justamente na Universidade que o adolescente consegue uma oportunidade de emprego. Entendo que isso não é obra do acaso, mas de alguma forma é fruto das marcas que a passagem pelo Programa produziu.

Esse é o motivo pelo qual socializo essa vivência no momento de concluir o trabalho de escrita da dissertação.

Entendo que esse pequeno retrato da experiência descreve uma intervenção fundamental na vida dos adolescentes, especialmente na vida daqueles que, em algum momento, estiveram em conflito com a lei: a reafirmação dos limites, da castração. Somente quando sabem o que não podem, é que passam a poder alguma coisa.

Retomando a temática inspiradora desta pesquisa, parece evidente que as intensas transformações pelas quais a sociedade vem passando, particularmente aquelas que se fazem perceber na família, trouxeram consigo certa confusão em relação às funções daqueles que ocupam lugar de referência e autoridade na vida dos filhos.

A hipotética separação cronológica entre o tempo que já se foi e a atualidade nem mesmo parece existir, na medida em que consideramos as questões relativas ao lugar da mulher ainda vigentes e à valorização da família nuclear conjugal, em detrimento às novas configurações familiares.

Retomando as contribuições de Lacan (1957-1958), Sarti (2007), Fonseca (2002) e Roudinesco (2003), mais importante do que a forma como se organiza a família e os sujeitos que a compõem em realidade, estão a maneira pela

qual se estabelecem os laços sociais e a possibilidade das funções que constituem cada sujeito se fazerem operantes.

Nesse sentido, as falas proferidas pelos familiares muito nos têm a dizer. Independentemente da forma através da qual se organizam os laços familiares na atualidade, parece haver ainda em circulação um discurso que coloca a família nuclear conjugal em lugar de forte idealização. Talvez, por esse motivo, exista no imaginário social a ligação quase direta entre a falta ou falha do pai em realidade de muitas famílias e o fracasso na educação dos filhos. Essa ligação tem eco não somente na fala das mães ou demais responsáveis pelos adolescentes, mas também em muitos profissionais que atuam com as questões da adolescência.

A importante contribuição de Rassial (1999) sobre a relação entre delinquência e função paterna merece destaque. Na concepção do autor, o adolescente em conflito com a lei, longe de não ter a função paterna operante, a questiona, interroga, projetando em muitas figuras a questão da Lei e da alteridade.

Podemos então pensar que mais interessante do que recorrer ao discurso nostálgico cujo ideal envolve a família composta por pai, mãe e filhos, é vislumbrarmos as possibilidades de cada um de nós, enquanto referência na vida dos adolescentes em conflito com a lei, fazer operar a função paterna.

Acrescento que, uma vez que as funções materna e paterna não são dissociadas uma da outra, é preciso enfatizar que tão necessária quanto o acolhimento e o investimento oferecidos ao adolescente, é a afirmação da Lei, a colocação dos limites.

A riqueza da experiência de escuta tanto dos adolescentes quanto de seus familiares possibilitaria muitas outras formas de entendimento, quem sabe a formulação de novas questões. Mas, especialmente ao tratar da temática do adolescente em conflito com a lei, se faz necessário que o limite não fique somente na teoria. É preciso que o façamos vivo também em nosso trabalho de pesquisa e de escrita.

Em consonância com o título que incita às conclusões sem a pretensão de dar fim aos interrogantes, enfatizo que a temática desta dissertação, por envolver diferentes olhares e intervenções, necessita de outros estudos e aprofundamentos sobre as questões já levantadas. Esses, pelos limites que fazem parte da experiência humana, ficam para outro momento.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ARENDT, Hannah. **Pensamento e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. Onde fala um analista. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 29, dez. 2005.

AULAGNIER, Piera. **A violência da interpretação**: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, Walter. O narrador, In: _____. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D'Água Editora, 1992.

BÍBLIA SAGRADA: Antigo e novo testamento. [s. l.]: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BIRMAN, Joel. **O mal estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLEICHMAR, Hugo. **Introdução ao estudo das perversões**: teoria do Édipo em Freud e Lacan. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BLOS, Peter. **Adolescência**: uma interpretação psicanalítica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 23.ed. Brasília: [s. n.], 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8069.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei Federal nº 11340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 14 jan. 2009.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2009.

CONTE, Marta. A complexidade das relações entre violência, drogas e laço social. In: HARTMANN, Fernando; ROSA, Norton Cezar Dal Follo Jr. **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

CRAIDY, Carmem; GONÇALVES, Liana Lemos. **Medidas sócio-educativas: da repressão à educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã?** Diálogo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

DOLTO, Françoise. **Destinos de crianças: adoção, famílias, trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOR, Joël. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ENDO, Paulo Cesar. **A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Escuta, 2005.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

FONSECA, Cláudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2009.

_____. **Mãe é uma só?** Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Revista da USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2009.

_____. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira, 10).

_____. A dinâmica da transferência (1912). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira, 12).

_____. Cinco lições de Psicanálise (1910). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira, 11).

_____. Conferência XXXIII: Feminilidade (1932) In: _____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira, 22)

_____. O Inconsciente (1915). In: _____. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (tradução de Luiz Alberto Hanns).

_____. O mal-estar na civilização (1929). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira, 21).

_____. Totem e tabu (1913). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira, 13).

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira, 7).

JERUSALINKY, Alfredo. Adolescência e contemporaneidade. In: MELLO, Adriana; CASTRO, Ana Luiza de Souza; GEIGER, Mylène. **Adolescência e contemporaneidade**. Porto Alegre: Libretos, 2004.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, Jacques. _____. **El Seminario** (1975-1976): Libro23: El sint-home. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. Introdução aos Nomes-do-pai (1964). In: LACAN, Jacques. **Nomes-do-pai**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

_____. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia In: LACAN, Jacques. **Escritos** (1966). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

_____. **O seminário** (1957-1958): livro 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. **O seminário** (1960-1961): livro 8: a transferência. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. **Os complexos familiares** (1938). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

LEBRUN, Jean Pierre. Uma lógica infernal. In: GEDIEL, José Antônio; MERCER, Vânia Regina. (orgs). **Violência, paixão e discursos**: o avesso dos silêncios. Porto Alegre: CMC, 2008.

LEVINSKI, David Leo. **Adolescência**: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MANONNI, Octave. A adolescência é “analisável”? In: DELUZ, Ariane; GIBELLO, Bernard; HEBRARD, Jean; MANONNI, Octave. **A crise de adolescência**: debates entre psicanalistas, antropólogos, escritores, historiadores, lógicos, psiquiatras, pedagogos. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania**: uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.

OLIVEIRA, Carmem. Quem tem medo da violência juvenil? In: HARTMANN, Fernando; ROSA, Norton Cezar Dal Follo Jr. **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

OLIVEIRA, Carmem. **Sobrevivendo no inferno**: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POLI, Maria Cristina. Pesquisa em psicanálise. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 29, dez. 2005.

RASSIAL, Jean-Jacques. **A passagem adolescente**: da família ao laço social. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

_____. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

RICKES, Simone. Escrita da clínica e transmissão da Psicanálise. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 25, n. 23, p. 119-134, 2003.

ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 329-348, set. 2004.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

_____. **Família em desordem**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. **Por que a Psicanálise?** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

SARTI, Cintia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Luís Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A

1. BANCO DE DADOS DO PPSC/UFRGS

Muito embora o processo investigativo que deu origem a esta dissertação seja eminentemente qualitativo, questão que se evidencia na própria metodologia de trabalho adotada, penso que não podem ser deixadas de lado as informações oriundas do Banco de dados do PPSC/UFRGS.

Como possibilidade de armazenar registros de todos os adolescentes já atendidos pelo Programa e daqueles que seguem em atendimento, a equipe conta com este sistema informatizado de registro dos dados. A alimentação deste sistema é feita pelos integrantes da equipe, os quais são ativos no atendimento aos adolescentes e suas famílias, bem como em todas as rotinas que envolvem o trabalho sócio-educativo.

Ressalto que não é feita nenhuma verificação de informações junto ao sistema jurídico ou qualquer outra instituição vinculada à execução de medidas, o que significa que todas as informações são guardadas de acordo com o que é verbalizado pelo adolescente e seu responsável. Longe de querer averiguar a veracidade do que trazem nas primeiras entrevistas e no decorrer do acompanhamento, vale neste Banco de dados o que é dito por eles.

Acredito que ignorar informações como esta, apenas pelo fato de estarem traduzidas por números e percentuais, só empobreceria o trabalho de pesquisa.

De forma a focar as informações relacionadas com o tema desta dissertação, socializo especificamente o item que trata da pessoa que se diz responsável pelo adolescente. Vejamos o que nos mostra as tabelas a seguir:

Dados quantitativos⁴⁵

Total de adolescentes: 931

Total de medidas: 1002

Responsável (1997 a 2007)

Responsável	%
Mãe	22
Pai	6
Pai e mãe	13
Avô/avó	1,4
Irmão/irmã	1,3
Tio/tia	1,3
Outros	2,3
Não informado	52,5

Registros/ filiação

Total de registros	931
Consta o nome da mãe	872 (94%)
Consta o nome do pai	807 (87%)

Responsável pelo adolescente (2003 a 2007)⁴⁶

Responsável	%
Mãe	51
Pai	10
Pai e mãe	17

⁴⁵ Dados coletados em agosto/2008. Vale esclarecer que o número de adolescentes não condiz com o número de medidas sócio-educativas pelo fato de acontecer que um mesmo sujeito possa cumprir mais de uma medida.

⁴⁶ O recorte realizado se justifica pelo fato de que tanto o acolhimento inicial oferecido aos adolescentes que dão início ao cumprimento da medida no PPSC/UFRGS, como a utilização Banco de Dados foram sendo utilizados de melhor forma com o passar do tempo em decorrência de maior integração com o trabalho e qualificação dos membros da equipe do Programa. Isto significa melhor captação dos dados trazidos por cada adolescente, fato que fica evidente na porcentagem da categoria “Não informado”, a qual diminuiu consistentemente com o passar do tempo.

Avó/avô	3
Irmão/irmã	4
Tio/tia	5
Outros	5
Não informado	5

APÊNDICE B

1. ALGUMAS NOTÍCIAS SOBRE A “AUSÊNCIA PATERNA”

Pais podem reduzir a violência

A paternidade responsável como alternativa para reduzir a violência foi o tema da palestra do presidente da ONG Brasil Sem Grades, Luiz Fernando Oderich, na Fundação CEEE, na Capital, nesta semana. Para ele, a participação do pai é um dos principais fatores que afastam os jovens das drogas e da violência. “Nem

sempre existe a consciência de que os pais precisam cuidar, educar e ter dedicação. Esse papel precisa ser recuperado para que as ações de combate à violência sejam efetivas.”

Por isso, a ONG desenvolve o projeto Pai Presente, para divulgar os fatores que afastam o jovem da delinquência, como a estabilidade do ambiente familiar e a presença dos pais. Ele citou a ação do promotor



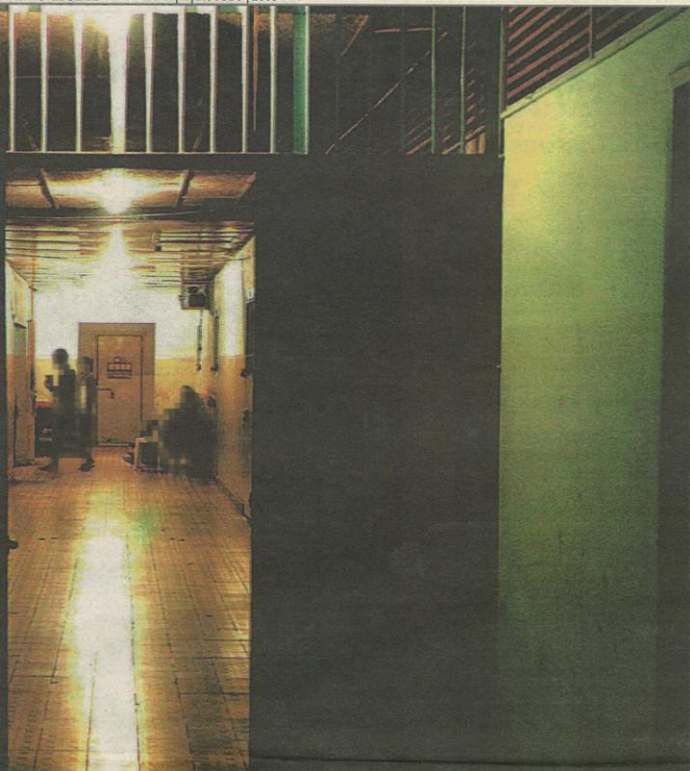
Para Oderich, participação do pai afasta os filhos das drogas

de Justiça José Heitor dos Santos, de São Paulo, que processou por abandono intelectual pais que não acompanhavam os filhos.

Segundo Oderich, a ação mostrou resultados, como em Ribeirão Preto (SP), em que, dos 5 mil alunos, cerca de 600 (12%) abandonavam os estudos. Após levantamento no município, o promotor provocou o indiciamento de cem pais.

O custo de um infrator

R\$ 4,5 mil ao mês por interno



Custo médio mensal de cada um dos 1,2 mil adolescentes infratores é equivalente a quase 11 salários mínimos, mas maioria acaba reinternada ou vai para a prisão depois de sua passagem pela Fase

MAICON BOCK

O custo da internação de um adolescente infrator está em R\$ 4,5 mil por mês no Estado – o equivalente a quase 11 vezes o salário mínimo nacional.

Esse investimento não se traduz em eficácia na ressocialização. Dos cerca de 400 garotos e garotas que deixam a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) por ano, 80% retornam ao próprio órgão ou às prisões nos anos seguintes. Cada infrator é submetido, em média, a um ano e meio de medidas socioeducativas.

O valor desembolsado pelo Estado por meio da Fase é nove vezes superior ao gasto nas cadeias pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). Nos presídios, o valor é de R\$ 500 para manter cada detento. A discrepância é atribuída a problemas estruturais e ao atendimento especializado exigido em cada uma das 16 unidades que compõem a estrutura da Fase em 11 cidades.

– A Fase é a UTI do sistema socioeducativo. O custo é alto porque a UTI é cara. É preciso ter um monitor para acompanhar todos os movimentos dos adolescentes dentro da unidade, temos de abrigar 24 horas, fornecer alimentação integral, escola integral, atendimento psicológico, psiquiátrico, médico – diz o secretário estadual da Justiça e do Desenvolvimento Social, Fernando Schüller.

Nas penitenciárias, detentos preparam a comida consumida. Além de contar para a remissão da pena (cada três dias de trabalho equivalem a um dia a menos preso), a atividade gera economia para as finanças do Estado. Na Fase, toda a alimentação é terceirizada, o que contribui para um gasto final maior.

Nas unidades socioeducativas, o custo varia de acordo com a ocupação registrada. Em Santa Maria, por exemplo, aproxima-se de R\$ 7 mil mensais devido à ociosidade. Das 25 vagas disponíveis, sobram 19, o que eleva o custo por interno. Isso ocorre porque o quadro funcional permanece igual, ou seja, não acompanha a variação do número de internos.

Em unidades superlotadas, como o Centro de Internação Provisória Carlos Santos, no complexo da Avenida Padre Cacique, em Porto Alegre, o custo médio baixa para R\$ 2,8 mil. No local, são 165 adolescentes para uma capacidade de 60.

“Gatos” na rede de luz aumentam conta

Dos seis prédios que compõem o complexo da Fase em Porto Alegre, um deles foi construído em 1898. Os dormitórios da unidade são amplos, abrigam até 20 jovens e não têm banheiros. Qualquer deslocamento precisa ser acompanhado por um

monitor, o que aumenta o número de servidores necessários para manter o funcionamento.

A extensão da área, equivalente a 70 campos de futebol, também se transforma em problema para as finanças. São comuns furtos de água e energia elétrica por moradores de casebres localizados nas extremidades do terreno, no Morro Santa Teresa e na Vila Cruzeiro.

Apesar das frequentes ações na tentativa de coibir os “gatos”, a conta acaba sendo paga pelo governo do Estado, passando a compor os R\$ 4,5 mil gastos com cada interno.

A alternativa para reduzir os custos, segundo o presidente da fundação, Irany Bernardes de Souza, passa pela reestruturação nos moldes das diretrizes do recente Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase):

– Seu eu colocar um muro de sete metros de altura, se os dormitórios passarem a ser habitados por até três internos e que tenham banheiro, não precisaria botar ninguém à noite para fazer os deslocamentos. Quanto mais equipamentos de vigilância eletrônica tiver, mais se reduz o pessoal. Se, em vez de um portão com cadeado eu colocar um portão eletrônico, a estrutura vai se reduzindo.

Atualmente, o quadro da Fase é composto por 1.384 funcionários, sendo 1.125 monitores, quase um por interno.

O PERFIL

- 17 anos
- Branco
- Estudou até a 4ª série
- Envolveu-se com drogas
- Não conheceu o pai

CUSTOS COMPARADOS

Veja quanto cada instituição gasta por mês:

- Fase: Custo para manter um interno: R\$ 4,5 mil
- Susepe: Custo para manter um preso no regime fechado: R\$ 500
- Fundação de Proteção Especial: Custo para manter uma criança em um abrigo: R\$ 4,5 mil
- Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc): Custo para manter um morador de rua em abrigo da Capital: R\$ 1,2 mil
- Asilo Padre Cacique: Custo para manter um idoso: R\$ 950 (*)

(*) O valor seria maior se não houvessem doações de alimentos e agasalhos

A FASE HOJE

- No Estado, são 1,2 mil internos para uma capacidade de 765 vagas
- Nas seis unidades da Capital, são 691 jovens para 405 vagas
- Nas 10 unidades espalhadas pelo Interior, são 509 adolescentes para 360 vagas
- O número de servidores é 1.384, sendo 187 técnicos, 72 administrativos e 1.125 monitores

HISTÓRICO

● A Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas, caso da internação, que são determinadas pela Justiça para adolescentes infratores.

● A denominação Fase existe desde maio de 2002, quando uma lei estadual consolidou um processo de reorganização iniciado com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e extinguiu a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem)

● A criação da Fase rompeu com o modelo repressivo em vigor desde 1945, quando foi fundado o Serviço Social do Menor (Sesme/RS), como subdivisão do Serviço de Amparo ao Menor (SAM), responsável, na época, pela política de atendimento a crianças e adolescentes carentes, abandonados ou autores de atos infracionais

● Em 1964, surgiu o Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho e Habitação, que substituiu o Sesme/RS e precedeu a criação da Febem, em 1969

● Entre 1969 e 2002, a Febem desenvolveu no Estado a política nacional do bem-estar do menor sob as regras da então Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Esse período ficou marcado por vários motins no Rio Grande do Sul, alguns com mortes de internos e monitores.